



SAS&Tec
CEST Saúde • Ambiente
Sustentabilidade
& Tecnologia

ISSN 2966-3229

v.3, n.2, JUL./DEZ.2025

Inovações e Desafios no Cuidado à Saúde e na Cidadania: Convergência de Práticas.



2025
sastec.cest.edu.br

CORPO DIRIGENTE

Prof. Expedito Alves de Melo
Idealizador, Fundador e Primeiro Diretor Geral
In memoriam

Arionildes da Silva e Silva
Presidente - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) São Luís - MA

Marilene dos Santos Filgueiras
Vice-Presidente APAE São Luís - MA

Profa. Ma. Ma. Maria da Conceição Lima Melo Rolim
Reitora

Profa. Dra. Querte Teresinha Conzi Mehleck
Procuradora Institucional

Profa. Profa. Ma. Roseane Lustosa de Santana Lira **Pró-Reitora de Graduação**

Profa. Ma. Najala Borges de Sousa
Pró-Reitora de Pós Graduação

Profa. Ma. Maria José Silva Andrade
Assessora Educacional

Profa. Ma. Emanuele Garcia Costa Marques de Paulo
Coordenadora Clínica-Escola Santa Edwiges

Profa. Esp. Joana Damasceno Pinto Lima
Coordenadora Escritório Escola Prof. Expedito Alves de Melo

Profa. Ma. Faída Sandreanny Kran
Assessora de Planejamento Estratégico

COORDENAÇÕES DE CURSO

Curso de Administração

Profa. Esp. Silvia Fernanda Oliveira Ribeiro Viana

Curso de Direito

Profa. Ma. Glaucia Fernanda Oliveira Martins Batalha

Curso de Enfermagem

Profa. Ma. Sabrina Furtado Cunha Araújo

Curso de Estética e Cosmética

Profa. Ma. Monaliza Teresa Campos Sodré

Curso de Fisioterapia Prof.
Me. Thiago Correia da Silva Rezzo



Curso de Gestão de Recursos Humanos

Profa. Esp. Silvia Fernanda Oliveira Ribeiro Viana

Curso de Logística

Profa. Esp. Silvia Fernanda Oliveira Ribeiro Viana

Curso de Nutrição

Profa. Esp. Maria Tereza Silva de Medeiros

Curso de Sistemas de Informação

Profa. Ma. Pedriana de Jesus Pavão Castro

Coordenação de Tecnologia e Inovação

Prof. Dr. Thiago Nelson Faria dos Reis

Coordenação de Estágio

Profa. Ma. Mércia Maria Costa de Carvalho Claro

Assessoria de Extensão

Prof. Ma. Jethania Glasses Cutrim Furtado

Assessoria de Pesquisa e Iniciação Científica

Profa. Dr. Alexandro Ferreira dos Santos

Núcleo de Comunicação e Marketing

Gabriel Bartowski

EQUIPE EDITORIAL

Editor Chefe

Prof. Dr. Alexandro Ferreira dos Santos

Editor Gerente

Prof. Dr. Edilson Thialison da Silva Reis

Editores Associados

Profa. Dra. Cassia Cordeiro Furtado Universidade
Federal do Maranhão, Maranhão, Brasil

Prof. Dr. Carlos Henrique Barroqueiro
Instituto Federal de São Paulo - Unidade Cubatão, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Charles Artur Santos de Oliveira Universidade
de São Paulo, São Paulo, Brasil

Prof. Dr. Marcos Gonçalves Lhano
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil

Profa. Dra. Querte Teresinha Conzi Mehlecke Universidade
Federal de Pernambuco, Pernambuco, Brasil

Revisores Científicos

Profa. Dra. Allanne Pereira Araújo
Profa. Dra. Daniela Bassi Dibai
Profa. Dra. Gabrielle Vieira da Silva Brasil
Profa. Dra. Janaina Maiana Abreu Barbosa
Profa. Ma. Celijane Melo Rodrigues
Profa. Esp. Lyrian Lorena Freire Lira
Prof. Me. Arisson Tyson Machado Buna
Profa. Ma. Luciana Cavalcante Costa

Área de Humanas, Sociais e Tecnologias

Profa. Dra. Bruna Feitosa Serra de Araújo
Prof. Dr. Francisco Campos Costa
Profa. Ma. Paloma de Lavor Lopes
Prof. Dr. Carlos Tadeu Queiroz de Moraes
Profa. Esp. Evelyn Cristine Cesar Lima

Profa. Dra. Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa
Aquino
Prof. Dr. José Alberto Monteiro Martins
Profa. Ma. Cristiane Kessler de Oliveira
Prof. Me. Silvio Cesar Viegas
Prof. Me. Marcus Vinícius Barbosa

Área da Saúde e Bem-Estar

Profa. Dra. Allanne Pereira Araújo
Profa. Dra. Daniela Bassi Dibai
Profa. Dra. Gabrielle Vieira da Silva Brasil
Profa. Dra. Janaina Maiana Abreu Barbosa
Profa. Ma. Celijane Melo Rodrigues
Profa. Esp. Lyrian Lorena Freire Lira
Prof. Me. Arisson Tyson Machado Buna
Profa. Ma. Luciana Cavalcante Costa
Profa. Ma. Mayra Fernanda Froes Rodrigues Ferreira
Profa. Ma. Ana Tamires Jardim

Área de Humanas, Sociais e Tecnologias

Profa. Dra. Bruna Feitosa Serra de Araújo
Prof. Dr. Francisco Campos Costa
Profa. Ma. Paloma de Lavor Lopes
Prof. Dr. Carlos Tadeu Queiroz de Moraes
Profa. Esp. Evelyn Cristine Cesar Lima
Profa. Dra. Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa
Aquino
Prof. Dr. José Alberto Monteiro Martins
Profa. Ma. Cristiane Kessler de Oliveira
Prof. Me. Silvio Cesar Viegas
Prof. Me. Marcus Vinícius Barbosa

Revisoras e tradutoras

Profa. Esp. Lidimar Andrade Carvalho, Centro
Universitário Santa Terezinha CEST, Maranhão, Brasil
Profa. Dra. Vilma de Fátima Diniz de Souza, Centro
Universitário Santa Terezinha CEST, Maranhão,
Brasil
Assessoria de Tecnologia de Informação
Prof. Dr. Thiago Nelson Faria dos Reis

Bibliotecários

Edilson Thialison da Silva Reis - CRB - 13/764
Débora de Jesus Mendes Andrade - CRB - 13/737
Regina Célia Veiga - CRB - 13/433

Design - Projeto Editorial

Me. Davidson Lima Barros

Capa

Heleno Andrade Gomes



Revista SAS & Tec CEST

É uma publicação do Centro Universitário Santa Terezinha - CEST
Av. Casemiro Júnior, 12 - Anil, CEP 65045-180 - São Luís - MA
Internet: www.cest.edu.br/sastec.cest.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CEST)
Centro Universitário Santa Terezinha – CEST

Revista Saúde, Ambiente, Sustentabilidade & Tecnologia [Recurso eletrônico] / Centro Universitário Santa Terezinha CEST. – v. 3, n. 2 (jul./dez. 2025) - São Luís: Centro Universitário Santa Terezinha, 2025.

Semestral

ISSN 2966-3229 [Publicação Online].

1. Revista multidisciplinar - periódicos. 2. Saúde. 3. Ambiente. 4. Sustentabilidade. 5. Tecnologia. I. Centro Universitário Santa Terezinha.

CDU 614:502.131.1+62

Processamento técnico Catalogação na fonte elaborada
pelo Bibliotecário:

Edilson Thialison da Silva Reis - CRB 13/764

SUMÁRIO

1.	Sobre a Revista CEST	7
2.	EDITORIAL	8
3.	SAÚDE INDÍGENA: desafios e estratégias da enfermagem na atenção básica	12
4.	EMPREENDEDORISMO DE PEQUENOS NEGÓCIOS DO SETOR TERCIÁRIO NA ZONA RURAL DE SÃO LUÍS	25
6.	AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES COMO GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA DA COMUNIDADE: o papel da participação coletiva na promoção da cidadania e equidade social	46
7.	REPERCUSSÕES DO USO DE DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS POR GESTANTES PARA O FETO: uma revisão de literatura	63
8.	A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO CUIDADO INTEGRAL A GRANDES QUEIMADOS NA UTI	78
9.	IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO AUMENTO DOS CASOS DE DENGUE: estratégias preventivas na atenção primária no Maranhão	97
10.	CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR NO BRASIL	122
11.	ASSÉDIO E IMPORTUNAÇÃO SEXUAL NO METAVERSO: uma análise da legislação brasileira para o mundo virtual	143



Sobre a Revista CEST

Foco e Escopo

A Revista SAS & Tec CEST, ISSN 2966-3229 (Versão Online) tem periodicidade semestral e recebimento de propostas através do sistema *Open Journal Systems* (OJS) através do endereço eletrônico sastec.cest.edu.br, e avaliação por pares e as cegas. A revista conta com publicações de artigos científicos frutos de pesquisas da graduação e pós-graduação de professores, alunos e profissionais do CEST e comunidade externa com temáticas relacionadas à Saúde, Sociais, Humanas, Exatas e Tecnologias.

A revista é formada por corpo docente especializado com mestres e doutores nas áreas dos Cursos de Administração, Direito, Enfermagem, Estética e Cosmética, Fisioterapia, Gastronomia, Gestão de Recursos Humanos, Nutrição e Sistemas de Informação, possuindo assim um caráter multidisciplinar.

Política de Acesso Livre

A Revista SAS & Tec CEST do Centro Universitário Santa Terezinha - CEST disponibiliza gratuitamente, via internet, o acesso livre (*Open Access*) ao conhecimento científico aos interessados, na perspectiva de proporcionar desenvolvimento do processo de democratização do conhecimento humano.



ENTRE O CUIDADO, A CIDADANIA E A INOVAÇÃO: Perspectivas
Interdisciplinares para a Transformação Social

Professor Doutor Edilson Reis

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2095-0620>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8203169209273583>

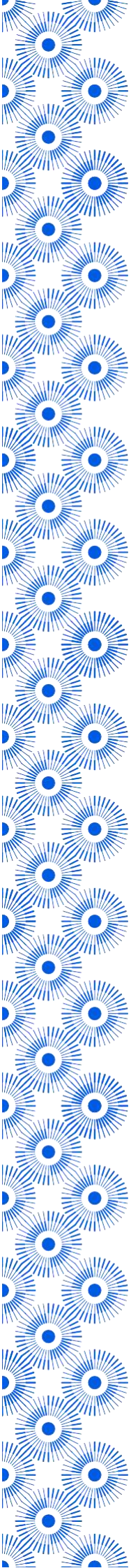
Editor Gerente da SAS & TEC CEST

DOI: [10.5281/zenodo.18705616](https://doi.org/10.5281/zenodo.18705616)

A presente edição da Revista Saúde, Ambiente, Sustentabilidade & Tecnologia do Centro Universitário Santa Terezinha (SAS & Tec CEST) reafirma o compromisso institucional com a produção científica interdisciplinar, conectada às demandas sociais, ambientais e tecnológicas contemporâneas. Os trabalhos aqui reunidos dialogam com desafios concretos do Maranhão e do Brasil, articulando saúde, cidadania, justiça social, desenvolvimento local e transformações digitais.

Abrimos este número com o artigo “Saúde Indígena: desafios e estratégias da enfermagem na Atenção Básica” retoma um debate central para a efetivação de direitos no Brasil pós-Constituição de 1988. A partir de revisão bibliográfica qualitativa, o estudo evidencia que os desafios enfrentados pelos profissionais de enfermagem nas comunidades indígenas extrapolam as dimensões étnico-culturais, alcançando questões estruturais, políticas e organizacionais. Ao destacar o protagonismo da enfermagem na promoção, prevenção e cuidado integral, o trabalho reforça a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e da estrutura das redes de atenção à saúde indígena.

O desenvolvimento local é abordado em “Empreendedorismo de Pequenos Negócios do Setor Terciário na Zona Rural de São Luís”, que analisa o perfil empreendedor e as dinâmicas econômicas da zona rural I da capital maranhense. Com base em entrevistas e análise de conteúdo, a pesquisa revela que, apesar das



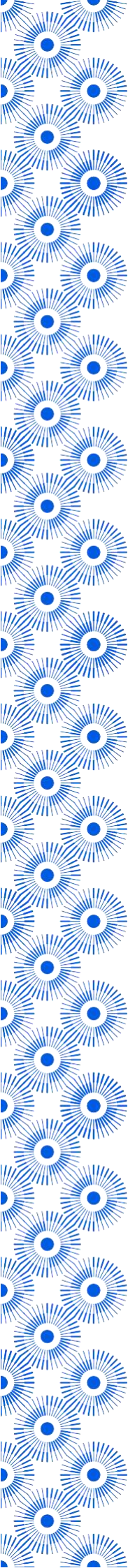
dificuldades relacionadas ao capital financeiro e à formalização, os micro e pequenos empreendimentos se consolidam como motores de geração de renda, emprego e circulação econômica. O estudo contribui para a compreensão do empreendedorismo como estratégia de resistência e desenvolvimento territorial.

A dimensão cidadã ganha relevo em “As Associações de Moradores como Garantia do Acesso à Justiça da Comunidade”, que examina o papel dessas entidades como mediadoras entre população e sistema de justiça. Ao evidenciar sua atuação como educadoras cívicas e promotoras de participação coletiva, o artigo dialoga com os princípios da Organização das Nações Unidas, especialmente no que tange ao ODS 16, ao defender o fortalecimento institucional dessas associações como instrumento de equidade social e ampliação do acesso a direitos.

Os impactos do uso de substâncias psicoativas na gestação são discutidos em “Repercussões do Uso de Drogas Lícitas e Ilícitas por Gestantes para o Feto”, revisão que sistematiza evidências sobre malformações, síndromes de abstinência neonatal e outras complicações. O estudo enfatiza a urgência de políticas preventivas, ações educativas e estratégias intersetoriais voltadas à proteção da saúde materno-infantil, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

No campo da alta complexidade assistencial, “A Assistência de Enfermagem no Cuidado Integral a Grandes Queimados na UTI” evidencia a centralidade da enfermagem na recuperação clínica e emocional desses pacientes. Ao apontar a ausência de consenso em protocolos e a necessidade de integração entre cuidado técnico e suporte psicossocial, o artigo contribui para o aprimoramento das práticas e para a formulação de diretrizes mais consistentes.

A interseção entre saúde e meio ambiente é aprofundada em “Impactos das Mudanças Climáticas no Aumento dos Casos de Dengue”, com foco no Maranhão. A revisão integrativa demonstra como alterações climáticas e fragilidades no saneamento favorecem a proliferação do *Aedes aegypti*, exigindo respostas articuladas entre atenção primária, vigilância ambiental e participação comunitária. O estudo reforça a necessidade de estratégias integradas e baseadas em evidências para o enfrentamento das arboviroses.



Ainda na perspectiva dos sistemas de saúde, “Condições dos Serviços de Atendimento Pré-Hospitalar no Brasil” analisa desafios estruturais, de capacitação e financiamento no âmbito do Atendimento Pré-Hospitalar. O trabalho destaca o papel estratégico do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) na redução da mortalidade e aponta caminhos para o fortalecimento da gestão, da infraestrutura e da qualificação profissional.

Por fim, a edição se encerra com “Assédio e Importunação Sexual no Metaverso: uma análise da legislação brasileira para o mundo virtual”, que problematiza os limites e as possibilidades de aplicação do Código Penal Brasileiro em ambientes virtuais imersivos. Ao discutir a ausência de tipificação específica para condutas no metaverso, o artigo convoca o diálogo entre Direito e Tecnologia, destacando a urgência de mecanismos de proteção eficazes diante das transformações digitais.

O conjunto dos trabalhos reafirma o caráter plural da SAS & Tec CEST, evidenciando que saúde, meio ambiente, sustentabilidade e tecnologia são dimensões indissociáveis na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e resiliente. Esta edição demonstra que a produção científica, quando enraizada na realidade local e articulada a debates globais, torna-se instrumento de transformação social.

Desejamos aos leitores uma proveitosa leitura e que os debates aqui apresentados inspirem novas pesquisas, práticas inovadoras e ações comprometidas com o bem comum.

Boa leitura!

Contato:

Nome: Prof. Dr. Edilson Reis
E-mail: edilson.reis@cest.edu.br

SAÚDE INDÍGENA: desafios e estratégias da enfermagem na Atenção Básica

INDIGENOUS HEALTH: challenges and strategies for nursing in Primary Care

Recebido em: 03/03/2024

Aprovado em: 21/07/2024

Raiana Pereira Soares da Silva (Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8852-3179>)
Enfermeira pelo Centro Universitário Santa Terezinha – CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

Rafaela Alves Penha (Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0019-280X>)
Enfermeira pelo Centro Universitário Santa Terezinha- CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

Silvana do Socorro Santos de Oliveira (Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-4992-6072>)
Enfermeira Docente do Centro Universitário Santa Terezinha – CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

DOI: [10.5281/zenodo.18705693](https://doi.org/10.5281/zenodo.18705693)

Autor para correspondência:

Raiana Pereira Soares da Silva
E-mail: raiana.silva@cest.edu.br

RESUMO

Introdução: A Saúde Indígena Brasileira tem sido um tema de grande discussão nas últimas décadas. Tendo em vista a importância social dos povos indígenas, novos enfoques surgem anualmente. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o reconhecimento dos povos indígenas como cidadãos plenos, permitindo o fortalecimento das Políticas Públicas e de Saúde Indígena concedendo-lhes direitos na qualidade de cidadão como, a preservação de suas culturas em suas etnias e atribuindo a responsabilidade da União em protegê-los.

Objetivo: Compreender os desafios e apontar as melhores estratégias de saúde que visem a redução dos agravos na assistência de enfermagem aos povos indígenas e os objetivos específicos foram: identificar os principais desafios enfrentados pelos enfermeiros na atenção básica nas comunidades indígenas. **Materiais e Método:** Este trabalho tem como origem a monografia intitulada Saúde Indígena: desafios e estratégias da enfermagem na Atenção Básica, defendida por Raiana Pereira Soares da Silva ao Centro Universitário Santa Terezinha – CEST. Ademais, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo, com abordagem qualitativa. As bases de dados utilizadas foram LILACS, BVS, SciELO, repositórios acadêmicos da UFBA, UFRJ e UFRS, além de manuais do Ministério da Saúde. Como critério de inclusão

utilizou artigos científicos publicados entre 2016 e 2023 e referências das principais Políticas Saúde Indígena dos anos de 2002 a 2023. Quanto aos critérios de exclusão, foram excluídos artigos que não atendessem ao objetivo e temática proposta, bem como artigos que não estivessem em língua portuguesa e com período superior a 10 anos. **Resultados:** Foram selecionados 09 artigos para a composição deste trabalho. Fora realizada a análise de cada trabalho e dados demonstrados em forma de quadro. **Conclusão:** Em síntese, conclui-se que a saúde indígena ainda é um importante desafio para todos os profissionais que atuam na atenção básica, além disso, observa-se que o Enfermeiro atua de forma preponderante dentro da Atenção Básica de Saúde dos Povos Indígenas, desde a promoção de conhecimento até a prática de saúde propriamente dita. Constatou-se ainda que as políticas de saúde e estruturação das redes de atenção à saúde indígena fortalecem as práticas de enfermagem. Além disso, evidenciou-se que os desafios enfrentados pelos enfermeiros vão além dos aspectos étnicos e culturais.

Palavras-chave: Estratégias de saúde. Atenção básica. Saúde indígena.

ABSTRACT

Introduction: Brazilian indigenous health has been the subject of much discussion in recent decades. In view of the social importance of indigenous peoples, new approaches emerge every year. The 1988 Federal Constitution established the recognition of indigenous peoples as full citizens, allowing for the strengthening of Public and Indigenous Health Policies, granting them rights as citizens, such as the preservation of their cultures in their ethnic groups and assigning the responsibility of the Union to protect them. **Objective:** To understand the challenges and point out the best health strategies aimed at reducing health problems in nursing care for indigenous peoples. **Materials and Methods:** This work originates from the monograph entitled Indigenous Health: challenges and strategies for nursing in Primary Care, defended by Raiana Pereira Soares da Silva at the Santa Terezinha University Center - CEST. Furthermore, this is a descriptive bibliographical study with a qualitative approach. The databases used were LILACS, BVS, SciELO, academic repositories from UFBA, UFRJ and UFRS, as well as manuals from the Ministry of Health. The inclusion criteria used were scientific articles published between 2016 and 2023 and references to the main Indigenous Health Policies from 2002 to 2023. As for the exclusion criteria, articles that did not meet the objective and proposed theme were excluded, as well as articles that were not in Portuguese and with a period of more than 10 years. **Results:** Nine articles were selected for this study. Each article was analyzed, and the data shown in table form. **Conclusion:** In summary, it was concluded that indigenous health is still an important challenge for all the professionals who work in primary health care. Furthermore, it was observed that nurses play a major role in primary health care for indigenous peoples, from promoting knowledge to practicing health properly. It was also found that health policies and the structuring of indigenous health care networks strengthen nursing practices. In addition, the challenges faced by nurses go beyond ethnic and cultural aspects.

Keywords: Health strategies. Primary care. Indigenous health.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas muito se discute acerca da Saúde Indígena Brasileira, e a cada ano surgem novas abordagens em torno desta temática, tendo em vista a grande relevância social dos povos originários. A Constituição Federal de 1988 promoveu o reconhecimento dos povos indígenas como sendo cidadãos plenos, abrindo portas para o fortalecimento das Políticas Públicas e Saúde Indígena, dando-lhes direitos especiais, incluindo os de manter suas culturas vivas em suas etnias e direcionando o dever de proteção dos índios à União (Silveira, 2022).

Conforme Brasil (2023), os dados apontados pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciaram que o número de indígenas residentes no Brasil em 2022 era de 1.693.535 pessoas, o que representava 0,83% da população total do país. Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contou 896.917 mil indígenas, ou 0,47% do total de residentes no território nacional. Isso significa que esse contingente teve uma ampliação de 88,82% desde o Censo Demográfico anterior.

De acordo com a historiografia percebe-se que, durante o período da colonização portuguesa, os cuidados na assistência de saúde aos povos Indígenas eram prestados pelos missionários, cuidados estes, oferecidos de acordo com as leis do governo da época. A expansão territorial, exploração de recursos materiais e da mão de obra da população indígena, resultou em milhares de mortes incluindo óbitos por doenças transmissíveis trazidas pelos colonizadores. Os índices elevados de mortalidade naquele cenário levaram as autoridades a discutirem formas de proteger estas populações (Brasil, 2002).

É sabido que a saúde é um direito básico de vida de todo cidadão, mas a prestação de assistência em saúde para os indígenas foi marcada por uma grande resistência durante o processo de democratização no país. Para romper as barreiras das desigualdades sociais e introduzir um plano de cuidado, em 1999 foi criado o

Subsistema de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas e os Distritos Sanitários de Saúde Indígena (DISEI) com foco na promoção do modelo de atenção diferenciada para os indígenas, garantindo-os o direito de acesso, baseados nos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde em âmbito Nacional (Alves; Sousa; Moura, 2020).

A Atenção Básica diferenciada à assistência estabelece uma conduta pautada no respeito às diferenças culturais e étnicas na busca pela compressão do processo saúde-doença direcionando um olhar holístico no ser como um todo, com o objetivo de conciliar a medicina tradicional à medicina ocidental indígena. A realidade cultural impacta nas atividades profissionais, que por sua vez devem moldar-se à realidade de cada tribo. No que se refere às diferenças culturais, surge um déficit no número de profissionais qualificados para trabalhar com as populações indígenas, e o quantitativo de profissionais atuantes nas comunidades ainda está longe do ideal, como preconiza o Ministério da Saúde e as diretrizes do SUS (Maia *et al.*, 2021).

O objetivo geral foi compreender os desafios e estratégias eficientes para minimizar os problemas na assistência de saúde aos povos indígenas. Os objetivos específicos foram: identificar os principais desafios enfrentados pelos enfermeiros na atenção básica nas comunidades indígenas; demonstrar que através de boas práticas de enfermagem, existe a possibilidade de maior alcance aos povos indígenas além de que apontar as melhores estratégias de saúde que visem a redução dos agravos assistenciais aos povos indígenas.

Diante dos desafios questiona-se: de que forma as estratégias de enfermagem podem auxiliar o enfermeiro na Atenção Básica aos Povos Indígenas? Diante da problemática elencada, espera-se que o presente estudo venha contribuir para o bom desenvolvimento das atividades do enfermeiro e fortalecer comprometimento do profissional na Saúde Indígena.

2 MATERIAIS E MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. Para Lima e Mito (2007) a revisão bibliográfica, a partir de materiais elaborados como livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos é possível realizar um levantamento de informações básicas sobre os assuntos ligados à temática. Uma das principais características e vantagens da pesquisa bibliográfica é fornecer ao pesquisador um instrumento analítico para qualquer tipo de pesquisa.

Para a realização da pesquisa foi selecionada as seguintes bases de dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), repositórios da UFBA, da UFRS e da UFRJ, todos disponíveis na rede mundial de computadores, Atena Editora, COREN-SC e o Correio Brasiliense. A obtenção dos artigos deu-se através da busca de palavras-chave, registradas nos Descritores de Ciências da Saúde (DeCS), que compreendiam a amplitude do objeto de estudo: "Estratégias de saúde", "Atenção básica" e "Saúde indígena".

Os critérios de inclusão utilizados para a análise de relevância e confiabilidade, nesse estudo foram artigos científicos publicados entre 2016 e 2023, que avaliam os desafios e estratégias de saúde para a população indígena. Foram usadas referências das principais Políticas Saúde Indígena dos anos de 2002 a 2023 que definem as atribuições das equipes de saúde e as principais estratégias usadas na saúde indígena.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o presente trabalho foram selecionados 9 artigos. Os dados encontrados foram dispostos no Quadro 1 para uma melhor compreensão das informações, exibindo-se o título, autor, ano de publicação e objetivos mais relevantes, tornando assim a visualização dos dados mais direta e objetiva.

Quadro 01 – Descrição dos estudos incluídos na amostra final, 2024.

TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR	ANO	OBJETIVO GERAL
História Indígena no Brasil independente, da Ameaça do Desaparecimento ao Protagonismo e Cidadania Diferenciada.	Baniwa.	2023	Contribuir para diminuir o silêncio, a invisibilidade e a irrelevância dos sujeitos indígenas na história oficial do Brasil.
Considerações sobre saúde indígena no Brasil, a partir de alguns estudos antropológicos fundadores.	Silveira.	2022	Analisar o conjunto de pesquisas etnográficas, realizadas sobretudo nos anos 1980, que marcaram indelevelmente uma vertente dos estudos antropológicos sobre saúde e doença entre os povos indígenas no Brasil.
Resolutividade no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS): análise em um serviço de referência no Amazonas, Brasil.	Ahmadpourb; Turrini; Camargo.	2022	Analisar a percepção dos profissionais e gestores de uma Casa de Saúde Indígena (CASAI) a respeito da resolutividade no subsistema quanto às circunstâncias da pandemia.
Assistência de Enfermagem prestada aos indígenas.	Oliveira <i>et al.</i>	2023	Descrever a assistência de enfermagem prestada aos indígenas.
Os desafios da enfermagem na atenção integral à saúde dos povos indígenas.	Maia <i>et al.</i>	2021	Analisar os desafios enfrentados pelos profissionais de enfermagem na atenção à saúde dos povos indígenas do Distrito Sanitário Especial Indígena Rio Tapajós.
Impacto da pandemia de covid-19 na população indígena: as dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro frente ao impacto social do SARS-CoV-2	Araújo <i>et al.</i>	2023	Reunir comprovações científicas a partir do ano de 2018 ao ano de 2021 no que se refere ao impacto da pandemia na população indígena e o enfrentamento do

relacionado à população indígena.			enfermeiro para a realização do cuidado dessa população frente à pandemia do coronavírus.
Dificuldades vivenciadas pelos profissionais de saúde no atendimento à população indígena.	Silva <i>et al.</i>	2021a	Descrever sobre as dificuldades vivenciadas no atendimento pelos profissionais de saúde no atendimento à população indígena.
A interculturalidade na formação dos profissionais de Enfermagem.	Fontana.	2019	Trata-se de uma proposta de reflexão sobre a interculturalidade e a formação em Enfermagem.
Enfermagem e a atenção à saúde da população indígena brasileira: Scoping review.	Silva e Nora.	2021	Descrever a produção do conhecimento da enfermagem sobre atenção à saúde da população indígena Brasileira.

Fonte: Elaboração própria, 2024

No estudo de Baniwa (2023), o autor traz uma pesquisa histórica onde o conhecimento de aspectos acerca do período de invasão colonial aponta a invisibilidade do protagonismo indígena ao longo dos tempos. Revela o lado obscuro da independência do Brasil e apresenta o misto de conflitos civilizatórios marcadas pelas tentativas de extermínio das civilizações dos povos originários.

A perspectiva de Silveira (2022) acerca da saúde indígena após o período dos conflitos nos tempos colonial aponta que houve uma redução das populações originárias, mas ao longo dos anos, os índices populacionais voltaram a crescer devido ao alto nível de fecundidade dos índios, o desenvolvimento das políticas de saúde e conseqüentemente a redução de óbitos.

A organização dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas promove a Atenção Primária em Saúde para as populações indígenas em seus territórios e oferecem os serviços em Postos de Saúde (PS), Polo Base de Saúde (PB), Casa de

Saúde Indígena (CASAI), Unidade de Referência em Saúde do SUS e conta com trabalho permanente do Agente Indígena de Saúde (AIS), técnico em saneamento, agentes de endemias e microscopistas, polo base com equipes multidisciplinares de saúde indígena e pela Casa do Índio (CASAI) (Ahmadpourb; Turrini; Camargo, 2023).

Entre os principais desafios de saúde dos povos indígenas dentro de seus territórios e reservas em situações precárias, estão os conflitos de terra, estes muitas vezes são acentuados pelas invasões de seus territórios, dificuldades socioeconômicas, políticas, agrárias e geográficas em especial o trabalho do enfermeiro fica prejudicado, devido a esses acontecimentos. (Oliveira *et al.* 2023a).

Entre os fatores mais desafiantes para o Enfermeiro na assistência aos povos originários é a barreira linguística, tal desafio é amenizado com a presença de indígenas na equipe de saúde, que auxiliam em uma melhor comunicação, destacando ainda os desafios ligados às questões referentes aos processos seletivos, como os concursos, pois na maioria dos casos os candidatos aprovados não possuem especialização ou capacitação voltada para as práticas e assistência indígena (Silva *et al.*, 2021).

Outro fato importante citado por Souza *et al.* (2023) enfatiza que no recente período da pandemia do Covid-19, as dificuldades assistenciais nos Sistemas de Saúde aos povos indígenas se intensificaram de forma mais acentuada, elevando os níveis de vulnerabilidade destas populações. Nesse contexto para minimizar os impactos negativos frente à falta de recursos materiais e humano, as equipes de enfermagem atuaram com mais afinco no gerenciamento dos recursos para o enfrentamento desta problemática.

De acordo com Silva *et al.*, (2021a) o choque cultural coloca em risco a qualidade da assistência de saúde, fazendo-se necessária a capacitação do profissional enfermeiro em trans culturalidade. O autor afirma que, além desse problema, a ausência do conhecimento antropológico dificulta a aproximação e o vínculo com as comunidades.

O estudo realizado por Fontana (2019) foi escolhido para trazer uma breve reflexão acerca da interculturalidade na formação dos profissionais enfermeiros. De acordo com seu conceito, a interculturalidade promove uma sociedade mais democrática, pois reconhece as diferenças culturais e trata com respeito às diferenças do outro, além de promover o conhecimento através das trocas dos saberes e o ensino das teorias transculturais, enriquecendo o processo de formação dos enfermeiros, transformando o ensino em estratégia, fazendo valer os aspectos éticos da classe.

Em Silva e Nora (2021) encontraram-se informações para fundamentar o melhor entendimento e manejo das estratégias na assistência aos indígenas. Dentre as ações programáticas a visita domiciliar vem em destaque. Para o autor, as visitas aproximam o profissional da realidade de cada indígena e através dessa estratégia é possível obter informações reais das condições de moradia e sobre o sistema de saneamento. Dessa forma, é possível realizar um levantamento das necessidades e ou eventuais intervenções terapêuticas.

O autor ainda destaca que alguns enfermeiros adotam a educação, aconselhamento e busca para a realização de alguns exames. Dentro das práticas de enfermagem, o aconselhamento sobre planejamento familiar, orientações sobre o parto e puerpério sempre pautados pela Política de Saúde das Mulheres e Crianças Indígenas a autonomia para o encaminhamento dos doentes para as redes especializadas e busca ativa das mulheres para realizarem a coleta do exame de PCCU são alguns destaques dentro da assistência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela liberdade, igualdade, reconhecimento de sua cidadania e a busca pelos direitos à saúde, quase levaram seus povos à extinção. Apesar dos longos anos de conflitos observa-se que a pauta indígena vem ganhando espaço e inclusão dentro das diretrizes de saúde brasileira.

Diante das informações analisadas no estudo observa-se que o Enfermeiro atua de forma preponderante dentro da Atenção Básica de Saúde dos Povos Indígena, desde a promoção de conhecimento até a prática de saúde propriamente dita, alcançado os mais diversificados níveis de atenção, frente a realidade cultural dessas populações. As especializações desses profissionais não são muito evidentes, quando comparada com outras especialidades dentro do campo de atuação da enfermagem.

Constatou-se ainda que as políticas de saúde e estruturação das redes de atenção à saúde indígena fortalecem as práticas de enfermagem, pois através destas é possível organizar de forma sistemática as ações das equipes e de forma sistemática, respeitando os valores étnicos e culturais dos indígenas. Dentro dessa mesma visão foi possível entender que o respeito às diferenças culturais dos índios é um dever de todo cidadão, em especial ao enfermeiro que lhe assiste em seu momento de fragilidade.

Evidenciou-se que os desafios enfrentados pelos enfermeiros vão além dos aspectos étnicos e culturais. Fatores inerentes ao próprio profissional interferem na qualidade da assistência. Os meios de locomoção, localização geográficas e as diversidades culturais também se mostraram como barreiras.

Ressalta-se que a sistematização da assistência de enfermagem e as teorias de enfermagem, quando implementadas de forma diferenciada na atenção às populações indígenas são consideradas ferramentas indispensáveis na atuação do enfermeiro dentro da atenção básica.

O presente estudo considerou os principais desafios e estratégias de enfermagem no campo da assistência à saúde prestada pelo enfermeiro aos povos. Certamente, podemos afirmar que o caminho para melhorar essa assistência é árduo e longo, mas com o apoio de políticas públicas voltadas para os indígenas conseguiremos oferecer a assistência que eles merecem.

REFERÊNCIAS

AHMADPOUR, B.; TURRINI, R. N. T.; CAMARCO, P. P. Resolutividade no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS): análise em um serviço de referência no Amazonas. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 28, n. 6, p. 1758-176, 2023.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/4YwKzsryqFnkDCSFmhgfzQv/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 07 nov. 2023.

ALVES, M. A.; SOUSA, F. R. M.; MOURA A. L. D. Da participação ao controle social: reflexões a partir das conferências de saúde indígena. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 1-14, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/LgpbGJq6ggSLPVNqhMs8hby/?format=pdf&lang=pt>

t. Acesso em: 06 out. 2023.

ARAÚJO, M. R. S. *et al.* Impacto da pandemia de covid-19 na população indígena: as dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro frente ao impacto social do SARS-CoV-2 relacionado à população indígena. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S.l.], v. 5, p. 1310-1324. Disponível em:

<https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/693/835>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BANIWA, G. História Indígena no Brasil independente, da Ameaça do Desaparecimento ao Protagonismo e Cidadania Diferenciada. Brasília, **Revista de Teoria da História**, v. 26, n. 1, p. 9-32, 2023. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/76035/40052>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Censo Demográfico 2022**: indígenas: primeiros resultados do universo. IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102018>.

Acesso em: 20 de nov. 2023.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção de Saúde dos Povos Indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002, p. 6-12. Disponível em:

https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em:

02 out. 2023.

FONTANA, R. T. A. interculturalidade na formação dos profissionais de enfermagem. **Revista Contexto & Educação**, [S.l.], v. 34, n. 109, p. 36-51, 2019.

Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/8673>.

Acesso em: 14 nov. 2023.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, REGINA C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 20 nov. 2023.

MAIA, A. S. *et al.* Os desafios da enfermagem na atenção integral à saúde dos povos indígenas. **Revista Enfermagem em Foco**, Itaituba, v. 12, n. 2, p. 333-338, 2021.

Disponível em:

<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/4166/1139>. Acesso

em: 17 set. 2023.

OLIVEIRA, C. C. C. *et al.* Assistência de enfermagem prestada aos indígenas. In: CAVALCANTI, S. A. U. (org.). **Saúde Coletiva: Geração de movimentos, estudos e reformas sanitárias 3**. Ponta Grossa: Atena, 2023, cap. 4, p. 51-64. Disponível em:

<https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/saude-coletiva-geracao-de-movimentos-estudos-e-reformas-sanitarias-3>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SILVA, B.; NORA, C. R. D. Enfermagem e a atenção à saúde da população indígena brasileira: Scoping review. **Enfermería (Montevideo)**, Montevideo, v. 10, n. 2, p. 115-120, 2021. Disponível em:

http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2393-66062021000200112. Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, E. C. *et al.* Dificuldades vivenciadas pelos profissionais de saúde no atendimento à população indígena. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, Recife, v. 13, n. 1, p. 1-7, 2021. Disponível em:

<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5413/3609>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SILVEIRA, N. H. Considerações sobre saúde indígena no Brasil a partir de alguns estudos antropológicos fundadores. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 17, n. 1, p. 1-12, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/TK98ccclL67fQXkCCM7phVrh/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Conflito de interesses

Não houve conflito de interesses.

EMPREENDEDORISMO DE PEQUENOS NEGÓCIOS DO SETOR TERCIÁRIO NA ZONA RURAL DE SÃO LUÍS

ENTREPRENEURSHIP OF SMALL BUSINESSES IN THE TERTIARY SECTOR IN THE RURAL AREA OF SÃO LUÍS

Recebido em: 02/02/2025

Aprovado em: 18/08/2025

Klefferson Isaías Silva Santos (Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7261-9622>)

Bacharel em Administração. Centro Universitário Santa Terezinha-CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

Amilson de Araujo Durans (Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1656-4356>)

Doutor em Administração e Professor dos Cursos de Administração, Recursos Humanos e Logística do Centro Universitário Santa Terezinha-CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

DOI: [10.5281/zenodo.18705757](https://doi.org/10.5281/zenodo.18705757)

Autor para correspondência:

Amilson de Araujo Durans

Endereço: Av. Casemiro Junior, 12 -Anil, CEP: 65045-180, São Luís -MA. Fone: +55 (98) 3213-8014.

E-mail: amilson.durans@cest.edu.br

Coordenação dos Cursos de Administração, Recursos Humanos e Logística do Centro Universitário Santa Terezinha-CEST. São Luís, Maranhão, Brasil

RESUMO

Introdução: Este artigo inova ao investigar o perfil empreendedor de pequenos negócios do setor terciário em zona rural I de São Luís. **Objetivo:** analisar o perfil do empreendedor do setor terciário da zona rural I de São Luís/MA, sua contribuição para economia local e os principais desafios enfrentados. **Materiais e Método:** O estudo é qualitativo e adota a análise do conteúdo. A coleta de dados se deu por meio de questionário semiestruturado e de entrevistas em 50 empreendimentos do setor terciário da zona rural I de São Luís/MA. Para análise das entrevistas foi utilizado o software Atlas.ti e a partir dos dados obtidos, observou-se a demografia que em sua maioria são microempreendedores individuais (MEI). **Resultados:** A pesquisa revelou que a principal motivação para o início dos empreendimentos foi a necessidade aliada ao desejo pessoal e oportunidade. Já a principal dificuldade enfrentada foi o capital financeiro. **Contribuição Científica:** O estudo demonstra a contribuição dos pequenos negócios para a sociedade não só por suprir necessidades, mas por fomentar o crescimento econômico local por meio da geração de trabalho, emprego e

renda, apesar de todas as dificuldades que enfrentam. **Conclusão:** A pesquisa revelou que 40% dos pequenos negócios têm mais 15 anos, 10% têm entre 10 e 15 anos e 20% têm entre 6 e 10 anos, se consolidando no mercado local, e sendo formados por microempreendedores individuais (MEI), microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) que contribuem com a economia local empregando entre 1 a 9 funcionários.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Pequenos negócios. Setor terciário. Zona rural I de São Luís/MA.

ABSTRACT

Introduction: This innovative article investigates the entrepreneurial profile of small businesses in the tertiary sector in rural Zone I of São Luís, Maranhão. **Objective:** To analyze the profile of entrepreneurs in the tertiary sector in rural Zone I of São Luís, Maranhão, their contribution to the local economy, and the main challenges they face. **Materials and Methods:** This is a qualitative study using content analysis. Data collection was conducted through a semi-structured questionnaire and interviews with 50 entrepreneurs from 50 tertiary sector enterprises in rural Zone I of São Luís, Maranhão. Atlas.ti software was used to analyze the interviews, and the data collected revealed the demographics of the businesses, most of which are individual microentrepreneurs (MEI). **Findings:** The research revealed that the main motivation for starting businesses was necessity combined with personal desire and opportunity. The main obstacle faced was financial capital. **Scientific Contribution:** The study demonstrates the contribution of small businesses to society not only by meeting needs but also by fostering local economic growth through the generation of jobs, employment, and income, despite all the challenges they face. **Conclusion:** The research revealed that 40% of small businesses are over 15 years old, 10% are between 10 and 15 years old and 20% are between 6 and 10 years old, consolidating themselves in the local market, and being formed by individual microentrepreneurs (nominated MEI), microenterprises (nominated ME) and small businesses (nominated EPP) that contribute to the local economy by employing between 1 and 9 employees.

Keywords: Entrepreneurship. Small business. Tertiary sector. Rural area I of São Luís/MA

1 INTRODUÇÃO

Empreender é identificar e explorar oportunidades, ofertando benefícios em forma de novos negócios, sendo um mecanismo de mudança social sob diferentes cenários (Audretsch *et al.*, 2024; Woolley; Pozner, 2024), quer seja em áreas urbanas ou rurais (Santos *et al.*, 2020). Logo, o ato de empreender se refere à capacidade de

gerar novos conhecimentos a partir de uma base da experiência de vida do indivíduo (Behling e Lenzi, 2019; Flaviano *et al.*, 2019).

Quanto às áreas urbanas, teoricamente são mais densamente povoadas e desenvolvidas por suas distintas características como concentração populacional alta, presença de infraestrutura, edificações e atividades econômicas típicas de cidades onde comércio, serviços, consumo e diversas atividades econômicas reverberaram na transformação socioespacial que comandam regiões e amplas redes urbanas (Pereira; Valença, 2024). Já as áreas rurais têm por características menor densidade populacional e infraestrutura em comparação com as cidades, onde, além da produção agrícola passaram a desenvolver atividades de outros setores da economia como o terciário (Santos *et al.*, 2021).

Nesse sentido, as áreas rurais possuem uma diversidade de empreendimentos, principalmente, microempreendedor individual (MEI), microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), chamadas de pequenos negócios. Esses empreendimentos se mostram como uma opção viável para quem deseja usufruir de algum produto ou serviço de maneira rápida, além de promover o desenvolvimento socioeconômico e o mercado de trabalho local.

Por justificativa teórica, o estudo inova ao investigar o perfil empreendedor do setor terciário da zona rural e analisar sua relevância para a economia. Por justificativa prática, agrega valor ao conhecimento sobre empreendedorismo e proporciona uma melhor compreensão quanto à sua contribuição para a sociedade não só por suprir necessidades, mas por fomentar o crescimento econômico local por meio da geração de trabalho, emprego e renda.

Dessa forma, este estudo se desenvolveu nos bairros da zona rural I da cidade de São Luís pela presença empreendedora dos pequenos negócios que se mostram como uma solução viável aos consumidores. Assim, este estudo tem por objetivo analisar o perfil do empreendedor do setor terciário da zona rural I de São

Luís/MA, sua contribuição para economia local e os principais desafios enfrentados pelos pequenos negócios do setor terciário.

2. MATERIAIS E MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa qualitativa com coleta de dados primários por meio de entrevistas em 50 empreendimentos do setor terciário da zona rural I de São Luís a partir de um roteiro semiestruturado elaborado com base nos estudos de Alperstedt *et al.* (2023); Araújo *et al.* (2022); Audretsch *et al.* (2024); Behling e Lenzi (2019); Dornelas (2023); Mainardes *et al.* (2022); Oliarski e Silva (2021); Santos *et al.* (2020); Theodoraki *et al.* (2022); Woolley e Pozner (2024), abordando os tópicos descritos no Quadro 1 e na Tabela 2. A pesquisa qualitativa se mostra adequada por oferecer insights aprofundados e proporcionar novos rumos teóricos (Bansal *et al.*, 2018). Para Lim (2025), a pesquisa qualitativa, com sua ênfase em contexto, existência, experiência, perspectiva, significado e subjetividade, oferece uma lente única para explorar e interpretar as complexidades dos fenômenos sociais.

Destaca-se que a zona rural de São Luís é delimitada pelo Plano Diretor (Lei nº 7.122/2023), que visa organizar as áreas urbanas e rurais. Nesse sentido, está dividida em zona rural I (Maracanã, Vila Industrial, Vila Maranhão, Rio Grande, Rio dos Cachorros e outros bairros) - escolhida como campo de pesquisa neste estudo, e zona rural II (Santa Bárbara, Tajaçuaba, Cajupari, Tajipurú, Tibiri, dentre outros).

O campo de estudo se concentrou em empreendimentos do setor terciário com CNPJ ativo, instalados na zona rural I de São Luís, visto ser uma região portuária composta por bairros da área Itaqui-Bacanga, uma das mais relevantes da capital maranhense e que conta com mais de 6.000 empreendimentos considerados como pequenos negócios, de inestimável importância histórica e cultural, tanto pela localização estratégica ligada ao porto do Itaqui quanto pela contribuição na geração de emprego e renda (Maranhão, 2022; São Luís, 2023, 2025).

A população-alvo foi composta por empreendimentos dos pequenos negócios. A coleta de dados primários se deu por meio de entrevistas agendadas. Foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido informando e explicando que a participação no estudo era voluntária. Foi apresentado o objetivo da pesquisa, as características demográficas a serem respondidas e a garantia do sigilo, anonimato e privacidade do participante da pesquisa. Foi comunicado que as informações obtidas poderiam ser publicadas em TCC, aulas, congressos, eventos científicos, palestras, meios digitais ou impressos ou periódicos científicos sem qualquer identificação do respondente e por fim, foi garantida a autonomia do participante para sua livre aceitação ou não da participação na pesquisa e a possibilidade de desistência a qualquer momento, onde a recusa ou a desistência não lhe traria qualquer prejuízo, sendo-lhe assegurada a assistência durante toda a pesquisa e garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos que precisasse.

Para a caracterização sociodemográfica, foram elaboradas questões sobre o perfil do empreendedor, como gênero, faixa etária e escolaridade. Foram aferidas ainda questões como ramo de atuação, tempo de mercado, quantidade de funcionários, motivo para abrir a empresa, principal dificuldade enfrentada, principais recursos, motivo da escolha do ramo de negócio e da localização. As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2024. Os dados das entrevistas foram degravados e analisados com auxílio do *software* AtlasTI e adoção da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2015; Durans *et al.*, 2023).

2.1 Pequenos Negócios

Os pequenos negócios (MEI, ME e EPP) são empreendimentos com faturamento anual limitado, que geralmente empregam um número reduzido de funcionários, enfrentam desafios por possuírem recursos exíguos e operarem em mercados repletos de incertezas, o que se consubstancia em um cenário ideal para estudá-los (Bellamy *et al.*, 2019; Hauser *et al.*, 2020). São essenciais para o

desenvolvimento econômico do país ao constituírem uma parcela significativa de empresas (GEM, 2023).

Segundo o Sebrae (2023a), 95% das empresas ativas do Maranhão, por exemplo, são pequenos negócios, sendo responsáveis por 68,7% dos empregos gerados. Na capital, São Luís, o microempreendedor individual (MEI) representa 93,5% dos negócios formais, sendo a base da economia com relevante destaque na geração de empregos, oportunidades e sustento de muitas famílias maranhenses. Esse número expressivo de MEI, segundo Behling e Lenzi (2019), se origina por possibilitar a regularização das atividades informais e uma série de benefícios tais como a isenção de tributos federais, o acesso a serviços previdenciários, a desburocratização do processo de registro da empresa e da prestação de informações fiscais e o acesso a serviços bancários e linhas de crédito como pessoa jurídica com juros reduzidos.

Nesse contexto, Araújo *et al.* (2022) inferem que o desenvolvimento de uma nação está relacionado com a boa performance desses empreendimentos, que podem resultar no bom desempenho da economia por meio da arrecadação de impostos e investimentos que fomentem o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, alcançando um papel socioeconômico de destaque. Em vista disso, Barreto *et al.* (2020) discorrem que os pequenos negócios ocupam um espaço importante na economia brasileira em que o crescimento do número de novas empresas, se associado à melhora na competitividade, tende a gerar impactos expressivos, contribuindo para uma estabilidade social devido sua atuação econômica na geração de trabalho, emprego e renda. Logo, o pequeno empreendimento de bairro como a banca do feirante, salão de beleza, barzinho, padaria, mercadinho, borracharia, lanchonete, lava-jato, oficina, farmácia, loja, comércio, dentre outros, contribuem para economia local e o desenvolvimento social e econômico do país.

No Brasil, os pequenos negócios possuem um estatuto nacional, a Lei nº 123/2006 (Lei geral das micro e pequenas empresas). Essa norma objetiva fornecer

um tratamento jurídico e tributário diferenciado aos pequenos negócios, pois, trata da classificação com base na receita bruta anual, registro e legalização, participação nas licitações públicas, exportações e adoção do simples nacional para o recolhimento tributário, visando facilitar a competitividade e o acesso aos mercados (Araújo *et al.*, 2022; Mainardes *et al.*, 2022). Portanto, foi atribuída aos pequenos negócios, a classificação por porte considerando os seguintes critérios:

Tabela 1 - Classificação das micro e pequenas empresas.

Porte	Receita bruta anual	Quantidade de Funcionários	
		Comercio e serviços	Indústria
MEI	Até R\$ 81.000,00	1	1
ME	Até R\$ 360.000,00	1 - 9	Até 19
EPP	De R\$ 360.000,00 até R\$ 4.800.000,00	10 - 49	20 - 99

Fonte: Lei nº 123/2006.

Um estudo embasado em dados da receita federal mostra que as micro e pequenas empresas representam o quantitativo de 22 milhões de empreendimentos, sendo responsáveis por 30% do produto interno bruto (PIB) e por 55% do total dos empregos gerados no Brasil (Sebrae, 2023b). Esses números reiteram a força dos pequenos negócios e sua relevância econômica brasileira.

2.1.1 Empreendedorismo em Pequenos Negócios

Ao longo da história, o empreendedorismo tornou-se objeto de estudo em diversas ciências (Bacq *et al.*, 2025; Theodoraki *et al.*, 2022). Atualmente, o conceito está relacionado à inovação e criação de valor que consiste na capacidade de um indivíduo em identificar problemas, ofertar soluções e transformá-las em oportunidades que resultem tanto em retorno lucrativo quanto em benefícios para a sociedade (Alperstedt *et al.*, 2023; Audretsch *et al.*, 2024).

O economista Joseph Schumpeter infere que o empreendedor é aquele que transforma a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos materiais e tecnológicos (Sobel e Clemens, 2024). Para Schumpeter

empreender é a natureza da inovação no mundo que torna as maneiras de se fazer negócios antigas e ultrapassadas.

O relatório do *Global Entrepreneurship Monitor – GEM (2023)* revelou que o número de empreendedores no Brasil em 2023 compreendeu um universo de 42,2 milhões de pessoas. Esse quantitativo demonstra que 30,1% da população está envolvida na criação ou continuidade de algum empreendimento. Outro dado relevante aponta que 7,7% ou 11 milhões de pessoas são empreendedores recentes, atuando no mínimo por três meses. Cerca de 11,1% ou 16 milhões de pessoas foram considerados empreendedores novos, com existência superior a três meses e inferior a três anos (GEM, 2023).

Ressalta-se, que não há uma definição singular do perfil do empreendedor, levando-se em conta que são pessoas com características diferentes e que não existe um padrão ideal (Dornelas, 2023). Assim, destacam-se oito tipos:

Quadro 1 - Perfis empreendedores

Tipo de Empreendedorismo	Características
Nato	✓ É conhecido pelo uso de técnicas de negociação, venda e gestão. É visionário, otimista, esforçado e comprometido.
Que aprende (inesperado)	✓ É uma pessoa que não esperava ser empreendedor, mas se depara com a oportunidade de tocar seu próprio negócio, escolhendo dedicar-se a trabalhar para si mesmo.
Serial (cria novos negócios)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ É apaixonado não somente pelas empresas que cria, mas pelo ato de empreender. ✓ Não se acomoda em ficar à frente da empresa até se tornar uma grande corporação. ✓ É uma pessoa dinâmica, atenta às movimentações a sua volta, que adora dialogar, participar de eventos, associações e gosta de desafios. ✓ Tem a habilidade em montar equipes, motivar pessoas e captar recursos para colocar a empresa em pleno funcionamento.
Corporativo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ É um profissional com grande conhecimento na área de gestão e de processos. ✓ Observa constantemente os resultados visando o crescimento da empresa. ✓ É competente, ambicioso, vendedor de ideias, reconhece o potencial de seus comandados e almeja metas ousadas.
Social	✓ Está presente nas causas sociais, atuando em organizações sem fins lucrativos (ONGs), tendo suas ações voltadas para o benefício social visando à mitigação das deficiências sociais que o poder público não consegue sanar.

Por necessidade	<ul style="list-style-type: none">✓ Geralmente nasce em decorrência da perda de emprego ou por não conseguir entrar no mercado de trabalho e portanto, decide trabalhar por conta própria.✓ A maioria começa em negócios informais, prestando serviços que envolve pouco retorno financeiro.✓ Em alguns casos são informais, refletindo o problema de um país em desenvolvimento como o Brasil.
Herdeiro (por sucessão familiar)	<ul style="list-style-type: none">✓ Tem a missão de dar continuidade ao negócio da família ao receber a responsabilidade dos pais de forma que não deixe o empreendimento perecer.✓ O principal desafio é manter ou multiplicar o patrimônio familiar e desde cedo é desafiado a entender como o negócio funciona, aprendendo a empreender com os exemplos dos demais membros da família.
Planejador	<ul style="list-style-type: none">✓ As características encontradas nesse empreendedor é o que se espera de uma pessoa que decide empreender, porém não é encontrada na maioria dos casos.✓ Planeja as ações a fim de aumentar os acertos e diminuir a possibilidade de erros.✓ Faz a lição de casa buscando visualizar os passos seguintes do negócio e tem uma visão clara e detalhada do futuro como incentivo ao alcance de metas.

Fonte: Dornelas (2023)

2.1.2 Empreendedorismo em áreas rurais

No contexto geográfico, o empreendedorismo em área rural consiste em buscar soluções para os problemas existentes, visando captar as oportunidades presentes no seu ambiente cotidiano. Pode ser entendido também como o uso dos recursos locais por aquele que constrói seu negócio tendo por base aquilo que a comunidade tem de genuíno (Flaviano *et al.*, 2019; Mia *et al.*, 2025). Deste modo, o espaço rural tem um significado que não se restringe apenas à localização da empresa, mas, sentimentos, raízes culturais, sociais e históricas (Santos *et al.*, 2021, 2021).

O empreendedorismo em área rural enfatiza a ideia do desenvolvimento econômico local que eleva o valor dos recursos provenientes dessas regiões (Santos *et al.*, 2021). Outrossim, o ambiente rural está sendo valorizado com o estabelecimento de novos empreendimentos como o setor terciário (Oliarski; Silva, 2021).

2.1.3 Empreendedorismo no setor terciário em áreas rurais

Segundo o IBGE (2023), o setor terciário (comércio e serviços) teve uma participação de destaque no crescimento do PIB (produto interno bruto) em 2023, sendo responsável pelo acúmulo de valor corrente de R\$ 6,4 trilhões, o que representa um peso de 64,7% na composição do PIB. O setor também teve alta de 2,4% em comparação a 2022, sendo considerado um provedor de empregos e impulsionador econômico.

Nessa perspectiva, as atividades do setor terciário estão dinamizando o ambiente rural, local que outrora era majoritariamente do setor primário. Para *Santos et al.* (2021) antes dessas transformações, o meio rural era, tradicionalmente, visto como um espaço de produção agropecuária reconhecido com dinâmicas limitadas e baixa diversificação em tecnologias e produtos, quando comparado aos centros urbanos. Isso sugeria que o empreendedorismo na área rural seria menos desenvolvido e com pouca inovação. Entretanto, as constantes mudanças mercadológicas passaram a fomentar o empreendedorismo em áreas rurais adaptando-o às novas dinâmicas e hábitos de consumo em que o empreendedor rural passa a ser visto como um protagonista que consegue detectar as oportunidades em sua volta, enfrentar os obstáculos e correr riscos, a fim de guiar seu empreendimento para o sucesso (Flaviano *et al.*, 2019).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar o perfil empreendedor do setor terciário da Zona rural I de São Luís/MA, sua contribuição para economia local e os principais desafios enfrentados. A seguir o perfil demográfico dos empreendedores e os principais achados, a partir das entrevistas realizadas.

Tabela 2 - Resultados da pesquisa

Questões	Frequência_absoluta	Frequência_relativa
----------	---------------------	---------------------

Q1) Gênero		
Masculino	22	44,00%
Feminino	28	56,00%
Total	50	100,00%
Q2) Faixa etária		
18 a 25 anos	6	12,00%
26 a 35 anos	12	24,00%
36 a 50 anos	22	44,00%
51 a 65 anos	10	20,00%
Total	50	100,00%
Q3) Escolaridade		
Sem escolaridade	2	4,00%
Ens. Fundamental	6	12,00%
Ens. Médio	25	50,00%
Ens. Técnico	7	14,00%
Ens. Superior	9	18,00%
Pós-graduação	1	2,00%
Total	50	100,00%
Q4) Ramo de atuação		
Comércio	43	86,00%
Indústria	1	2,00%
Serviços	6	12,00%
Total	50	100,00%
Q5) Tempo de mercado		
Até 2 anos	6	12,00%
2 a 5 anos	9	18,00%
6 a 9 anos	10	20,00%
10 a 15 anos	5	10,00%
Acima de 15 anos	20	40,00%
Total	50	100,00%
Q6) Porte da empresa		
Microempreendedor individual (MEI)	30	60,00%
Microempresa (ME)	18	36,00%
Empresa de pequeno porte (EPP)	1	2,00%
Média empresa	1	2,00%
Total	50	100,00%
Q7) Quantidade de funcionários		
Somente 1	24	48,00%
Entre 1 e 9	25	50,00%
Entre 10 e 49	1	2,00%
Entre 50 e 99	0	0,00%
Total	50	100,00%
Q8) Motivo para abrir a empresa		
Sem motivo específico	1	2,00%
Oportunidade	13	26,00%
Necessidade	14	28,00%

Desejo pessoal/carreira profissional	14	28,00%
É um negócio familiar	8	16,00%
Total	50	100,00%
Q9) Principal dificuldade		
Planejamento	3	6,00%
Capital financeiro	25	50,00%
Mão de obra	8	16,00%
Conhecimento	2	4,00%
Relacionamentos/contatos	1	2,00%
Concorrência	5	10,00%
Burocracia	3	6,00%
Impostos	3	6,00%
Total	50	100,00%
Q10) Principal recurso		
Capital financeiro	28	56,00%
Mão de obra	3	6,00%
Fornecedor	5	10,00%
Conhecimento	13	26,00%
Outro.	1	2,00%
Total	50	100,00%
Q11) Escolha do ramo de negócio		
Lucratividade	8	16,00%
Conhecimento anterior	24	48,00%
Visão de crescimento no ramo de negócio	8	16,00%
Herdeiro(a) de um negócio familiar	1	2,00%
Pouca concorrência	2	4,00%
Indicação de outra pessoa	3	6,00%
Outro.	4	8,00%
Total	50	100,00%
Q12) Escolha da localização do negócio		
Proprietário(a) do imóvel	15	30,00%
Localização do público-alvo	15	30,00%
Visão de crescimento na área/oportunidade de negócio	13	26,00%
Pouca concorrência no ramo	4	8,00%
Outros	3	6,00%
Total	50	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à demografia, dentre os 50 empreendedores entrevistados, 28 (56%) são do gênero feminino e 22 (44%) masculino e têm idades entre 36 e 50 anos. No quesito escolaridade, 50% possuem somente o ensino médio.

No que se refere ao ramo de atuação, dos 43 empreendimentos pesquisados, (86%) atuam no comércio, reiterando a força desse setor na economia de São Luís

(Sebrae, 2023c). Quanto ao tempo de mercado, 40% têm mais de 15 anos. Sobre o porte, 60% são MEI, corroborando os dados do Sebrae (2023a) ao destacar um número significativo de microempreendedor individual tanto no estado do Maranhão (95%) quanto na capital São Luís (93,5%). Observa-se ainda que 50% dos empreendimentos possuem entre 1 a 9 empregados.

Com o intuito de se conhecer os motivos pelos quais os empreendedores abriram o próprio negócio na zona rural, durante a entrevista foi perguntado sobre tais razões, sendo respondido por 28% dos entrevistados que empreenderam tanto por necessidade quanto por desejo pessoal ou oportunidade. Para Mia et al., (2025), a necessidade define metas ambiciosas e motiva o empreendedor a enfrentar obstáculos. Com isso, cabe destacar um fragmento retirado da fala do entrevistado B:

Talvez a necessidade é o que leva tantos empreendedores a estarem empreendendo. Pois é, a gente vê a dificuldade de emprego, por exemplo, eu sou formada, eu trabalho até na minha área. Só que não é o suficiente, a renda que a gente ganha não é o suficiente para manter as nossas despesas, entendeu? Aliás, não é nem opção, a gente tem obrigação ou, sei lá, tem o dever de empreender em outras coisas porque a única renda que a gente tem não dá para manter.

No que diz respeito à dificuldade para abrir o próprio negócio, tanto a mão de obra quanto a carga tributária foram destaques nas entrevistas. Isso foi percebido na fala do entrevistado E. A seguir, um breve fragmento:

Hoje a dificuldade maior no ramo é mão de obra. Muita gente reclama de emprego, mas, quando aparece, não quer. Hoje é o fator principal. Tanto a mão de obra quanto o incentivo do governo. Por esse ramo da gente aqui, que é um ramo de alimento, somos muito explorados. Essa é a parte do governo que a gente se refere, entendeu? Hoje parece que é a carga tributária o que mais pesa.

O capital financeiro aparece em destaque tanto como a principal dificuldade (50%) quanto o principal recurso (56%), visto ser esse o combustível essencial para retirar a ideia do papel e colocá-la em prática. Para Flaviano *et al.* (2019), enfrentar a falta financeira juntamente com a responsabilidade em fazer o empreendimento dar certo é um desafio para entender como funciona a lógica do mercado. Como

principal recurso apontado nas entrevistas está também o conhecimento (26%) que é capacidade de unir tecnologia, talento e capital (Durans *et al.*, 2024; Sahdev *et al.*, 2025). O fragmento do entrevistado C demonstra o sentimento do empreendedor:

O que eu acho que deveria ter um apoio, tipo um Sebrae, para vir fazer a qualificação permanente desses empreendedores da zona rural. Porque, eu não sou um empreendedor que performa bem. Nossa cadeia de serviço tem que ter sinergia. É bom você ter um treinamento, para juntar esses empreendedores da zona rural, trocar experiências e melhorar o atendimento. Porque não basta só um empreendedor se dar bem, tem que ser todos em cadeia e que novos negócios surjam. Então acho que nesse momento é importante um ecossistema, uma rede de apoio para amparar os pequenos negócios.

No que se refere à escolha do ramo de negócio, 48% empreenderam em razão do conhecimento anterior. É importante salientar que a escolha do ramo que se deseja empreender é uma das decisões mais importantes ao iniciar o negócio para mitigar possíveis erros. Em segundo lugar, estão com 16% de frequência tanto a visão de crescimento do negócio quanto a lucratividade que o empreendimento pode gerar.

Outra decisão importante é o motivo da escolha da localidade para implantar o negócio. Pode-se observar que 30% foi por serem proprietários do imóvel e 30% pela localização do público-alvo.

Por fim, os entrevistados foram convidados a contribuir com alguma informação relevante. Dentre as repostas mencionadas, destacam-se fidelidade, experiência, personalização dos produtos e bom relacionamento com os clientes, o que para Durans e Mainardes (2025) e Azzari *et al.* (2024) são variáveis primordiais para a credibilidade e reputação das empresas. Nesse contexto, destaca-se um fragmento da fala do entrevistado A:

O segredo do comércio em si, na zona rural, é justamente o bom relacionamento com o público. Você tem que ter um atendimento de excelência, pode ser com quem for. Além disso, tem que ter comprometimento e cumprir o que promete. Isso é o esteio de tudo. Você nunca deve prometer aquilo que não pode cumprir. Se você tem um preço atrativo, tem que manter. Quanto a data de entrega do produto, você não pode faltar. Porque a experiência do cliente é o que fidelidade o negócio.

Outro ponto abordado pelos empreendedores foi a carga tributária que estão sujeitos a pagar. Nesse sentido, os entrevistados G e H demonstram insatisfação ao falarem sobre o assunto:

Falando sobre empresa, hoje o custo é muito alto – é um salário para o funcionário e outro para o governo. Estou falando em questão de imposto. O governo ajuda a gente a melhorar, se diminuir os tributos. Tinha que ter um apoio maior do governo para ajudar os MEIs. Entrevistado G.

... difícil, eu já paguei, pago muito imposto aqui. Aluguel aqui não é barato, imposto, funcionário. O funcionário agora entrou de férias aí tive que pagar uma 'lapada' para ele. É um direito dele. Eu não tenho nada contra. Mas fica pesado pra gente. Fica pesado porque na zona rural o poder aquisitivo é pequeno. Então, tu tens que ter o bom atendimento como prioridade. Porque se você não tiver atendimento, você não tem nada. Você pode ter estrutura, uma loja muito bonita, mas se não tiver um atendimento de excelência, você não sobrevive. Entrevistado H.

O crédito bancário reduzido também foi mencionado pelo entrevistado D. A seguir um fragmento de sua entrevista:

Ah, que os bancos abrissem mais crédito para o MEI, pois, a gente tem poucas oportunidades. Quando a gente chega nas agências bancárias, ah, tu é MEI? Crédito para ti é mínimo. Então, tu não tens oportunidade de... um empréstimo para fazer um capital de giro, alguma coisa assim... Assim, as portas são bem estreitas para esses empreendedores... Entendeu? É bem restrito. Quando a gente precisa, a gente não encontra muita possibilidade de ajuda nesse sentido.

Segundo os dados resultantes da pesquisa, 50% dos empreendimentos possuem entre 1 e 9 funcionários, garantindo assim oportunidade de emprego para os moradores da própria região e retendo a mão de obra local. A geração de empregos e renda pode ser considerada uma das maiores contribuições desses pequenos negócios.

Dessa forma, os empreendimentos da zona rural I de São Luís/MA têm participação significativa no fortalecimento da economia local. A variedade de empreendimentos instalados nessa região possibilita que o consumidor não se ausente do seu bairro para efetuar a compra desejada, fazendo com que a renda circule na própria região, beneficiando e fortalecendo a economia local.

4 CONCLUSÃO

O empreendedorismo é considerado um dos principais vetores do desenvolvimento econômico do país. Isso pode ser explicado devido sua importância na geração de trabalho, emprego e renda. Nesse contexto, dada a relevância da prática empreendedora, decidiu-se analisar o perfil empreendedor do setor terciário da zona rural I de São Luís/MA, sua contribuição para economia local e os principais desafios enfrentados por esses empreendimentos.

A pesquisa evidenciou que quase metade dos negócios da região já ultrapassou 15 anos de existência, se consolidando no mercado local. Observou-se também que os empreendimentos são formados por MEI, ME e EPP que empregam entre 1 a 9 funcionários.

Constatou-se que os empreendedores foram motivados a abrir suas empresas por necessidade, desejo pessoal ou oportunidade. Além disso, a principal dificuldade encontrada na abertura do negócio foi o capital financeiro. Já a escolha do ramo de negócio se deu pelo conhecimento adquirido em outras experiências. Foi possível identificar que a escolha da zona rural I de São Luís para montar o negócio se deu pela localização do público-alvo e os empreendedores serem donos dos imóveis.

É importante enfatizar que a pesquisa teve suas limitações, sendo possível a aplicação do questionário a 50 empreendimentos da zona rural I de São Luís. Para pesquisas futuras sugerem-se estudos em outras localidades rurais ou metropolitanas maranhenses ou brasileiras cuja economia é aquecida por pequenos negócios. De igual forma, novos estudos poderão investigar quais políticas públicas de emprego e renda têm sido desenvolvidas nessas áreas, inclusive, estratégias de rede de apoio aos empreendimentos da zona rural e políticas de fomento e crédito a esses empreendedores. Recomenda-se também que futuros estudos investiguem a perspectiva de outras partes interessadas no processo empreendedor como clientes, governos e o Sistema S (Sebrae, Sesi, Senai, Senac, Sesc, Sest, Senat, Senar e SESCOOP) por sua relevância na formação de mão de obra qualificada e apoio aos

empreendimentos. Assim, o contexto pode resultar em conclusões distintas do presente estudo.

REFERÊNCIAS

ALPERSTEDT, G. D.; ANDION, C.; PIRES, P. K. Dos empreendimentos sociais aos negócios de impacto: Examinando o debate teórico rumo à inovação social. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 12, n. 2, p. 6, 2023.

ARAÚJO, J. M.; FARIA, E. R.; FERREIRA, M. A.M. A lei complementar 123/06 e suas implicações no desenvolvimento do município de Viçosa-MG. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 16, n. 1, p. 111-126, 2022.

AUDRETSCH, D. B.; APARICIO, S.; HUGHES, M.; URBANO, D. Linking entrepreneurship and society: Solutions for today and tomorrow. **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJEBR-08-2024-0864>, Acesso em: 25 jan. 2025.

AZZARI, V.; MAINARDES, E. W.; CRISTO-ANDRADE, S.; DURANS, A. A.; VALE, C.; MACEDO, C. J. T. Co-creation of value and social marketing: Systematic literature review and future research agenda. **Journal of Creating Value**, v. 10, n. 2, p. 189-203, 2024.

BACQ, S.; GUERRERO, M.; SIEGEL, D.; PINTO, J. Entrepreneurship as an academic field: Taking stock and new directions. **International Journal of Management Reviews**, v. 27, n. 4, oct. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ijmr.70001>, Acesso em: 17 ago. 2025.

BANSAL, P.; SMITH, W. K.; VAARA, E. New ways of seeing through qualitative research. **Academy of Management Journal**, v. 61, n. 4, p. 1189-1195, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015.

BARRETO, M. C.; NÓBREGA, K. C.; ARAÚJO, P. S. R. Competências essenciais como vantagem competitiva: O desafio das micro e pequenas empresas (MPE'S). **RAUnP - Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar**, v. 12, n. 1, p. 35-46, 2020.

BEHLING, G.; LENZI, F. C. Competências empreendedoras e comportamento estratégico: Um estudo com microempreendedores em um país emergente. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 16, p. 255-272, 2019.

BELLAMY, L. C.; AMOO, N.; MERVYN, K.; HIDDLESTONE-MUMFORD, J. Strategy formation and SMEs: The role played by strategy tools. **Strategic Direction**, v. 35, n. 9, p. 1-3, 2019.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócio. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

DURANS, A. A.; MAINARDES, E. W. Effects of strategic value orientation on personal data privacy, value in use and organizational reputation. **International Journal of Bank Marketing**, v. 43, n. 2, p. 341-367, 2025.

DURANS, A. A.; OLIVEIRA, M. P.; MAINARDES, E.W.; RIPARDO, G. S.; SHOWKAT, S. **Quinta Revolução Industrial**: Conexões com objetivos de desenvolvimento sustentável e as contribuições da ciência. 4º Business Technology Congress (B-TECH). Brasil. 2024, Dispo nível em <https://www.researchgate.net/publication/386342321/>. Acesso em: 10 novembro 2024.

DURANS, A. A.; SILVA, F. P. B.; COSTA, K. C. S.; FRANCO, J. P.; KRAN, F. S. Satisfação e insatisfação no trabalho: Estudo de caso com trabalhadores brasileiros. **Revista Saúde, Ambiente, Sustentabilidade & Tecnologia (SAS & TEC CEST)**, v. 1, n.1, p. 90-108, 2023.

FLAVIANO, V.; ZAJONZ, B. T.; LANGBECKER, T. B.; ARBAGE, A. P. Empreendedorismo rural: Olhares em contextos diversos. **Revista Conexão UEPG**, v. 15, n. 3, p. 301-309, 2019.

GEM-GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil 2023**. [S. /], Disponível em: <https://www.gemconsortium.org/report/gem-brazil-2023-national-report>. Acesso em: 10 novembro 2024.

HAUSER, A.; EGGERS, F.; GÜLDENBERG, S. Strategic decision-making in SMEs: Effectuation, causation, and the absence of strategy. **Small Business Economics**, v. 54, n. 3, p. 775-790, 2020.

IBGE. **Produto Interno Bruto - PIB**. [S. /], Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 10 novembro 2024.

LIM, W. M. What is qualitative research? An overview and guidelines. **Australasian Marketing Journal**, v. 33, n. 2, p. 199-229, 2025.

MAINARDES, E. W.; CISNEIROS, G. P. O.; MACEDO, C. J. T.; DURANS, A. A. Marketing capabilities for small and medium enterprises that supply large companies. **Journal of Business & Industrial Marketing**, v. 37, n. 1, p. 47-64, 2022.

MARANHÃO. **1.500 pequenos negócios do Itaqui-Bacanga recebem consultoria e soluções gratuitas**. Governo do Maranhão, 2022. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/1.500-pequenos-negocios-do-itaqui-bacanga-recebem-consultoria-e-solucoes-gratuitas> Acesso em 16 agosto 2025.

MIA, M. M.; RAHMAN, M. A.; AHMED, S. F.; IQBAL, M. M.; KHAN, M. S. Entrepreneurial intention: The role of psychological factors and cognitive process in entrepreneurship. **Revista de Gestão**, v. 32, n. 1, p. 19-37, 2025.

OLIARSKI, F.; SILVA, A. J. H. Características empreendedoras em pequenos produtores rurais. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 7, n. 1, p. 37-58. 2021.

PEREIRA, C. S. S.; VALENÇA, M. R. Cidades médias do nordeste brasileiro no contexto da globalização: Uma análise a partir do comércio e serviços. **Revista de Geografias Iberoamericanas**, n. 4, 2024.

SAHDEV, S. L.; DURANS, A.A.; KRISHNAN, C.; KATRODIA, A.; YADAVALLI, L. K. Aligning organizational strategy with sustainable development goals. In: **Managing for Sustainability: The Role of Human Resource Management in Advancing SDG Goals**. 2025. p. 23-39.

SÃO LUIS. **Lei nº 7.122 de 12 de abril de 2023. Plano Diretor de São Luís**. Prefeitura de São Luís, 2023. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/incid/conteudo/4023>. Acesso em: 10 novembro 2024.

SÃO LUIS. **Diagnóstico socioeconômico da área Itaqui-Bacanga**. Prefeitura de São Luís, 2025. Disponível em: http://10.0.0.77/wordpress/wp-content/uploads/2021/02/diagnostico_Itaqui_Bacanga.pdf Acesso em 16 agosto 2025.

SANTOS, C.; TESTON, S. F.; ZAWADZKI, P.; LIZOTE, A. A.; MACHADO, H. O. V. Individual absorptive capacity and entrepreneurial intention in successors of rural properties. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 21, n. 3, p. 1-29, 2020.

SANTOS, I. S.; ALVES, C. E.S.; DEWES, H. Produção científica no empreendedorismo rural relacionado ao turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, p. e-2037, 2021.

SEBRAE. **A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil**. [S. /], 29 mar. 2023a. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SEBRAE. **Qual o papel das pequenas empresas na economia brasileira**: -. [S. /], 2 jun. 2023b. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/qual-o-papel-das-pequenas-empresas-na-economia-brasileira>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SEBRAE. **Conhece a história do empreendedorismo?**.7 ago. 2023c. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conhece-a-historia-do-empreendedorismo>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SOBEL, R. S.; CLEMENS, J. **O essencial de Joseph Schumpeter**: a economia do empreendedorismo e a destruição criativa. Faro Editorial, 2024.

THEODORAKI, C.; DANA, L.; CAPUTO, A. Building sustainable entrepreneurial ecosystems: A holistic approach. **Journal of Business Research**, v. 140, p. 346-360, 2022.

WOOLLEY, J. L.; POZNER, J. Co(coa)preneurship: The persistence of craft ventures and the power of coupling. **Academy of Management Discoveries**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5465/amd.2023.0140> Acesso em: 25 jan. 2025.

Agradecimento

Ao Centro Universitário Santa Terezinha–CEST pelo suporte durante o desenvolvimento da pesquisa.

Financiamento

Não houve financiamento.

Conflito de interesse

Declaramos que não houve conflito de interesses.

**AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES COMO GARANTIA DO ACESSO À
JUSTIÇA DA COMUNIDADE: O Papel da Participação Coletiva na
Promoção da Cidadania e Equidade Social**

**THE RESIDENTS' ASSOCIATIONS AS A WARRANTY OF COMMUNITY
ACCESS TO JUSTICE: The Role off Collective Participation in Promoting
Citizenship and Social Equity**

Recebido em: 09/03/2025

Aprovado em: 28/08/2025

Emerson de Jesus da Silva (Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-1694-9663>)
Discente do Curso de Direito. Centro Universitário Santa Terezinha-CEST, São Luís,
Maranhão, Brasil.

Antonia Caroline Borges Carvalho (Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9169-2898>)
Discente do Curso de Direito. Centro Universitário Santa Terezinha-CEST, São Luís,
Maranhão, Brasil.

DOI: [10.5281/zenodo.18717617](https://doi.org/10.5281/zenodo.18717617)

Autor para correspondência:

Nome: Emerson de Jesus da Silva
E-mail: emerson.silva@cest.edu.br

RESUMO

Introdução: O acesso à justiça, princípio fundamental para a garantia da efetivação de outros direitos, está intrinsecamente relacionado à ideia de que todos os indivíduos devem ter a oportunidade de buscarem a proteção de seus direitos mediante o sistema de justiça. Nesta perspectiva, a existência de instituições e mecanismos que possibilitem o acesso aos instrumentos de efetivação de direitos dentro do sistema de justiça é essencial. É neste contexto que o papel das associações de moradores revela sua importância, vez que podem servir como elo entre a comunidade e as instituições de justiça, efetivando os direitos aos quais seus integrantes fazem jus. **Objetivo:** O presente trabalho tem como finalidade analisar o papel destas instituições como meio de efetivação desse direito. **Materiais e métodos:** Para analisar como isso ocorre, utilizou-se como método de pesquisa, a análise documental e a revisão de literatura, numa abordagem qualiquantitativa e dedutiva. **Resultado:** Ao final, constatou-se que as associações de moradores revelaram-se essenciais para a formação de uma sociedade justa e igualitária, uma vez que atuam como

ferramenta para a promoção da cidadania e da equidade social, através da promoção do acesso à justiça a membros e associados. Contribuições científicas: Ao analisar o papel das associações de moradores como mediadoras entre sociedade e os sistemas de acesso à justiça, esta pesquisa irá contribuir para uma maior discussão no que diz respeito ao papel dessas instituições ao promoverem a participação comunitária no âmbito das resoluções de conflitos. **Conclusão:** Ao atuarem como educadoras cívicas, elas não apenas complementam o sistema judicial, mas também promovem a participação cidadã e a resolução de conflitos. Logo, é fato que, o reconhecimento e a valorização dessas associações pelos órgãos governamentais são cruciais para o cumprimento efetivo do ODS 16, construindo uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Associações de moradores. Direitos.

ABSTRACT

Introduction: Access to justice, a fundamental principle for guaranteeing the effectiveness of other rights, is intrinsically related to the idea that all individuals should have the opportunity to seek protection for their rights through the justice system. From this perspective, the existence of institutions and mechanisms that enable access to instruments for the realization of rights within the justice system is essential. It is in this context that the role of residents' associations reveals its importance, as they can serve as a link between the community and justice institutions, thereby making the rights to which their members are entitled effective. **Objective:** This paper aims to analyze the role of these institutions as a means of making this right effective. **Materials and Methodology:** To analyze how this occurs, a qualitative-quantitative and inductive research method was used, combining documentary analysis and a literature review. **Results:** It was found that residents' associations proved to be essential for the formation of a just and egalitarian society, as they act as a tool for promoting citizenship and social equity through the promotion of access to justice for members and associates. **Scientific Contributions:** By analyzing the role of residents' associations as mediators between society and justice access systems, this research will contribute to a broader discussion regarding the role of those institutions in promoting community participation in conflict resolution. **Conclusion:** By acting as civic educators, they not only complement the judicial system but also promote citizen participation and conflict resolution. Therefore, it is a fact that the recognition and appreciation of these associations by governmental bodies are crucial for the effective fulfillment of SDG 16 ODS, building a more just and inclusive society.

Keywords: Access to justice. Residents' association. Rights.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à justiça, assegurado pela legislação brasileira como direito fundamental, é considerado um princípio basilar do estado democrático de direito, fazendo-se essencial para a garantia da efetivação de outros direitos fundamentais previstos no ordenamento jurídico vigente. No entanto, a realidade desigual da sociedade, o impede de ser efetivado e aplicado a todos os cidadãos de forma concisa e eficiente, para que se possa garantir o mínimo existencial para uma vida humana digna. A efetivação desse direito, possibilita a todos os indivíduos a oportunidade de recorrer ao Poder Judiciário para defesa de suas necessidades advindas de suas relações sociais, assim como a tutela de interesses, sejam eles difusos, coletivos ou homogêneos.

O artigo 5º, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, assegura que as entidades associativas, expressamente autorizadas, possuem legitimidade para representar seus filiados judicialmente ou extrajudicialmente. A composição desse dispositivo não só legitima a criação das associações, como também destaca o importante papel que tais organizações possuem para a promoção do acesso à justiça e a defesa dos interesses populares, pois muitas vezes atuam como ponte para o acesso ao judiciário, sobretudo para aqueles em situação de vulnerabilidade social e insegurança jurídica.

Historicamente, o acesso à justiça enfrenta barreiras significativas para o seu cumprimento e universalização a toda a sociedade. Sejam elas, barreiras econômicas, sociais ou culturais, o que culmina a limitação do indivíduo de reivindicar seus direitos e necessidades básicas nas esferas judiciais. Assim, as associações de moradores desempenham um importante papel na garantia desse princípio constitucionalmente

garantido, haja vista que oferecem espaços de fortalecimento comunitário, onde os associados podem se unir na defesa dos interesses jurídicos da comunidade.

Para tanto, para proporcionar uma compreensão clara e objetiva do tema aqui discutido, o trabalho está organizado em 7 seções, sendo elas a introdução, materiais e métodos, resultados, discussão, considerações finais, e por último as referências bibliográficas.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar o papel das associações de moradores na concretização do acesso à justiça dos cidadãos, além de promover uma reflexão sobre como tais instituições podem servir como meio de defesa dos direitos e interesses individuais ou coletivos, a fim de refletir sobre o impacto exercido por esses grupos na construção de uma sociedade justa e equitativa para todos.

2 MATERIAIS E MÉTODO

Para entender a relação entre as associações e o sistema jurídico, a metodologia utilizada incluiu a análise documental e a revisão de literatura de artigos acadêmicos. O foco foi compreender como essas entidades auxiliam na garantia dos direitos civis e na promoção da cidadania entre seus membros. A pesquisa adotou um método dedutivo, iniciando com uma análise macro da estrutura, utilizando a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002 para conceituar as associações e posteriormente utilizando o site base, Google acadêmico, com critérios excludentes tais como, artigos científicos, dissertações dos últimos 10 anos, selecionando os que abordam o tema de cidadania, com a finalidade de ter um olhar abrangente dessa estrutura. Em seguida, realizou-se uma análise micro, com recorte na Associação de Moradores do Conjunto Angelim, em São Luís, Maranhão. A abordagem foi quali-quantitativa, combinando a análise

documental e a revisão integrativa de artigos com entrevistas e rodas de conversa com as lideranças e membros da associação em 2023 e 2024. As entrevistas foram estruturadas para explorar as experiências e demandas diárias da comunidade, para entender a dinâmica interna da entidade na promoção de direitos.

2.1 Análise Documental

A análise documental baseou-se em um arcabouço normativo e jurisprudencial. O estudo iniciou com as normas brasileiras, focando na Constituição Federal de 1988 e no Código Civil de 2002. A pesquisa também incluiu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 como diretrizes complementares. No âmbito jurídico, foi realizada uma análise de jurisprudências no Jusbrasil. A pesquisa identificou um julgado relevante que reconhece a legitimidade das associações para propor ações judiciais, o que reforça o papel dessas entidades na busca pelo acesso à justiça.

2.2 Revisão de Literatura e Rodas de Conversa na Associação de Moradores

A revisão de literatura foi conduzida de forma que buscou a utilização da base de dados do Google Acadêmico, aplicando critérios de exclusão para selecionar artigos e dissertações dos últimos 10 anos que estivessem alinhados com os temas de cidadania e promoção de direitos civis. Os materiais que não se encaixavam na temática foram descartados após a leitura do título e do resumo.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa contou com a vivência empírica de rodas de conversa quinzenais com as lideranças e membros da Associação de Moradores do Conjunto Angelim. Esses encontros permitiram captar as demandas e dificuldades da comunidade. Foi

possível constatar que, de fato, as lideranças atuam como mediadoras e porta-vozes das demandas da comunidade. Essa vivência confirmou que as associações agem como promotoras de cidadania, conforme previsto na Constituição e no Código Civil, contribuindo para o cumprimento do ODS 16 da Agenda 2030.

3 RESULTADOS

A análise documental e a revisão de literatura permitiram identificar um conjunto de resultados que fundamentam o papel das associações de moradores na promoção do acesso à justiça, conforme os objetivos propostos. Os achados foram sistematizados em três eixos principais: o aspecto jurídico que sustenta a atuação dessas entidades, sua legitimidade processual na via judicial e seu papel na via consensual por meio da mediação comunitária.

O aspecto Jurídico das Associações no Brasil: A pesquisa documental demonstrou que as associações de moradores têm sua existência e atuação asseguradas constitucionalmente. A Constituição Federal de 1988 garante a liberdade de associação como um direito fundamental, o Código Civil de 2002, por sua vez, complementa essa base, definindo as associações como "a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos". A legislação exige que os estatutos dessas entidades prevejam requisitos para admissão, deveres dos associados e fontes de receita, além de proibir a distribuição de lucros ou dividendos aos seus membros. Essa estrutura legal, ao permitir a união de pessoas em associações sem fins lucrativos, demonstra uma flexibilidade que fortalece a capacidade de defesa de interesses comuns perante a sociedade e o poder público.

A Legitimidade Processual na Via Judicial: Os resultados da revisão bibliográfica indicaram que a capacidade das associações de moradores

de defenderem direitos coletivos em juízo tem sido progressivamente reconhecida pela jurisprudência. Um marco importante foi o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que consolidou a legitimidade de associações para a liquidação e execução de sentenças coletivas, estendendo os benefícios a todos os moradores afetados, independentemente de sua filiação. Mais recentemente, uma decisão da Quarta Turma do STJ no Recurso em Mandado de Segurança nº 67.746/SP, publicada em maio de 2023, reforçou essa legitimidade ao permitir que as associações ajuízem ações de cobrança nos Juizados Especiais Cíveis para causas de até 40 salários-mínimos. Essa decisão é estratégica, pois equipara as associações aos condomínios, facilitando o acesso a um meio processual mais célere e econômico para a resolução de demandas de menor complexidade.

A Atuação na Via Consensual: o Sistema Multiportas e a Mediação Comunitária: Além da via judicial, as associações de moradores atuam como meio ideal para a implementação do Sistema Multiportas de resolução de conflitos, uma política pública consolidada pela Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Código de Processo Civil de 2015. A mediação comunitária, promovida pelas associações, é uma ferramenta eficaz que se concentra nas necessidades do cotidiano das pessoas e busca soluções conciliadoras para problemas como conflitos entre vizinhos ou disputas por serviços públicos. Essa abordagem não apenas desafoga o sistema judicial, mas também contribui para o fortalecimento da democracia participativa, promovendo o diálogo e o empoderamento de setores vulneráveis da sociedade.

4 DISCUSSÃO

A revisão de literatura revelou, de maneira consistente, que as associações exercem relevante função de mediação em conflitos

extrajudiciais, assumindo o papel de facilitadoras e representantes de seus associados. Não obstante, verificou-se como desafio central a limitada disponibilidade de estudos específicos sobre a temática. Apesar de se tratar de um objeto de investigação amplo e recorrente na realidade social e jurídica, a insuficiência de contribuições doutrinárias e de pesquisas direcionadas ao tema configurou um obstáculo à análise, sem contudo, reduzir a pertinência e a necessidade do presente estudo.

A princípio, o papel ativo da comunidade é essencial para a efetividade do processo democrático. A cidadania transcende a mera participação eleitoral, abrangendo a capacidade de debater e influenciar diretamente as demandas urbanas, desde reivindicações de infraestrutura até a participação em plebiscitos. A pesquisa empírica, em conjunto com a revisão bibliográfica, confirma a grande relevância das associações de moradores nesse contexto. Essas entidades fortalecem a cidadania ao fomentar a participação política e social, criando um ambiente propício para o debate e a mobilização. Dessa forma, elas capacitam os cidadãos a influenciar as decisões locais, promovendo uma gestão mais democrática e inclusiva.

O acesso à justiça é garantido pelo artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que determina: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, esse dispositivo assegura que qualquer cidadão pode recorrer ao Poder Judiciário em caso de lesão ou ameaça a seus direitos, entretanto, o acesso à justiça não se resume meramente ao sistema judiciário. Dentro dessa perspectiva as associações atuam como importantes agentes na operacionalização do conceito ampliado de acesso à justiça. Ao funcionarem como espaços de articulação comunitária e canais de diálogo, essas entidades aproximam os cidadãos dos mecanismos de resolução de conflitos, inclusive por meio do sistema multiportas e cidadania participativa. Cardoso, conceitua que:

A Associação de Moradores é uma forma de exercício e efetivação da cidadania. É por meio do aprendizado, fruto da própria organização comunitária, que os cidadãos passam a reconhecer melhor os seus direitos e perceber os poderes que possuem quando estão organizados (Cardoso *et al.*, 2012, p. 12).

Nesse contexto sua atuação vai além da simples organização comunitária, funcionando como espaços de articulação e mediação de conflitos. Elas proporcionam uma plataforma para o engajamento dos cidadãos nas questões que impactam diretamente suas vidas, contribuindo para a promoção da justiça. Portanto, é notório que as associações contribuem para o fortalecimento da cidadania e para a defesa de direitos coletivos, funcionando como intermediárias entre a comunidade e o poder público.

A participação não é somente um instrumento para a solução de problemas mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano [...] A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo (Bordenave, 1994, p. 16 apud Jucá, 2007, p. 49).

Ao fazer-se um aprofundamento no tema, verifica-se que as associações atuam como porta-vozes de seus membros, contribuindo para o Estado Democrático de Direito, ao criar um ambiente ideal para processos deliberativos. Elas são essenciais para a inclusão social e resgatam a ideia da *Ágora* grega em um contexto mais participativo.

A *ágora* grega constituía-se no espaço comum da pólis, na qual os cidadãos (indivíduos do sexo masculino, de pais gregos, livres e detentores de terras e escravos) exerciam os seus direitos políticos participando das decisões públicas. (Coiro-Moraes e Farias, 2017, p. 04).

A liderança capacitada é crucial para o funcionamento eficaz, pois o presidente da associação gerencia as dinâmicas internas e incentiva debates alinhados às necessidades da comunidade. Segundo Duarte, as associações também contribuem para a democracia por meio de um acesso mais direto à arena política, tornando-se protagonistas na

participação cidadã. Ao participar da elaboração de normas sociais, os indivíduos compreendem melhor o sistema jurídico e conferem maior credibilidade a ele, atualmente, o papel das associações é ainda mais visível como instrumento para ampliar a participação cidadã, dada a complexidade e pluralidade das comunidades

Para que as associações atuem de forma eficaz no processo democrático, é essencial contar com uma liderança capacitada. O presidente da associação desempenha um papel central na gestão das dinâmicas internas e no incentivo às reuniões e debates alinhados aos valores e às necessidades da comunidade. Nesse mesmo sentido, Duarte também discorre que “as associações podem ainda contribuir para o funcionamento da democracia através de um acesso mais direto à arena política”, sendo então um dos principais protagonistas na promoção da participação cidadã nas decisões locais. Ainda nessa perspectiva, o autor enfatiza que, ao participarem do processo de elaboração das normas sociais que regem determinada sociedade, os indivíduos passam a compreender melhor o sistema jurídico e a conferir maior credibilidade ao seu regimento normativo.

O Código Civil Brasileiro, no artigo 53, define as associações como reuniões de pessoas com fins não econômicos, reforçando a ideia de que seu principal objetivo é o bem-estar coletivo. Essa missão é sustentada por mobilizações e campanhas que incluem ações políticas. A comoção social gerada por essas iniciativas impacta diretamente a vivência dos moradores, uma vez que os debates sobre determinadas questões dependem da coesão interna dos associados, influenciando posteriormente toda a comunidade.

Outro ponto relevante é que as reuniões entre líderes das associações e seus membros têm uma contribuição direta na esfera política, fortalecendo a democracia direta. Esse processo também leva a

uma maior valorização do sistema jurídico, desmistificando a necessidade de judicialização para garantir o acesso à justiça. Os membros dessas associações não apenas se conscientizam sobre a complexidade da cidadania, mas também assumem um papel ativo na formulação de políticas públicas. Os desafios comuns enfrentados por essas comunidades contribuem para a criação de políticas mais inclusivas. Como destacado por Rosa *et al.* (2021, p. 32), "os direitos individuais homogêneos permitem que pessoas detentoras de direitos individuais específicos se unam em um processo coletivo para compartilhar recursos e compor uma parte [...]".

Além de se conscientizarem sobre a complexidade da cidadania, os membros das associações assumem um papel ativo na formulação de políticas públicas. Os desafios comuns enfrentados por essas comunidades contribuem para a criação de políticas mais inclusivas, discutir políticas públicas nos leva a uma das fontes da pesquisa: a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda 2030, adotada pelos Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) entre 25 e 27 de setembro de 2015, estabeleceu um plano para a comunidade internacional, visando alcançar um mundo mais justo e próspero. O foco principal da Agenda e de seus 17 ODS é a promoção da paz, da prosperidade e da sustentabilidade, assim:

Ratificada em 2015 por 193 países, essa Agenda é distribuída por 17 Objetivos – os ‘ODS, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável’ – compostos por 169 metas que devem ser cumpridas até o ano de 2030. Ampla, diversificada e demandando a interação de suas metas, tal proposta envolve uma diversidade de campos de atuação que transitam pela erradicação da pobreza e da fome; saúde e bem-estar; educação; igualdade de gênero; acesso à água potável e saneamento; energia limpa; trabalho decente; crescimento econômico sustentável; redução das desigualdades sociais; sustentabilidade da vida; inovações em infraestrutura; consumo responsável; cidades saudáveis; responsabilidade climática; redução das desigualdades; instituições eficazes; e paz social. (Rankings, 2019, p. 1).

No que se refere o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), os Estados assumiram para si o compromisso de promover a pacificação das sociedades, promover a inclusão para todos, assim como construir instituições eficazes e eficientes em todos os aspectos. O acesso à justiça, se mostra um princípio fundamental para o desenvolvimento sustentável e a garantia dos direitos humanos. Ele não se limita apenas à ideia de que o indivíduo pode recorrer ao Sistema Judiciário, mas também a ideia de que todos, independente de sua condição financeira, social, raça ou orientação sexual têm seus direitos legalmente protegidos. Cappeletti e Garth (1998, p.12) afirmam que o acesso à justiça é considerado o requisito mais fundamental dos direitos humanos de um sistema jurídico moderno e igualitário, pois garante, em vez de apenas proclamar, os direitos de todos.

No que tange à figura do sistema jurídico, ao garantir e proclamar direitos, emerge o sistema multiportas que visa oferecer diferentes caminhos para a resolução de conflitos de forma célere e eficaz, promovendo a ampliação do acesso à justiça, contribuindo para a efetivação do ODS 16. Esse sistema, ao estabelecer meios alternativos para dirimir litígios, proporciona ao cidadão outras formas que não seja a tutela jurisdicional do Estado para pacificar problemáticas da sociedade, por exemplo a mediação, conciliação e arbitragem. Esses, são denominados de meios autocompositivos, exceto a arbitragem que é denominada heterocompositiva, pois um terceiro de confiança ficará responsável pela resolução do problema, ao contrário dos métodos autocompositivos que sugere o diálogo e consenso das partes na busca da solução de suas problemáticas. O Estado, ao incentivar tais condutas, democratiza o acesso à justiça, promove o fortalecimento das instituições ao garantir meios que oportunizem um sistema jurídico forte, acessível, e eficiente para todos, como preconiza o ODS 16.

Nesse sentido, mesmo com a implementação da promoção do acesso à justiça, os desafios para alcançar a efetiva concretização desse princípio, são significativos, especialmente em países subdesenvolvidos, sejam por barreiras econômicas, a pobreza, a falta de informação, a própria ineficiência dos sistemas jurídicos do Estado. A implementação efetiva do ODS aqui tratado, requer a conjugação mútua dos diversos setores da sociedade, sejam eles públicos ou privados. Promover boas práticas para que sejam acessíveis a todos os cidadãos, assim como efetivação do acesso à justiça, é essencial. Nesse viés, as associações de moradores surgem como um importante meio de acesso a essa garantia, e fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Diante o exposto, é evidente que, em demandas coletivas, as associações atuam como mecanismos de acesso à justiça, promovendo maior isonomia no sistema de justiça, intermediando a relação entre a comunidade e a esfera política. Através das reuniões com os membros da comunidade do Angelim, constatou se que, o presidente dessa entidade atua como mediador, sendo a figura central e como o principal porta voz de outros membros, e recebendo influência do antigo presidente associado, logo essa dinâmica interna influencia por um sistema de participação conjunta, apesar de seu potencial transformador, as associações enfrentam desafios estruturais e organizacionais.

Embora o papel das associações de moradores na promoção da equidade atue continuamente, a abordagem se baseia em um modelo ideal de participação, que pode não corresponder à realidade complexa e aos desafios enfrentados por muitas comunidades. Fatores como renda, estrutura familiar e acesso à tecnologia, que influenciam diretamente o engajamento dos moradores, não foram considerados em detalhes, no entanto, as reflexões aqui apresentadas oferecem contribuições significativas para a prática.

O estudo destaca a importância de políticas públicas que não apenas incentivem, mas também fortaleçam as associações locais. Reconhecer essas entidades como cruciais para a educação cidadã e o acesso à justiça é fundamental. Além disso, o sucesso desses movimentos vai além de uma liderança eficaz, dependendo, sobretudo, da criação de um ambiente deliberativo e inclusivo que valorize a participação coletiva. A promoção de um debate saudável e o compartilhamento de responsabilidades são, portanto, estratégias essenciais para que essas associações se consolidem como instrumentos de cidadania plena.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As associações de moradores são um canal eficaz para a reivindicação de direitos, especialmente em contextos em que os órgãos jurídicos apresentam barreiras ao acesso a determinadas garantias. O pleno funcionamento dessas instituições depende da participação ativa, direta ou indireta, dos membros da comunidade, o que garante um maior engajamento nas pautas discutidas. Logo é necessário um maior reconhecimento e valorização dessas instituições por parte dos órgãos governamentais, para que haja um diálogo célere e eficaz, propiciando o efetivo acesso à justiça e o cumprimento do ODS 16.

Os resultados deste estudo destacam a relevância das associações como agentes principais no processo democrático, atuando como educadores e fortalecedores da cidadania. Ao oferecerem espaços de debate, elas auxiliam o sistema de justiça, facilitam a resolução pacífica de conflitos e estimulam o conhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos. As associações incentivam a participação dos moradores nas decisões locais, contribuindo para uma educação cívica essencial para uma sociedade justa e isonômica, e desmistificam a ideia de que o sistema judiciário é o único caminho para a garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

AQUILERA URQUIZA, Antônio Hilário; CORREIA, Adelson Luiz. Acesso à justiça em Cappelletti/Garth e Boaventura de Souza Santos. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 20, n. 8, p. 305–319, 2018. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2018.v20i8.3844. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/3844>. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 13 set. 2025.

CARDOSO, Paulo; SAULE JÚNIOR, Nelson. **Associação de moradores**. São Paulo: PUC-SP, 2012. Disponível em: https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/escritorio-modelo/biblioteca/09_Associacao_moradores_web.pdf. Acesso em: 13 set. 2025.

CLÍNICA DE ACESSO À JUSTIÇA DA FGV DIREITO SP. **Acesso à justiça e a tutela coletiva de direitos**. São Paulo: FGV Direito SP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/2739a9c1-8d9a-4335-81ca-5eed7d3f2fd7/content>. Acesso em: 13 set. 2025.

COIRO-MORAES, Ana Luiza; FARIAS, Victor Varcelly Medeiros. O exercício da cidadania da ágora grega ao site de rede social digital. **Revista Extraprensa**, São Paulo, Brasil, v. 11, n. 1, p. 74–91, 2017. DOI:

10.11606/extraprensa2017.122629. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/122629>. Acesso em: 13 set. 2025.

DA REDAÇÃO. Entenda o ODS 11 e a sua importância para o bem-estar social. **Seja Relevante**, São Paulo, 2023. Disponível em:

<https://sejarelevante.fdc.org.br/entenda-o-ods-11-e-a-sua-importancia-para-o-bem-estar-social/>. Acesso em: 13 set. 2025.

DUARTE, Rute de Jesus. **Associações de moradores como espaços de aprofundamento democrático**. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Cap. 5. Disponível em:

<https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPED/Dissertacao/2017/Rute%20de%20Jesus%20Duarte.pdf>. Acesso em: 13 set. 2025.

HEY MELO, Juliane Andrea de Mendes; SCHIER, Adriana da Costa Ricardo. O direito à participação popular como expressão do Estado Social e Democrático de Direito. *A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, Belo Horizonte, v. 17, n. 69, p. 127-147, 2017. DOI:

10.21056/aec.v17i69.825. Disponível em:

<https://revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/825>. Acesso em: 13 set. 2025.

PEREIRA, João Adolfo; SOUZA, Luis Eugenio; LIMA, Ricardo de Sousa. O Brasil rumo a 2030? Percepções de especialistas brasileiros(as) em saúde sobre o potencial de o País cumprir os ODS. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. spe, p. 110-123, mar. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/CNwYxgJZ4kVRHmnDhykMWcz/?lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2025.

Agradecimento

Gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão à Professora Nathalia Fernanda Castro Maciel, docente do curso de Direito do Centro

Universitário Santa Terezinha (CEST), pelas suas valiosas contribuições para este trabalho. Agradecemos também ao coordenador da Extensão Universitária do Centro Universitário Santa Terezinha (CEST) e aos associados da Associação de Moradores do Conjunto Angelim, na pessoa do presidente Rogério Lima, pela participação e colaboração neste trabalho.

Financiamento

Nenhum

Conflito de interesse

Nenhum

**REPERCUSSÕES DO USO DE DROGAS LÍCITAS E ILÍCITAS POR GESTANTES PARA
O FETO: uma revisão de literatura**

**REPERCUSSIONS OF THE USE OF LEGAL AND ILLICIT DRUGS BY PREGNANT
WOMEN FOR THE FETUS: a literature review**

Recebido em: 10/03/2025

Aprovado em: 29/09/2025

Júlia Gabrielle Barros Capistrano (Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-4319-2123>)
Graduanda em Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha, São Luís, Maranhão, Brasil.

Emily Karoline Costa Gomes (<https://orcid.org/0009-0009-1596-130X>)
Graduanda em Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha, São Luís, Maranhão, Brasil.

Evila Bianca Sampaio Barbosa (<https://orcid.org/0009-0000-8633-2978>)
Graduanda em Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha, São Luís, Maranhão, Brasil.

Jayanne Crystine Nascimento Milhomem (<https://orcid.org/0009-0006-6132-6292>)
Graduanda em Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha, São Luís, Maranhão, Brasil.

Maria do Rosário da Costa Gomes (<https://orcid.org/0009-0000-8594-5318>)
Graduanda em Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha, São Luís, Maranhão, Brasil.

Júlia Lohanna Costa Santos (<https://orcid.org/0009-0004-8346-5889>)
Enfermeira Graduada - Centro Universitário Santa Terezinha, São Luís, Maranhão, Brasil.

Roseane Lustosa de Santana Lira (<https://orcid.org/0000-0001-6689-9686>)
Enfermeira Obstetra (UEMA). Doutoranda em Ciências da Saúde (UFMA). Mestra em Biologia
Parasitária (UNICEUMA). Especialista em Saúde do Idoso (UFMA). Especialista em Gestão em Saúde
(UEMA). Especialista em Docência do Ensino Superior (FLORENCE). Especialista em Saúde da Família
(POTIGUAR). Especialista em Materno-Infantil (UFMA). Coordenadora do Curso de Enfermagem. Centro
Universitário Santa Terezinha, São Luís, Maranhão, Brasil.

DOI: [10.5281/zenodo.18717867](https://doi.org/10.5281/zenodo.18717867)

Autor para correspondência:

Nome: Júlia Gabrielle Barros Capistrano
E-mail: ju.gabriele2011@gmail.com

RESUMO

Introdução: O uso de drogas é um fenômeno de expansão mundial, inclusive no público gestante. Essa prática gera muitos problemas para a mãe e para o feto gerado em seu ventre. Entender essas intercorrências nos ajuda a prestar uma melhor assistência à mãe e aos recém-nascidos de mães usuárias de drogas. **Objetivo:** Expor as evidências científicas que correlacionam o uso de droga na gestação com doenças e anomalias fetais. **Materiais e Método:** Trata-se de uma revisão de literatura, realizada no mês de março de 2024, utilizando as bases de dados da BVS e do SCIELO, utilizando os descritores: "gestação" and "uso de drogas" and "feto". **Resultados:** O uso de drogas por gestantes pode resultar em diversas complicações para o desenvolvimento fetal, desde malformações congênitas até síndromes de abstinência neonatal. Os estudos revisados convergem para a ideia dos impactos negativos que as drogas podem ter na saúde do neonato, ressaltando a urgência de intervenções preventivas e de apoio para gestantes em situação de vulnerabilidade. **Conclusão:** Prevenir e tratar casos de uso de drogas entre gestantes é essencial para mitigar os impactos adversos para o feto, visando o desenvolvimento saudável da criança. Reforça-se a importância de políticas públicas eficazes e direcionadas para a conscientização sobre os riscos do consumo de drogas durante a gestação. Uma abordagem integrada e proativa para lidar com o uso de drogas entre gestantes, visando proteger tanto a saúde das mães quanto a saúde e o bem-estar dos bebês em gestação se faz necessária.

Palavras-chave: Gravidez. Drogas Ilícitas. Relações materno-fetais.

ABSTRACT

Introduction: Drug use is a worldwide phenomenon, including among pregnant women. This practice creates many problems for the mother and the fetus generated in her womb. Understanding these complications helps us provide better assistance to mothers and newborns of mothers who use drugs. **Objective:** To expose the scientific evidence that correlates drug use during pregnancy with fetal diseases and anomalies. **Materials and Method:** This is a literature review, carried out in March 2024, using the BVS and SCIELO databases, using the descriptors: "pregnancy" and "drug use" and "fetus". **Results:** The use of drugs by pregnant women can result in several complications for fetal development, from congenital malformations to neonatal abstinence syndromes. The reviewed studies converge on the idea of the negative impacts that drugs can have on newborn health, highlighting the urgency of preventive and support interventions for pregnant women in vulnerable situations. **Conclusion:** Preventing and treating cases of drug use among pregnant women is essential to mitigate adverse impacts on the fetus, aiming for the child's healthy development. The importance of effective public policies aimed at raising awareness about the risks of drug use during pregnancy is reinforced. An integrated and proactive approach to dealing with drug use among pregnant women, aiming to protect both the health of mothers and the health and well-being of unborn babies, is necessary.

Keywords: Pregnancy. Illicit drugs. Maternal-fetal relations.

1 INTRODUÇÃO

Muito presente na sociedade atual, o uso de drogas vem sendo expandido com o passar dos anos, sendo considerada um problema de caráter social devido aos danos que causam à saúde. Nesse contexto, o uso de drogas por mulheres também vem aumentando, o que pode se dar devido ao envolvimento desse público com a produção, comércio ou convivência com usuários. Essa prática é considerada culturalmente como incompatível com as funções femininas sociais e com o exercício da maternidade (Reis; Menezes; Jardim, 2020).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), O termo droga se refere a qualquer substância química, ou combinação de substâncias, que possa modificar o funcionamento biológico e, em alguns casos, a estrutura do corpo. As substâncias psicoativas atuam por meio da modulação do funcionamento cerebral, induzindo estados de relaxamento, alterações de humor, comportamentais e perturbações do nível de consciência. Ambos os tipos de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, desencadeiam um quadro de dependência caracterizado por sintomas de abstinência e compulsão pelo consumo, mesmo quando há plena consciência dos danos à saúde que podem ser causados (Brasil, 2023).

A utilização de substâncias psicoativas durante a gestação coloca a gestante em uma categoria de alto risco obstétrico, devido aos potenciais riscos à saúde materna e perinatal. Estes riscos englobam complicações físicas, psicológicas e sociais, incluindo, mas não se limitando a, hipertensão, arritmias cardíacas, taquicardia, insuficiência miocárdica, hipertermia, comprometimento do fluxo sanguíneo uteroplacentário, descolamento prematuro de placenta, abortamento espontâneo, parto prematuro, restrição do crescimento fetal, malformações congênitas, comprometimentos neurocomportamentais no recém-nascido e aumento da morbimortalidade materna e neonatal (Reis; Menezes; Jardim, 2020).

Embora existam diversas pesquisas sobre os efeitos das drogas na saúde individual, há uma lacuna no conhecimento sobre como essas substâncias afetam

especificamente os fetos em desenvolvimento e as crianças após o nascimento. Compreender as implicações dessa exposição é crucial para orientar políticas de saúde pública, programas de prevenção e intervenções eficazes que visem proteger tanto as mães quanto os bebês.

Além disso, ao destacar as consequências negativas do uso de drogas durante a gravidez, este estudo busca sensibilizar profissionais de saúde, legisladores e a sociedade em geral sobre a importância da prevenção, do tratamento e do apoio às gestantes em situação de vulnerabilidade. Acredita-se que ao ampliar o conhecimento sobre este tema, podemos contribuir para a promoção de ambientes mais saudáveis e seguros para mães e bebês, bem como para a redução dos danos associados ao uso de drogas na gravidez.

O objetivo central deste estudo é realizar um levantamento bibliográfico acerca das evidências científicas que associam o consumo de substâncias psicoativas durante a gestação a patologias e anomalias fetais. A questão do consumo de drogas por gestantes é multifacetada e complexa, apresentando implicações profundas para a saúde pública e o bem-estar dos fetos. Pretende-se, com este trabalho, compreender as repercussões deste fenômeno, investigando os impactos adversos das drogas no desenvolvimento fetal e as consequências de longo prazo para a saúde física, cognitiva e emocional das crianças nascidas de mães que fazem uso de substâncias psicoativas durante a gravidez.

2 MATERIAIS E MÉTODO

2.1 Base de dados e identificação dos estudos

Realizou-se um levantamento bibliográfico inicial acerca do tema, utilizando a base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e pesquisa de artigos no Google Acadêmico, no período de março de

2024, utilizando como descritores principais "gestação" *and* "uso de drogas" *and* "feto".

2.2 Tipo de Estudo

Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa. Esse tipo de pesquisa busca reunir e analisar diferentes estudos já publicados sobre um tema, permitindo uma visão geral do que já foi pesquisado. Esse tipo de revisão segue etapas como a definição do problema, busca nas bases de dados, seleção e análise dos artigos. Assim, ajuda a compreender melhor o assunto e identificar o que ainda precisa ser estudado (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

2.3 Análise de Dados

Após definição do tema a ser abordado, dos objetivos da pesquisa e do tipo de pesquisa, realizou-se o levantamento bibliográfico descrito e a leitura em conjunto dos artigos pelos autores, dando ênfase aos principais achados de cada artigo, de modo a montar os resultados obtidos. Esses artigos foram estudados e analisados quanto a sua relevância para a pesquisa e seus resultados detalhados no presente estudo.

2.4 Critérios de Inclusão

Os artigos encontrados foram avaliados quanto às informações contidas e relevância para o presente estudo, foram encontrados 34 artigos. Utilizou-se como critérios de inclusão: artigos com texto completo publicados nos anos de 2018 a 2024, no idioma português, que tratassem sobre as complicações envolvidas no uso de drogas na gestação para os fetos. Dessa pesquisa foram utilizados 10 artigos para a composição deste trabalho, os quais foram avaliados quanto a título, conteúdo abordado e relevância para a construção teórica da pesquisa.

2.5 Critérios de Exclusão

Foram excluídos artigos que após a leitura do resumo não se enquadravam na temática, objetivo e finalidade proposto pela pesquisa; artigos em outras línguas; artigos com mais de 5 anos de publicação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente pesquisa foi verificado diversas consequências que as drogas lícitas e ilícitas podem causar na saúde do neonato, pois essas substâncias atravessam a barreira placentária e hematoencefálica, causando impacto à vitalidade do feto. Sendo assim, são capazes de ocasionar desde malformações fetais, patologias, distúrbios do sistema nervoso central, síndrome da abstinência neonatal ou até levar a óbito (Barbosa *et al.*, 2018).

O consumo de álcool na gestação é um fator preocupante, pois no Brasil, cerca de 25% da população brasileira consome. Com isso, implicará em consequências à saúde neonatal, pois esses bebês têm chances significativas de ter menor capacidade de adaptação e coordenação motora em relação aos da mesma idade, também podem ter dificuldades na comunicação e socialização, podendo ter também a Síndrome Alcólica Fetal (SAF), que é caracterizada por lesões no sistema nervoso central, gerando então, anomalias craniofaciais e outras disfunções associadas (Fonseca *et al.*, 2017).

Pereira, Macêdo e Mattos (2022) abordam o uso do tabaco e as implicações para o feto, pois a nicotina e CO liberados pelo fumo, se disseminam na corrente sanguínea da mulher, e são levadas pela hemoglobina até a placenta, dessa forma, impede que o feto receba o O₂ e nutrientes necessários para o seu crescimento saudável, resultando um bebê com baixo peso ao nascer e atraso no crescimento. Além disso, no estudo supracitado também foi abordado a ação da nicotina na circulação do feto, que ocasiona a redução da síntese de prostaciclina e em consequência disso eleva a resistência vascular periférica (RVP), assim, resultando na redução do calibre dos vasos. Essa ação causa hipoperfusão placentária,

descolamento prematuro da placenta, rompimento de membranas e óbito materno e/ou fetal.

O uso do crack e da cocaína na gestação trazem inúmeros impactos à saúde do recém-nascido, podendo gerar baixo peso ao nascer, prematuridade, baixo APGAR, malformações congênitas e microcefalia, além de estarem relacionadas a síndrome da abstinência fetal. Geralmente, possuem massa corporal, comprimento e perímetro cefálico reduzidos, isso é explicado pela vasoconstrição induzida pela droga, que também reduz o fluxo placentário, repercutindo no crescimento do feto (Reis; Menezes; Jardim, 2020).

Silva *et al.* (2023) expõem sobre a maconha, que é uma das drogas ilícitas mais utilizadas durante a gestação e também traz muitos impactos à vitalidade do RN, que podem surgir como uma intercorrência obstétrica e também após o nascimento, sendo responsável por afetar o crescimento fetal no meio uterino, diminuição da perfusão uteroplacentária, maior risco de complicações no parto, danos neuropsicológicos em aprendizado, atenção, comportamento, peso e estatura, memória, desenvolvimento neuropsicomotor e teratogenicidade.

Outrossim, as consequências que os recém-nascidos sofrem devido à exposição às substâncias psicoativas no meio intrauterino não são reversíveis e nem redutíveis após o nascimento, mesmo que seu estado de saúde estabilize. Além do mais, ao nascer, há uma queda brusca na quantidade de droga circulante do compartimento fetal para o neonato, dessa forma, pode gerar a Síndrome da Abstinência, que é um outro problema capaz de atingi-los (Barbosa *et al.*, 2018).

Por conseguinte, a Síndrome da Abstinência Neonatal é causada tanto pelas drogas lícitas quanto pelas ilícitas. Tem sintomatologia que pode aparecer logo nas primeiras horas de vida, de acordo com a substância e com o tempo que a mãe está sem usar, que são caracterizados por inquietação, tremores, deficiência auditiva, baixo peso, perímetro cefálico menor que o normal e dificuldade na sucção. Em relação ao

tratamento, ele é voltado para as necessidades individuais do RN e também, tem a opção de tratamento farmacológico (Ferreira *et al.*, 2022).

Algumas intercorrências obstétricas e neonatais foram citadas simultaneamente nos artigos que foram utilizados nesta pesquisa, dessa maneira, é fundamental explicar sobre esses fatores que interferem na integridade materna e neonatal e também, refletir sobre o papel do profissional no cuidado a essas complicações. As intercorrências mais descritas foram prematuridade, malformações congênitas, descolamento prematuro de placenta (DPP) e aborto (Pereira, Macêdo, Mattos; 2022).

A prematuridade é definida como o trabalho de parto antes das 37 semanas de gestação, sendo o RN denominado de pré-termo, e em sua maioria, nascem com baixo peso, necessitando de cuidados intensivos neonatais. Ademais, dentre diversas causas, o consumo de substâncias psicoativas na gestação é uma das causas do parto prematuro e geralmente, vem associada a outros fatores de riscos da prematuridade como a multiparidade, baixo peso materno, baixa escolaridade, história prévia de nascimento pré-termo, entre outros (Silva, 2018).

Outrossim, as malformações congênitas são outros problemas que os RNs podem ter. Dentre elas, é mais frequente as deformações genitourinárias, no coração e nos vasos da base e da face. Pode acarretar também o Distúrbio do Espectro da Síndrome Alcoólica Fetal (DESAF), que é um conjunto de deficiências e diagnósticos, como por exemplo, a SAF, que já foi citada anteriormente, e o Distúrbio de Desenvolvimento Neural Associado ao Álcool (DDNA) (Maia, Pereira, Menezes, 2015; Barbosa *et al.*; 2018).

Guimarães (2024) em sua pesquisa expõe sobre o descolamento prematuro de placenta (DPP), que consiste na separação entre a placenta e o corpo uterino antes do nascimento do bebê, podendo ser um descolamento parcial ou total. A placenta é um órgão transitório que perdura por toda a gestação e tem a importante função de fornecer oxigênio e nutrientes ao feto, além de remover resíduos. Com o

descolamento, essa função fica comprometida, o que constitui uma emergência obstétrica que traz muitos riscos à vida materna e fetal. Além disso, o autor cita o uso de drogas como um dos fatores de risco para o surgimento do DPP.

O aborto refere-se a uma gestação não viável até 20-22 semanas, com o feto pesando até 500g (Brasil, 2022). Outrossim, embora os artigos utilizados nesta pesquisa citem o aborto como uma consequência do consumo de drogas lícitas e ilícitas, não foi encontrado uma explicação detalhando a etiologia do aborto associado às substâncias psicoativas.

Ademais, é importante salientar que a omissão do uso de substâncias pode levar a agravamento do estado de saúde do binômio mãe e filho, porque essa gestação é classificada como de alto risco, e a ausência de cuidados, ocasiona consequências drásticas. Além disso, é importante que os profissionais tenham um olhar ampliado para a situação, porque as consequências do uso de drogas podem ser agravadas por fatores de risco como vulnerabilidade social, ausência de cuidados pré-natais, presença de ISTs, violência, entre outros fatores (Brasil, 2022; Teixeira *et al.*, 2023).

É fundamental salientar que a exposição fetal às drogas pode ter efeitos duradouros, impactando o desenvolvimento neurológico e comportamental da criança ao longo da vida. Estudos indicam que crianças expostas a substâncias psicoativas durante a gestação apresentam maior vulnerabilidade a transtornos de aprendizagem, déficit de atenção, problemas de comportamento e alterações emocionais (Barbosa *et al.*, 2018; Silva *et al.*, 2023).

Para fins didáticos, foi confeccionado o quadro a seguir, o qual expõe os principais resultados encontrados em cada artigo.

Quadro 1 – Estudos e seus principais resultados.

Autores	Tipo/Ano	Resultados
Reis, G.M, Menezes, F.R, Jardim, D.M.B.	Revisão integrativa de	Os principais efeitos relatados foram baixo APGAR, atraso de desenvolvimento neuropsicomotor, baixo

(2020)	literatura; 2020	peso ao nascer, alterações nos reflexos primitivos, malformação congênita e microcefalia
Barbosa, S. M. S., Soares, T. S., Oliveira, N. R., Carvalho, E. M., Amaral, A. I. A., Amaral, J. J. F., ... & Carvalho, F. H. C. (2018).	Estudo de revisão narrativa; 2018	As drogas podem atravessar a barreira placentária e hematoencefálica fetal, levando a repercussões importantes no período pós-natal, como a Síndrome de Abstinência Neonatal.
Ferreira, J.A., Guimarães, J.J., Costa, I.S.S. & Dias, M.P. (2022).	Revisão integrativa de estudos; 2022	A revisão tem o objetivo de caracterizar os neonatos afetados pela Síndrome de Abstinência Neonatal (SAN) e elencar os tipos de psicoativos que mais os acometem e suas respectivas manifestações clínicas.
Fonseca, A. P. B., Soares, M. L. B., Vieira, V. M., & Sousa, M. N. A. (2017).	Revisão integrativa da literatura;2017	As principais drogas utilizadas foram maconha, cocaína, crack e álcool. O uso de drogas na gestação pode causar complicações fisiológicas e problemas sociais no neonato.
Pereira, M. V., Macêdo, A. M. B., & Mattos, C. S. L. (2022).	Estudo descritivo, exploratório, qualitativo de corte transversal; 2018-2019.	Foram identificadas as principais dificuldades relatadas pela equipe na tentativa de incorporar não somente os cuidados físicos, mas também a abordagem psicológica e social no tratamento das gestantes usuárias de drogas psicoativas.
Silva, L. R. J, Braga, M.S, Sousa, I.R, Cirne- Santos, C.C, Rocha, H.B, de Barros, H. Silveira de Menezes, S.L, Catharino, F, Godefroy, P. Riodades	Revisão bibliográfica, 2023.	O estudo mostra danos neuropsicológicos em aprendizado, memória, peso e estatura, atenção, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e teratogenicidade, podendo alterar o desenvolvimento neurocognitivo do feto.

de Mendonça dos Santos, R. Vieira, R.T. (2023).		
Teixeira, J. M. S., Boden, J. S., Fonseca, I. V., Ronzani, T. M., Grincenkov, F. R. S. (2023).	Artigo original, 2023	O estudo identificou obstáculos relacionados às práticas de intervenção, e recomenda-se que um aprimoramento na capacitação e na educação continuada dos profissionais pode minimizar a discrepância entre crenças pessoais e a aplicação prática.
Silva, A. (2018)	Pesquisa quantitativa, descritiva transversal e documental, 2018.	O estudo constatou que o uso de drogas lícitas ou ilícitas e doenças sistêmicas durante a gravidez estão relacionados com a prematuridade e o baixo peso ao nascer
Guimarães, M.H.D. (2024)	Revisão de literatura, 2024	O estudo abordou sobre a prestação do serviço do enfermeiro diante aos sinais de deslocamento prematuro de placenta. A enfermagem deve estar atenta aos sinais e sintomas do deslocamento prematuro da placenta e pronta para agir rapidamente em caso de emergência.
Maia, J.A. Pereira, L.A, Menezes, F.A. (2015).	Estudo observacional e quantitativo com abordagem descritiva, 2015.	O uso de drogas durante a gravidez foi considerado um problema de saúde pública com consequências para a sociedade, sendo essencial a elaboração de políticas públicas e programas assistenciais específicos para prevenção e tratamento do uso de drogas durante a gestação.

Fonte: Os autores (2024).

Dada a complexidade e a gravidade das consequências associadas ao consumo de substâncias psicoativas durante a gestação, é imperativo que políticas públicas efetivas sejam implementadas para prevenir, identificar e tratar o uso de

drogas por gestantes. A capacitação de profissionais de saúde para abordar adequadamente essa questão, bem como o desenvolvimento de programas de prevenção e tratamento específicos para essa população, são medidas urgentes e necessárias para mitigar os impactos negativos deste problema de saúde pública.

4 CONCLUSÃO

Através dos achados conclui-se que há a necessidade de compreender as consequências do uso de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, durante a gestação para o feto. A revisão de literatura revela que o consumo dessas substâncias por gestantes pode resultar em diversas complicações para o desenvolvimento fetal, desde malformações congênitas até síndromes de abstinência neonatal. Os estudos revisados convergem para a ideia dos impactos negativos que as drogas podem ter na saúde do neonato, ressaltando a urgência de intervenções preventivas e de apoio para gestantes em situação de vulnerabilidade. Uma abordagem multiprofissional se mostra crucial para garantir um cuidado abrangente e adequado, considerando não apenas os aspectos físicos, mas também os sociais e emocionais envolvidos.

As implicações do uso de drogas durante a gestação são amplas e preocupantes, demandando uma abordagem holística por parte dos profissionais de saúde e da sociedade. Com base nos resultados apresentados nesta revisão de literatura, é possível inferir que a prevenção e o tratamento do uso de drogas entre gestantes são essenciais para mitigar os impactos adversos para o feto e promover um desenvolvimento saudável da criança. Além disso, políticas públicas mais eficazes e programas de educação direcionados para a conscientização sobre os riscos do consumo de drogas durante a gestação são necessários para enfrentar esse desafio de saúde pública.

Este estudo destaca a importância de uma abordagem integrada e proativa para lidar com o uso de drogas entre gestantes, visando proteger tanto a saúde das mães quanto a saúde e o bem-estar dos bebês em gestação. Sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a temática, investigando de que forma diferentes fatores,

como o contexto social, o acompanhamento profissional e as políticas públicas influenciam os desfechos materno-fetais relacionados ao uso de drogas durante a gestação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, S. M. S. *et al.* Repercussões anatomofisiológicas em recém-nascidos expostos a drogas ilícitas no período gestacional: revisão narrativa. **Revista de Medicina da Ufc**, [S.L.], v. 58, n. 4, p. 46, 26 dez. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38671/1/2018_art_smsbarbosa.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Gestão de Alto Risco**. Brasília, 2022. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestacao_alto_risco.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Substâncias Psicoativas**: substâncias capazes de produzir alterações no sistema nervoso central. Substâncias capazes de produzir alterações no sistema nervoso central. 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/substancias-psicoativas#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o,%E2%80%9D%20\(OMS%2C%201981\)](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/substancias-psicoativas#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o,%E2%80%9D%20(OMS%2C%201981).). Acesso em: 15 mar. 2024.

FERREIRA, J. A. *et al.* Caracterização dos neonatos acometidos pela síndrome de abstinência neonatal: Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31768/27164>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FONSECA, A. P. B. *et al.* PREVALÊNCIA E EFEITOS DO USO DE DROGAS NA GESTAÇÃO EM RECÉM-NASCIDOS. **Journal of Medicine and Health Promotion**, v.1, n.2, p. 515-526, 2017. Disponível em: <https://jmhp.fiponline.edu.br/pdf/cliente=13-91670ea7c5d4df7b92ccb701df28c2ca.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GUIMARÃES, M. H. D. Deslocamento prematuro de placenta e a contribuição do enfermeiro e equipe de enfermagem. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 1, 2024. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/2049/1823>. Acesso em: 22 mar. 2024.

MAIA, J. A.; PEREIRA, L. A.; MENEZES, F. A. Consequências do uso de drogas durante a gravidez. **Revista Enfermagem Contemporânea**. v. 2, n. 4, p. 121-128, jul./dez., 2015. Disponível em:

<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/664>. Acesso em: 22 mar. 2024.

PEREIRA, M. V.; MACÊDO, A. M. B.; MATTOS, C. S. L. ABORDAGEM MULTIPROFISIONAL QUANTO AO USO E ABUSO DE DROGAS DURANTE A GESTAÇÃO: Usuárias do CAPS AD III. **Rev. Rede cuid. Saúde**. v. 16, n. 1 jul. 2022. Disponível em:

<https://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/racs/article/view/6316/3531>. Acesso em: 20 mar. 2024.

REIS, G. M.; MENEZES, F. R.; JARDIM, D. M. B. Efeitos do Uso do Crack e Cocaína Durante a Gestação Para o Recém-Nascido. **Enfermagem em Foco**, [S.L.], v. 11, n. 6, p. 92-100, 2020. Disponível em: <https://enfermfoco.org/article/effects-of-the-use-of-crack-and-cocaine-during-pregnancy-for-the-newborn/>. Acesso em: 13 out. 2025.

SILVA, A. D. P. **Doenças sistêmicas e o uso de drogas durante a gestação e sua relação com a prematuridade e baixo peso em recém-nascidos**. 2018. Monografia (Bacharel em Enfermagem) - Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró, Mossoró – RN, 2018. Disponível em:

<https://www.sistemasfacenern.com.br/repositorio/admin/uploads/arquivos/94d3003060f9ab12b34a45568a30e287.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

SILVA, L. R. J. *et al.* ALTERAÇÕES CONGÊNITAS COMO RESULTADO DA UTILIZAÇÃO DE CANNABIS POR MULHERES GRÁVIDAS. **Revista Transdisciplinar UNIVERSO da Saúde**, v.2, n.2, p. 1-10, jan.-jun. 2023. Disponível em:

<http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=saudeenfoco&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=12409&path%5B%5D=7128>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102–106, jan./mar. 2010. DOI:

10.1590/S1679-45082010RW1134. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2025.

TEIXEIRA, J. M. S. *et al.* Atitudes de profissionais sobre o uso de drogas por gestantes. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 2, n. 25, 2023. Disponível em:

<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/06/1436611/psico252-art072p-pt.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO CUIDADO INTEGRAL A GRANDES QUEIMADOS NA UTI

NURSING ASSISTANCE IN COMPREHENSIVE CARE FOR SEVERE BURNS IN THE ICU

Recebido em: 10/03/2025

Aprovado em: 18/08/2025

Angela Kaylanne Lemos Araujo (Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5986-6081>)
Acadêmica de Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha- CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

Larissa Fernanda Silva Ribeiro (Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5050-3819>)
Acadêmica de Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha- CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

Giovanna de Sousa Fontes (Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0061-6974>)
Acadêmica de Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha- CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

Lays Costa Mota (Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0800-6818>)
Acadêmica de Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha- CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

Gabriel Mateus Nascimento de Oliveira (Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3092-0804>)
Mestre em Saúde Materno Infantil. Docente do Centro Universitário Santa Terezinha- CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

DOI: [10.5281/zenodo.18717946](https://doi.org/10.5281/zenodo.18717946)

Autor para correspondência:

Angela Kaylanne Lemos Araujo
E-mail: angelaaraujo.lemos@gmail.com

RESUMO

Introdução: Queimaduras exigem tratamento especializado e cuidados intensivos. A enfermagem desempenha papel crucial, mas enfrenta desafios, pois há falta de consenso nos protocolos, o que compromete a eficácia do tratamento. **Objetivo:** demonstrar a assistência de enfermagem frente ao cuidado integral de grandes queimados nas Unidades de Terapia Intensiva. **Materiais e Método:** Este estudo é uma revisão integrativa da literatura, realizada com buscas nas bases de dados LILACS, SciELO, PubMed e BDEF. Foram usados os descritores "Centros de Tratamento de Queimaduras", "Cuidados de Enfermagem" e "Unidades de Terapia Intensiva" combinados com o operador "AND". Ao todo, 8 artigos foram selecionados para a revisão. **Resultados:** Esta revisão analisou estudos sobre os

desafios no cuidado de grandes queimados em UTIs, destacando práticas de enfermagem eficazes, barreiras enfrentadas e estratégias para melhorar o tratamento e a recuperação dos pacientes. A discussão propõe melhorias baseadas nas evidências revisadas. **Contribuição Científica:** Este estudo contribui para a ciência ao destacar a falta de consenso nos protocolos de cuidado a grandes queimados em Unidade de Terapia Intensiva, evidenciando a necessidade de integrar melhor os cuidados técnicos e emocionais, o que pode aprimorar a eficácia do tratamento e influenciar a criação de diretrizes mais consistentes. **Conclusão:** A pesquisa analisa a assistência de enfermagem a grandes queimados em Unidade de Terapia Intensiva, destacando avanços como coberturas adequadas e terapias antimicrobianas, que melhoraram a sobrevivência e qualidade de vida dos pacientes. No entanto, são necessários mais estudos para aprimorar a assistência dos profissionais envolvidos.

Palavras-chave: Centros de Tratamento de Queimaduras. Cuidados de Enfermagem. Unidades de Terapia Intensiva.

ABSTRACT

Introduction: Burns require specialized treatment and intensive care. Nursing plays a crucial role but faces challenges due to a lack of consensus in protocols, which compromises the effectiveness of treatment. **Objective:** To conduct a literature review to demonstrate nursing assistance in the comprehensive care of severe burn patients in Intensive Care Units, focusing on the integration of technical and emotional care. **Materials and Method:** This study is an integrative literature review, conducted through searches in the LILACS, SciELO, PubMed, and BDEF databases. The descriptors "Burn Treatment Centers", "Nursing Care" and "Intensive Care Units" were combined using the boolean operator "AND." A total of 8 articles were selected for the review. **Results:** This review analyzed studies on the challenges in the care of severe burn patients in ICUs, highlighting effective nursing practices, barriers faced, and strategies to improve treatment and patient recovery. The discussion proposes improvements based on the reviewed evidence. **Scientific Contribution:** This study contributes to science by highlighting the lack of consensus in burn care protocols in ICUs, emphasizing the need to better integrate technical and emotional care, which can enhance treatment effectiveness and influence the development of more consistent guidelines. **Conclusion:** The research analyzes nursing assistance for severe burns, highlighting advancements such as proper dressings and antimicrobial therapies, which have improved patient survival and quality of life. However, more studies are needed to improve the care provided by professionals involved.

Keywords: Burn Treatment Centers. Nursing Care. Intensive Care Units.

1 INTRODUÇÃO

Queimaduras são lesões que afetam a pele e, por vezes, outros tecidos do corpo humano também, além disso, elas são resultantes da exposição a agentes causadores de calor excessivo, e podem ocorrer de várias maneiras e níveis de gravidade (Brasil, 2019). Segundo Tacla (2021), as queimaduras são um sério problema de saúde pública no Brasil, com cerca de 1 milhão de casos anuais, sendo que 100.000 exigem internação e 2.500 resultam em óbitos, evidenciando assim, a necessidade de cuidados especializados e ações preventivas eficazes. Desse modo, o tratamento adequado e a reabilitação são fundamentais para reduzir as mais variadas sequelas e, devido à comum gravidade das lesões, é necessária uma abordagem integral, que inclua cuidados imediatos, de prevenção, educação e reabilitação (Amadeu, 2020; Souza *et al.*, 2023).

O trabalho do enfermeiro e sua equipe na UTI, é marcado pela variabilidade e pela necessidade de lidar com situações imprevisíveis, exigindo do enfermeiro decisões rápidas e gestão eficaz dos desafios clínicos, estruturais e humanos. Nesse cenário, seu papel é histórico e inegociável no cuidado de pacientes queimados, abrangendo a coordenação da unidade, a educação da equipe, oferecendo assistência específica e suporte emocional durante a recuperação, assim assegurando cuidado integral, eficaz e custo-efetivo ao paciente crítico e à sua família (Santos, 2023; Amadeu, 2020). Esse profissional acompanha o quadro clínico, administra os cuidados na adaptação às mudanças biopsicossociais que acompanham a recuperação, sendo indispensável para o processo de reabilitação e *coping* do paciente (Daniel, 2019).

Além dos cuidados supracitados, ressalta-se que o enfermeiro fornece na UTI, não apenas cuidados diretos, mas também orienta sobre a atenção com a pele, hidratação, uso de malhas compressivas e curativos, o que ajuda na redução de complicações e acelera a cicatrização (Silva *et al.*, 2020). Sua educação e apoio emocional impactam positivamente a adesão ao tratamento, fortalecendo o processo de *coping* e promovendo uma recuperação eficaz (Costa *et al.*, 2023; Daniel *et al.*,

2019). Esse trabalho cuidadoso e humano é essencial para restaurar a qualidade de vida e a autonomia do paciente.

O cuidado a grandes queimados em UTIs possui uma temática relevante devido ao impacto na vida dos pacientes e seu núcleo familiar, devido à complexidade da recuperação. A literatura atual aponta a falta de consenso sobre as melhores abordagens, com variações nos protocolos de cuidado e na assistência da enfermagem (Amadeu, 2020). Por consequência, existe a ausência de diretrizes claras sobre a atuação da equipe limita a eficácia do tratamento (Costa, 2023; Silva *et al.*, 2022). Sendo assim, ressalta-se a necessidade de ampliar os estudos que integrem de maneira mais eficaz os cuidados técnicos e emocionais.

Portanto, apesar da criticidade do atendimento a grandes queimados em UTI, observam-se protocolos assistenciais heterogêneos e fragmentados na prática clínica, refletindo a ausência de consenso entre as condutas tomadas pelas equipes de enfermagem (Amadeu, 2020; Silva 2022). Essa falta de uniformidade no manejo, evidenciada nas bases de dados da saúde, ilustram a carência de diretrizes padronizadas e reforçam a necessidade de ampliar pesquisas que articulem cuidados técnicos e emocionais, apoiando a construção de modelos de assistência mais consistentes e eficazes.

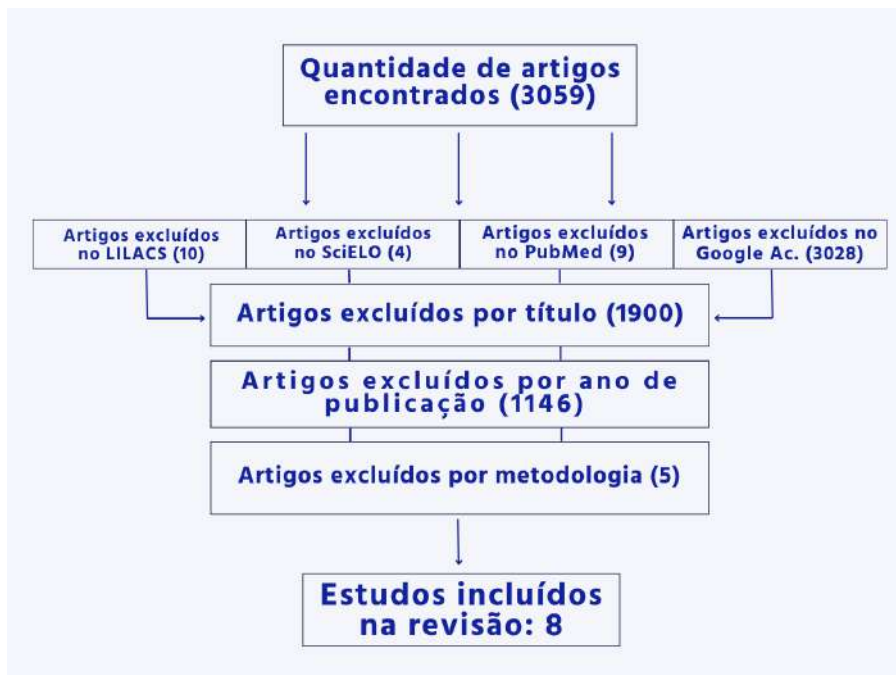
Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo evidenciar a assistência de enfermagem, de forma consistente e eficaz, direcionada ao cuidado integral de grandes queimados em Unidades de Terapia Intensiva.

2 MATERIAIS E MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, tipo de revisão que visa sintetizar e integrar resultados de estudos diversos sobre um determinado tema, com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais ampla e consolidada da área de interesse (Mota *et al.*, 2017). A busca realizada, a leitura e a execução da revisão foram feitas nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe

em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed, Base de Dados de Enfermagem (BDENF) por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Como critérios de inclusão: trabalhos publicados entre os anos de 2015 e 2025, que atendessem à temática presente, nos idiomas português, inglês e espanhol e, como critérios de exclusão: trabalhos escritos fora do período definido para a busca, os que a metodologia adotada não era pertinente ao objetivo pesquisa e que não estivessem nos idiomas e na temática proposta. Foram usados os descritores “Centros de Tratamento de Queimaduras”, “Cuidados de Enfermagem” e “Unidades de Terapia Intensiva”, presentes nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), juntos e combinados usando o operador booleano “AND”, para a busca dos artigos. Por fim, foram utilizados 8 artigos para a realização dessa revisão.

Fluxograma 1- Seleção de artigos: base de dados, resultados e critérios de inclusão e exclusão.



Fonte: Elaboração própria, 2025.

3 RESULTADOS

Nesta revisão, foram examinados diversos estudos contemporâneos que exploram os principais desafios e dificuldades enfrentados no cuidado de

enfermagem para grandes queimados em UTI. Os resultados apresentados a seguir elucidam em seus estudo as práticas de enfermagem mais eficazes, eles revelam diferentes dimensões do cuidado e do impacto clínico das queimaduras. Em conjunto, esses achados reforçam a complexidade do cuidado ao paciente queimado, que demanda tanto estratégias técnicas padronizadas quanto atenção psicossocial e suporte familiar para favorecer a recuperação integral. A subsequente discussão visa contextualizar esses achados no cenário atual das UTIs, oferecendo uma análise crítica das práticas vigentes e propondo possíveis melhorias baseadas nas evidências revisadas.

Os estudos selecionados para esta análise estão detalhados no Quadro 1, organizados de acordo com o título, a referência e os principais achados.

Quadro 1 – Perfil dos estudos incluídos na amostra final.

TÍTULO	PRINCIPAIS RESULTADOS	REFERÊNCIAS
Características e evolução de crianças queimadas internadas em unidade de terapia intensiva pediátrica	O artigo investiga as características e a evolução de crianças internadas por queimaduras em uma unidade de terapia intensiva pediátrica. Analisa as causas mais comuns de queimaduras, as complicações associadas, como lesões inalatórias, e a relação entre a extensão das queimaduras e a mortalidade. Conclui que queimaduras por escaldamento são frequentes e graves, destacando a importância de um diagnóstico e tratamento adequados, especialmente em casos de lesão inalatória e queimaduras	BARCELLOS, Luciana Gil et al. Características e evolução de crianças queimadas internadas em unidade de terapia intensiva pediátrica. Revista Brasileira de terapia intensiva . v. 30, n. 3, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5935/0103-507X.20180045 Acesso em: 5 mar. 2025.

	causadas por fogo.	
Ações dos enfermeiros no exercício da advocacia do paciente internado em um centro de queimados [Nursing Actions in practicing inpatient advocacy in a Burn Unit]	O artigo discute o papel dos enfermeiros na advocacia do paciente em uma unidade de queimados, enfatizando sua função em garantir que os direitos e necessidades dos pacientes sejam atendidos. Os enfermeiros monitoram a saúde dos pacientes, orientam as famílias e facilitam a comunicação entre pacientes e equipe médica, assegurando cuidados adequados e respeitando as preferências do paciente.	NOGARINO, Aline Carniato Dalle et al. Ações dos enfermeiros no exercício da advocacia do paciente internado em um centro de queimados. Revista da escola de Enfermagem da USP . v. 49, n. 4, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000400007 Acesso em: 5 mar. 2025.
Carga e trabalho de enfermagem em unidade de terapia intensiva especializada em queimados.	O estudo avalia a carga de trabalho de enfermagem em uma Unidade de Terapia Intensiva especializada no tratamento de queimaduras, utilizando o Nursing Activities Score (NAS). O objetivo é correlacionar essa carga com características sociodemográficas, clínicas e a gravidade dos pacientes, além de criar um tutorial para padronizar a aplicação do instrumento. A pesquisa foi realizada em um hospital de grande porte e incluiu	AMADEU, Luciana Mendes et al. Carga de trabalho de enfermagem em unidade de terapia intensiva destinada a pacientes com queimaduras. Revista Brasileira de Enfermagem . v. 73, n. 1, p. 1-7, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0446 Acesso em: 5 mar. 2025.

	pacientes com queimaduras graves, analisando a relação entre a carga de trabalho e os diferentes aspectos clínicos e desfechos dos pacientes.	
Carga de trabalho de enfermagem em uma Unidade de Terapia Intensiva de Queimados segundo o Nursing Activities Score	O estudo utilizou o Nursing Activities Score para avaliar a carga de trabalho da equipe de enfermagem em uma Unidade de Terapia Intensiva de Queimados. Com uma abordagem quantitativa, a pesquisa analisou o tempo dedicado à assistência direta aos pacientes. Os resultados indicaram que a carga de trabalho da equipe de enfermagem foi elevada, fornecendo informações importantes sobre o processo de cuidado nesse contexto específico.	CAMUCI, Marcia Bernadete et al. Carga de trabalho de enfermagem em uma Unidade de Terapia Intensiva de Queimados segundo o Nursing Activities Score. Revista Latino-Am de Enfermagem . v. 22, n. 2, p. 325- 331, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rlae/a/L3fmWxbc4dz3jYHsqvLdLjz/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 5 mar. 2025.
Resiliência: Avaliação de Pacientes Queimados em um Hospital de Urgência e Emergência	O estudo avalia a capacidade de resiliência de pacientes queimados durante a admissão e a alta hospitalar em um hospital de emergência. Utilizando a Escala de Resiliência de Connor-Davidson (CD-RISC), o estudo encontrou que a resiliência dos pacientes na admissão foi moderada,	OLIVEIRA, Ketlin Monteiro Felipe de Oliveira, NOVAIS, Marina Rodrigues, SANTOS, Roniery Correia. Resiliência: Avaliação de Pacientes Queimados em um Hospital de Urgência e Emergência. Psicol. cienc. prof , 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-

	com destaque para a importância do apoio do companheiro(a) na recuperação. Os resultados são consistentes com outros estudos sobre resiliência em vítimas de queimaduras e reforçam a relevância da rede de apoio familiar no processo de reabilitação.	3703003248738 Acesso em: 5 mar. 2025.
Perfil epidemiológico de vítimas de queimadura internadas em hospital de trauma na região Norte do Brasil	O estudo analisou o perfil epidemiológico de pacientes internados em um Centro de Tratamento de Queimados, identificando características como o sexo, faixa etária e as causas mais comuns das queimaduras. A pesquisa também observou os tipos de lesões, procedimentos cirúrgicos realizados, tempo de internação e as principais causas de óbito. O estudo destacou a importância do tratamento adequado e a necessidade de atenção especial às complicações, como a sepse, que foi a principal causa de morte.	MARINHO, Larissa Pinto et al. Perfil epidemiológico de vítimas de queimadura internadas em hospital de trauma na região Norte do Brasil. Revista brasileira de queimaduras . v. 17, n. 1, 2018. Disponível em: http://www.rbqueimaduras.com.br/details/414/pt-BR/perfil-epidemiologico-de-vitimasde-queimadura-internadas-em-hospital-de-trauma-na-regiao-norte-do-brasil Acesso em: 5 mar. 2025.
Perfil sociodemográfico e clínico de pacientes com queimaduras de uma unidade	O estudo teve como objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico e clínico de	GIORDANI, Anney Tojeiro et al. Perfil sociodemográfico e clínico de pacientes com

<p>especializada terciária</p>	<p>pacientes com queimaduras, destacando a necessidade de cuidados intensivos na fase aguda da hospitalização e acompanhamento prolongado. Os resultados indicaram que os pacientes enfrentaram desafios significativos, incluindo a necessidade de intervenções educativas para as famílias e suporte profissional especializado, visando a minimização dos danos e comprometimentos funcionais, psicológicos e sociais.</p>	<p>queimaduras de uma unidade especializada terciária. Revista de Enfermagem UFPE online. v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/10363 Acesso em: 5 mar. 2025.</p>
<p>Clinical and epidemiological profile of burn victims, a retrospective study</p>	<p>O estudo de Cunha et al. (2023) analisou 398 vítimas de queimaduras e identificou predominância de homens jovens, com acidentes ocorrendo principalmente em casa e causados por líquidos aquecidos. A maioria apresentou queimaduras de segundo grau, recebeu atendimento em até 24 horas e internação de até duas semanas. Em cerca de 90% dos casos, desbridamento e curativos simples foram suficientes, resultando em alta hospitalar com melhora clínica.</p>	<p>CUNHA, Caio Bacellar <i>et al.</i> Clinical and epidemiological profile of burn victims, a retrospective study. Revista Brasileira de cirurgia plástica. v. 38, n. 4, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5935/2177-1235.2023RBCP0730-EN Acesso em: 5 mar. 2025.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 DISCUSSÃO

A partir da síntese dos estudos analisados, observou-se que queimaduras representam uma questão de saúde coletiva, devido à grande complexidade do manejo desses pacientes acometidos, a carência de tecnologias específicas voltadas a esse público, além da necessidade de uma equipe especializada para o atendimento a grandes queimados (Amadeu, 2015). Dessa forma, os ferimentos que surgem da exposição ao calor, seja de maneira direta ou indireta, podem resultar na destruição parcial ou integral da pele e seus componentes. Pesquisas mostram que a maioria dos incidentes acontecem em casa, com crianças abaixo de cinco anos sendo as mais afetadas, frequentemente expostas a líquidos quentes (Nogario *et al.*, 2015).

Do ponto de vista da prevenção, o Brasil ainda enfrenta desafios na implementação de políticas públicas mais eficazes e na promoção de ações educativas voltadas à prevenção de queimaduras. Esse tipo de trauma é comum e apresenta um impacto significativo na saúde pública, sendo responsável por 57% das mortes em crianças e jovens de 0 a 19 anos, além de representar 38% das principais causas de atendimento no sistema de saúde (Giordani *et al.*, 2015).

No Brasil, estima-se que ocorram cerca de 2.500 por ano decorrente de queimaduras, no entanto, a taxa de sobrevivência desses pacientes tem aumentado progressivamente, impulsionada por inovações tecnológicas no tratamento, pela ampliação de unidades especializadas e pelo fortalecimento de ações preventivas. Esses avanços têm sido essenciais para a recuperação e a melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas (Nogario *et al.*, 2015). Outros avanços que diminuíram as taxas de mortalidade de pacientes grande queimados foi a remoção de tecido desvitalizado no leito das feridas para auxiliar o processo de cicatrização, a criação de agentes antimicrobianos e a enxertia, que possibilitaram aos pacientes acometidos melhoria na sobrevida (Coutinho *et al.*, 2015).

Um dos principais desafios ao prestar atendimento a grande queimado é o manejo de fluidos, pois desempenham um papel de extrema relevância na estabilização hemodinâmica do paciente. O atendimento a pacientes queimados é um processo desafiador para o enfermeiro, que lida não apenas com a dor e o sofrimento do paciente, mas também com o impacto emocional sobre seus familiares (Amadeu *et al.*, 2020).

Além de coordenar a equipe de saúde, o enfermeiro precisa avaliar e manejar diversas condições clínicas associadas às queimaduras, como dor intensa, comprometimento da integridade da pele, medo, ansiedade, isolamento social, distúrbios do sono, dificuldades de mobilidade e alto risco de infecção. Para garantir um cuidado eficaz e ético, é essencial que o profissional tenha conhecimento e habilidades para intervir de maneira apropriada em cada uma dessas situações (Amadeu *et al.*, 2020).

Outro fator importante na atuação do enfermeiro frente aos grandes queimados é a suscetibilidade às infecções, uma vez que a barreira natural da pele é destruída, tornando o paciente vulnerável à invasão de microrganismos. A presença de tecido necrótico também favorece a proliferação bacteriana, aumentando o risco de infecções graves. Esse risco é ainda maior quando a cicatrização ocorre por segunda intenção, como em queimaduras extensas, em que o fechamento da ferida acontece lentamente a partir das bordas (Giordani *et al.*, 2015).

Além do risco de infecção, o processo de cicatrização das lesões é prolongado, o que favorece o aparecimento de outras condições, como a formação de cicatrizes exuberantes, queloides e o alto custo terapêutico. Diante desse cenário, o manejo adequado das feridas, com controle rigoroso da infecção e estratégias para acelerar a cicatrização, são essenciais para reduzir complicações e melhorar os resultados funcionais e estéticos do paciente (Giordani *et al.*, 2015).

Um dos cuidados que a equipe de enfermagem deve ter é a seleção da cobertura adequada, levando em conta as características individuais de cada paciente

e fazendo uma análise criteriosa da queimadura, garantido a boa oxigenação, controle de umidade e principalmente impedindo a proliferação de microrganismos patogênicos. Observou-se que a escolha de uma cobertura adequada permite um conforto físico e psicológico, garantindo o manejo da dor e a preservação de funções vitais (Vaz, 2024).

A escolha da cobertura adequada é uma atribuição do enfermeiro e deve considerar as necessidades específicas de cada paciente, sendo que entre as mais utilizadas estão as tecnologias à base de prata, devido à sua ação bactericida eficaz contra bactérias e fungos como o *Candida albicans*. Além delas, destacam-se a sulfadiazina de prata a 1% e o ácido graxo essencial, assim como outros recursos previstos em protocolos, entre os quais se incluem Hidrofibra, Hidrogel, PHMB, Polytube Polymem, Nevelia, câmara hiperbárica e curativos com pressão negativa, em conjunto com o manejo da dor que compõe parte essencial do cuidado, podendo envolver medicamentos como morfina, tramadol, dipirona e benzodiazepínicos, cuja administração e aprazamento ficam sob responsabilidade da equipe de enfermagem (Vaz, 2024).

As queimaduras de segundo grau foram as mais frequentes neste estudo, enquanto em outras pesquisas prevaleceram queimaduras mistas de segundo e terceiro grau ou exclusivamente de terceiro grau, e em relação à extensão a maior parte dos pacientes foi classificada como médio queimado, diferindo de achados que apontam maior ocorrência de grandes queimados, ao passo que o tempo médio de internação de aproximadamente 15 dias mostrou-se ligeiramente inferior ao descrito em alguns estudos, que variam entre 17 e 21 dias, mas ainda semelhante, embora existam evidências de médias mais longas, ultrapassando 30 dias (Oliveira;Novais; Santos, 2023).

Além disso, em UTIs, a equipe multiprofissional deve estar atenta à monitorização rigorosa do paciente queimado, uma vez que o risco de desestabilização hemodinâmica é maior. A equipe de enfermagem deve atentar-se

também para o controle do balanço hídrico do paciente, visto que esse está em hidratação venosa decorrente das queimaduras. Outro grande desafio das UTIs é a presença de bactérias multirresistentes nesse ambiente, sendo necessário o tratamento com antibioticoterapia (Vaz, 2024; Lousada, 2022).

A pesquisa destaca a importância do enfermeiro no manejo de pacientes com grandes queimaduras, influenciando diretamente na sobrevivência, prevenção de infecções e escolha de coberturas para as lesões. O controle da dor, além de medicamentos, envolve um cuidado holístico com suporte psicológico e comunicação eficaz. A humanização no atendimento é fundamental para a recuperação. Além disso, a pesquisa visa aprimorar as intervenções de enfermagem, dado o papel crucial da equipe durante todos os estágios de evolução do paciente em UTI.

Dentre as limitações do estudo, destaca-se a heterogeneidade das pesquisas, que abordam diferentes terapêuticas no manejo do paciente grande queimado, e a natureza da pesquisa, por ser uma revisão, que depende de dados secundários e pode excluir estudos de periódicos não indexados. Contudo, apesar dos avanços, ainda existem lacunas no manejo desses pacientes, que precisam ser exploradas, reforçando a importância de estudos para otimizar a dor e o cuidado integral. Por isso, é essencial o investimento contínuo em pesquisas, tecnologias, estratégias de prevenção de infecções e o desenvolvimento de protocolos padronizados para garantir uniformidade no cuidado.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho mostra uma análise da assistência de enfermagem no cuidado integral a grandes queimados na UTI. Portanto, evidenciou-se que na UTI, o manejo de pacientes grandes queimados demanda uma abordagem cuidadosa na qual o enfermeiro desempenha um papel central, pois a recuperação vai além do aspecto físico, englobando o bem-estar psicológico e social. Diante da alta incidência

de queimaduras, principalmente infantis, a prevenção e a educação se mostram urgentes, em que se faz necessário a capacitação contínua da equipe e o investimento em tecnologias são fundamentais para garantir um atendimento de qualidade e melhor prognóstico aos pacientes.

Portanto, a assistência de enfermagem a grandes queimados em UTI requer equipes qualificadas e bem dimensionadas, aliada a estratégias de prevenção, como campanhas educativas. Nesse contexto, a padronização de protocolos e o incentivo a novas pesquisas mostram-se fundamentais para assegurar um cuidado integral e de qualidade, capaz de favorecer melhores prognósticos aos pacientes.

REFERÊNCIAS

- AMADEU, Luciana Mendes *et al.* Carga de trabalho de enfermagem em unidade de terapia intensiva destinada a pacientes com queimaduras. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 73, n. 1, p. 1-7, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0446> Acesso em: 5 mar. 2025.
- BARCELLOS, Luciana Gil *et al.* Características e evolução de crianças queimadas internadas em unidade de terapia intensiva pediátrica. **Revista Brasileira de terapia intensiva**. v. 30, n. 3, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-507X.20180045> Acesso em: 5 mar. 2025.
- BRASIL. Dia nacional de luta contra queimaduras. **Biblioteca Virtual em Saúde**, 2019. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/ultimas-noticias/2978-06-6-dia-nacional-de-luta-contra-queimaduras-2>. Acesso em: 8 mar. 2025.
- CAMUCI, Marcia Bernadete *et al.* Carga de trabalho de enfermagem em uma Unidade de Terapia Intensiva de Queimados segundo o Nursing Activities Score. **Revista Latino-Am de Enfermagem**. v. 22, n. 2, p. 325- 331, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/L3fmWxbc4dz3jYHsqvLdljz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 5 mar. 2025.
- CIOFI-SILVA, C. L. *et al.* The life impact of burns: the perspective from burn persons in Brazil during their rehabilitation phase. **Disability and Rehabilitation**, v. 32, n. 6, p.

431–437, jan. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.3109/09638280802532555>. Acesso em: 15 set. 2025.

COSTA, P. C. P. *et al.* Nursing care directed to burned patients: a scoping review. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 76, n. 3, p. e20220205, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0205pt>. Acesso em: 5 set. 2025.

COUTINHO, Jean Gabriel Vieira *et al.* Estudo de incidência de sepse e fatores prognósticos em pacientes queimados. **Revista Brasileira de queimaduras**, v. 14, n. 3, p. 193-197, 2015. Disponível em: <http://rbqueimaduras.org.br/details/261/pt-BR/estudo-de-incidencia-de-sepse-e-fatores-prognosticos-em-pacientes-queimados>. Acesso em: 6 mar. 2025.

CUNHA, Caio Bacellar *et al.* Clinical and epidemiological profile of burn victims, a retrospective study. **Revista Brasileira de cirurgia plástica**. v. 38, n. 4, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2177-1235.2023RBCP0730-EN> Acesso em: 5 mar. 2025.

DANIEL, Daiana Ferreira Marcelino. **Coping no processo de reabilitação em pessoas que sofreram queimaduras**. 2019. 89 f. Monografia (Especialização) - Curso de Enfermagem, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/197117/TCC_DAIANA_DANIEL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 set. 2025.

GIORDANI, Anecy Tojeiro *et al.* Perfil sociodemográfico e clínico de pacientes com queimaduras de uma unidade especializada terciária. **Revista de Enfermagem UFPE online**. v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/10363>. Acesso em: 5 mar. 2025.

LIMA, Vitória Ximenes; BRITO, Eliane Maciel. Percepções da equipe de enfermagem acerca da prática da educação em saúde em um centro de tratamento de queimados. **Rev. bras. queimaduras**, v. 15, n. 2, p. 110-105, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-915061>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LOUSADA, Letícia Martins *et al.* Cuidados de enfermagem em pacientes queimados nas Unidades de Terapia Intensiva. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**. Umuarama. v. 26, n. 3, p. 764-781, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1399464> Acesso em: 6 mar. 2025.

MARINHO, Larissa Pinto *et al.* Perfil epidemiológico de vítimas de queimadura internadas em hospital de trauma na região Norte do Brasil. **Revista brasileira de queimaduras**. v. 17, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.rbqueimaduras.com.br/details/414/pt-BR/perfil-epidemiologico-de-vitimasde-queimadura-internadas-em-hospital-de-trauma-na-regiao-norte-do-brasil> Acesso em: 5 mar. 2025.

NOGARINO, Aline Carniato Dalle *et al.* Ações dos enfermeiros no exercício da advocacia do paciente internado em um centro de queimados. **Revista da escola de Enfermagem da USP**. v. 49, n. 4, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000400007> Acesso em: 5 mar. 2025.

OLIVEIRA, Ketlin Monteiro Felipe de Oliveira, NOVAIS, Marina Rodrigues, SANTOS, Roniery Correia. Resiliência: Avaliação de Pacientes Queimados em um Hospital de Urgência e Emergência. **Psicol. cienc. prof**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003248738> Acesso em: 5 mar. 2025.

SANTOS, R. M. F. dos; BARBOZA, E. D. de B.; SANTOS, T. S. dos. O papel da enfermagem no cuidado de queimaduras. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 2033–2043, 2023. DOI: 10.55892/jrg.v6i13.788. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/788>. Acesso em: 15 set. 2025.

SOUZA, Giovanna Flávia Bin de *et al.* Manejo clínico de grande queimado em unidade de terapia intensiva: uma revisão sistemática com metanálise. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 14265–14286, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/61211>. Acesso em: 8 mar. 2025.

TACLA, Elaine Marlene et al. Perfil epidemiológico de pacientes queimados internados em centro de referência na cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de queimaduras**, v. 20, n. 1, 2021. Disponível em: <https://rbqueimaduras.com.br/details/519/pt-BR/perfil-epidemiologico-de-pacientes-queimados-internados-em-centro-de-referencia-na-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em: 8 mar. 2025.

VAZ, Maria Eduarda da Silva. **Características de pacientes grandes queimados em unidade de terapia intensiva: análise de casos**. 2024. 62 f. Monografia (Especialização) - Curso de Enfermagem, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível

em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/261543/TCC%20MARIA%20EDUARDA%20VAZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 set. 2025.

Conflito de interesse

Não houve conflito de interesses durante a escrita dessa revisão.

**IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO AUMENTO DOS
CASOS DE DENGUE: Estratégias preventivas na Atenção Primária no
Maranhão**

**IMPACTS OF CLIMATE CHANGE ON THE INCREASE IN DENGUE
CASES: Preventive strategies in Primary Care in Maranhão**

Recebido em: 10/03/2025

Aprovado em: 18/08/2025

Ana Beatriz Pinto Ferreira (Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7314-0069>)
Acadêmica de Enfermagem do Centro Universitário Santa Terezinha- CEST. São Luís,
Maranhão, Brasil.

Ana Paula Oldoni Gadelha da Silva (Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7073-4399>)
Acadêmica de Enfermagem do Centro Universitário Santa Terezinha- CEST. São Luís,
Maranhão, Brasil.

Angela Kaylanne Lemos Araujo (Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5986-6081>)
Acadêmica de Enfermagem do Centro Universitário Santa Terezinha- CEST. São Luís,
Maranhão, Brasil.

Geovanna Maria Dias Maia (Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6879-8922>)
Acadêmica de Enfermagem do Centro Universitário Santa Terezinha- CEST. São Luís,
Maranhão, Brasil.

Gyovanna de Sousa Fontes (Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0061-6974>)
Acadêmica de Enfermagem do Centro Universitário Santa Terezinha- CEST. São Luís,
Maranhão, Brasil.

Maria Lucia Lima Cardoso (<https://orcid.org/0000-0001-5654-2413>)
Mestra em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz. São Luís, Maranhão, Brasil.

DOI: [10.5281/zenodo.18718071](https://doi.org/10.5281/zenodo.18718071)

Autor para correspondência:

Ana Beatriz Pinto Ferreira
E-mail: enf.anabeatrizferreira@gmail.com

RESUMO

Introdução: A dengue é um problema de saúde pública no Maranhão, agravado por mudanças climáticas e saneamento inadequado. A atenção primária à saúde (APS) desempenha um papel essencial na prevenção, mas enfrenta desafios. **Objetivo:** Investigar os efeitos das mudanças climáticas no aumento dos casos de dengue no Maranhão, associando esses efeitos às estratégias de prevenção da APS. **Materiais e métodos:** Revisão integrativa da literatura, analisando artigos de

97

2020 a 2025 nas bases SciELO, LILACS e PubMed, focando na atenção primária ambiental, arbovírus e mudanças climáticas. 12 artigos foram selecionados para análise aprofundada. **Resultados:** Os resultados apontam que mudanças climáticas e falhas ambientais favorecem a dengue, enquanto a capacitação de profissionais, planos de contingência, monitoramento vetorial e ações integradas em saúde e saneamento são essenciais para o controle da doença. Destaca-se ainda a necessidade de diretrizes claras e baseadas em evidências para fortalecer a atuação da atenção primária. **Contribuição Científica:** A revisão destaca a relação entre mudanças climáticas e aumento da dengue, sugerindo uma abordagem integrada entre saúde, meio ambiente e educação e a necessidade de mais pesquisas para aprimorar políticas públicas e controle de doenças zoonóticas. **Conclusão:** As mudanças climáticas aumentam a dengue no Maranhão, favorecendo a proliferação do *Aedes aegypti*. A revisão enfatizou a necessidade de uma abordagem integrada, com prevenção, controle ambiental e tecnologias. Desafios como a indefinição de responsabilidades e a falta de capacitação dos profissionais indicam que a colaboração entre setores e a participação comunitária são cruciais para o controle da doença.

Palavras-chave: Infecções por Arbovirus. Atenção Primária Ambiental. Mudança Climática.

ABSTRACT

Introduction: Dengue, transmitted by *Aedes aegypti*, is a major public health issue in Maranhão, worsened by climate change and inadequate sanitation. Primary Health Care (PHC) plays an essential role in prevention but faces challenges. **Objective:** To investigate the effects of climate change on the increase in dengue cases in Maranhão, associating these effects with the prevention strategies of PHC. **Materials and Methods:** An integrative literature review, analyzing articles published from 2020 to 2025 in SciELO, LILACS, and PubMed databases, focusing on environmental primary care, arboviral infections, and climate change. Twelve articles were selected for in-depth analysis. **Results:** The results indicate that climate change and environmental failures favor dengue, while the training of professionals, contingency plans, vector monitoring and integrated actions in health and sanitation are essential for the control of the disease. The need for clear and evidence-based guidelines to strengthen the performance of primary care is also highlighted. **Scientific Contribution:** The review highlights the relationship between climate change and the increase in dengue, suggesting an integrated approach between health, environment, and education. It also emphasizes the need for more research to improve public policies and vector-borne disease control. **Conclusion:** Climate change increases dengue in Maranhão by favoring the proliferation of *Aedes aegypti*. The review emphasized the need for an integrated approach with prevention, environmental control, and technologies. Challenges such as the lack of professional training and undefined responsibilities indicate that intersectoral collaboration and community participation are crucial for controlling the disease.

Keywords: Arboviral Infections. Environmental Primary Care. Climate Change.

1 INTRODUÇÃO

As arboviroses representam um grande desafio para os sistemas de saúde pública em todo o mundo, sendo a dengue a doença urbana de maior relevância epidemiológica nas Américas (Paho, 2020). Transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, a dengue é um problema de saúde pública grave no Brasil e em nível global (WHO, 2021). A doença é mais comum em países tropicais e subtropicais, especialmente em centros urbanos que favorecem sua proliferação, com uma incidência global estimada entre 100 e 400 milhões de infecções por ano (Who, 2024; Menezes et al., 2021). A tendência de alta se manteve em 2024, com o Brasil superando as projeções de casos precocemente e concentrando mais de 80% da carga global da doença (World Mosquito Program, 2024).

A situação epidemiológica no Brasil e, em particular, no Maranhão, é preocupante. Em 2021, foram registrados 544.460 casos prováveis no país, com uma taxa de incidência de 255,2 por 100 mil habitantes. No Maranhão, no mesmo período, houve 1.298 casos prováveis, com uma taxa de 18,1 por 100 mil habitantes (Brasil, 2021). Em 2022, o estado registrou 7,3 mil casos, e na semana 14 de 2024, a incidência subiu para 101,83 por 100 mil habitantes (Brasil, 2023; Brasil, 2024).

A Atenção Primária à Saúde (APS), no Brasil, atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e é responsável pelo primeiro atendimento e coordenação do cuidado (Macêdo; Bispo Júnior, 2024). No contexto das arboviroses, a APS é responsável pelo diagnóstico precoce, tratamento inicial e acompanhamento dos pacientes, além de se integrar às atividades de vigilância epidemiológica e controle vetorial (Brasil, 2020; Macêdo; Bispo Júnior, 2024). No entanto, um grande desafio para a APS é o reconhecimento precoce da dengue entre os diversos atendimentos de síndromes febris inespecíficas (BRASIL, 2024).

Atualmente, o manejo clínico da dengue é sintomático, com foco em hidratação e uso de antitérmicos e antieméticos, evitando anti-inflamatórios não esteroides (Furtado et al., 2019; Who, 2024; Brasil, 2023). No Brasil, duas vacinas estão registradas, a QDENGGA®, que mostrou eficácia de 80,2% e está disponível no SUS, e a Dengvaxia®. Além da vacinação, campanhas de controle vetorial que utilizam abordagens eco-bio-sociais e tecnologias inovadoras, como mosquitos transgênicos, têm sido implementadas (Elidio et al., 2024).

Além do tratamento e do controle vetorial, é fundamental considerar os grupos mais vulneráveis à dengue. Embora a porcentagem de casos em crianças menores de quatro anos seja relativamente baixa, essa população está em sério risco, incluindo possíveis complicações neurológicas (Medeiros, 2020). Um estudo na região Norte do Brasil também aponta para a alta incidência da doença na população economicamente ativa, que se expõe ao risco de infecção ao se deslocar por áreas com saneamento básico deficiente e planejamento urbano inadequado (Gonçalves et al., 2020).

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é investigar os impactos das mudanças climáticas no aumento de casos de dengue, associando esses efeitos às estratégias de prevenção implementadas na APS, com enfoque especial no estado do Maranhão.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo seguiu o percurso metodológico de uma revisão integrativa da literatura, conduzida de forma a assegurar rigor e transparência na identificação, seleção e análise dos artigos. A busca foi realizada nas bases SciELO, LILACS e PubMed, abrangendo o período de 2020 a 2025. Foram utilizados os descritores em Ciências da Saúde

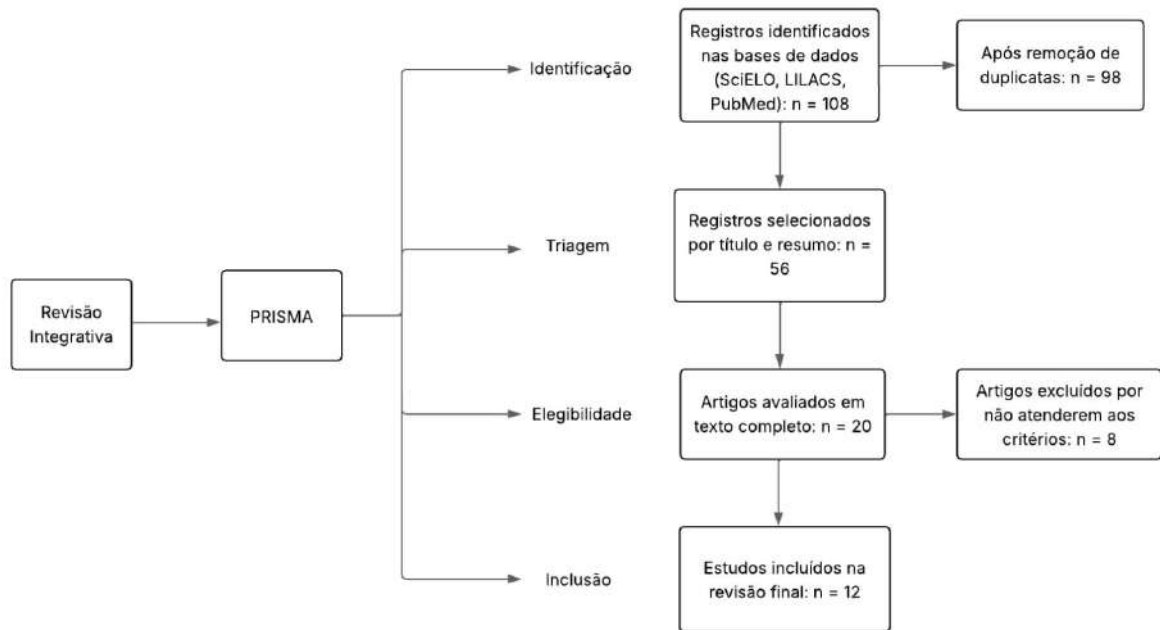
(DeCS) “atenção primária ambiental”, “infecções por arbovírus” e “mudanças climáticas”, combinados por meio do operador booleano AND.

Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis em português e relacionados à temática proposta. Publicações em outros idiomas, fora do período estabelecido, duplicadas ou que não apresentavam relação direta com o objeto de estudo foram excluídas. A busca inicial resultou em 108 artigos, dos quais 98 permaneceram após a remoção de duplicatas. Em seguida, 56 estudos foram selecionados a partir da leitura de títulos e resumos, sendo 20 avaliados na íntegra. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 12 artigos foram considerados elegíveis e compuseram a revisão final. Todo o processo de seleção foi organizado conforme as recomendações do fluxograma PRISMA, o que conferiu maior transparência e reprodutibilidade ao estudo.

A extração dos dados contemplou as seguintes informações: periódico de publicação, ano, autores, título do artigo, local de realização, nível de evidência e principais resultados. Esses dados foram dispostos em quadro sintético, de modo a favorecer a análise comparativa entre os estudos incluídos. A interpretação foi realizada de forma descritiva e crítica, articulando os achados da literatura à problemática central da pesquisa.

Além da revisão bibliográfica, foram coletados dados no InfoDengue referentes ao estado do Maranhão. Especificamente, foram extraídas informações sobre o número de casos notificados e a distribuição semanal dos registros de arboviroses no período de 2020 a 2025. Esses dados foram utilizados para complementar os achados da revisão, oferecendo um panorama epidemiológico atualizado e alinhado à realidade local.

Figura 1: Revisão Integrativa.



Fonte: Elaborada pelos autores.

3 RESULTADOS

Nesta revisão, foram examinados diversos estudos contemporâneos que abordam os impactos das mudanças climáticas no aumento dos casos de dengue no Maranhão e as estratégias preventivas na atenção primária. Os resultados apresentados a seguir elucidam os principais fatores ambientais que contribuem para o aumento da incidência da doença, as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde na prevenção e controle da dengue e as estratégias mais eficazes recomendadas para a mitigação desse problema na atenção primária à saúde. A subsequente discussão visa contextualizar esses achados no cenário atual, oferecendo uma análise crítica das práticas de prevenção vigentes e propondo possíveis melhorias com base nas evidências revisadas.

Os estudos selecionados para esta análise estão detalhados no Quadro 1, organizados de acordo com o título, a referência e os principais achados.

Quadro 1: Perfil dos estudos incluídos na amostra final.

TÍTULO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	REFERÊNCIAS
Indefinição de responsabilidades ambientais na atenção primária e na vigilância ambiental: Debate sobre saúde planetária	O artigo discute a indefinição de responsabilidades ambientais na atenção primária à saúde e na vigilância ambiental, com foco na saúde planetária. Ele aborda as lacunas e desafios na definição clara de responsabilidades entre os diferentes setores e profissionais de saúde, além de enfatizar a necessidade de uma abordagem integrada, onde as questões ambientais sejam devidamente consideradas na saúde pública, para promover um ambiente mais saudável e sustentável.	MORAES FILHO, Iel Marciano de <i>et al.</i> Indefinição de responsabilidades ambientais na atenção primária e na vigilância ambiental: debate sobre saúde planetária. Revista Nursing , v. 25, n. 3, p. 10233-10239, 2023. Disponível em: https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/3285/3978 . Acesso em: 28 fev. 2025.
Aprimorando a saúde planetária através da Atenção Primária à Saúde: Possibilidades de implementação	O artigo aborda como aprimorar a saúde planetária por meio da Atenção Primária à Saúde (APS), destacando as possibilidades de implementação de estratégias que integrem cuidados de saúde com a proteção ambiental. Ele	MORAES FILHO, Iel Marciano de <i>et al.</i> Aprimorando a saúde planetária através da Atenção Primária à Saúde: Possibilidades de implementação. Revista Revisa , v. 12, n. 3, p. 439-442, 2023. Disponível em:

	explora como a APS pode desempenhar um papel central na promoção de um modelo de saúde mais sustentável, focado na prevenção de doenças e na redução dos impactos ambientais, além de propor soluções práticas para integrar a saúde ambiental à APS.	https://rdcsa.emnuvens.com.br/revista/article/view/66/106 . Acesso em: 28 fev. 2025.
Conhecimento dos enfermeiros da atenção primária à saúde sobre arboviroses	O artigo aborda o nível de conhecimento dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde (APS) sobre arboviroses, como dengue, zika e chikungunya. Ele investiga a familiaridade desses profissionais com as características dessas doenças, suas formas de transmissão, prevenção e manejo. O estudo destaca a importância da capacitação contínua dos enfermeiros para melhorar a identificação precoce e o controle das arboviroses, além de fortalecer as estratégias de prevenção e promoção da saúde na comunidade.	FRANCO, Wesley Alexander et al. Conhecimento dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde sobre arboviroses. Revista Baiana de Saúde Pública , Salvador, v. 45, n. 3, p. 50-69, 2021. Disponível em: https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3300/3054 . Acesso em: 28 fev. 2025.
Plano de contingência das arboviroses urbanas	O artigo discute o plano de contingência para o enfrentamento das arboviroses urbanas, como	SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Saúde. Plano de Contingência das Arboviroses Urbanas:

	<p>dengue, zika e chikungunya. Ele descreve estratégias e ações a serem implementadas em situações de surtos ou epidemias, abordando desde a prevenção da proliferação do mosquito transmissor até o manejo clínico dos casos. O plano enfatiza a importância da coordenação entre os diferentes níveis de saúde para responder de forma eficaz às demandas e reduzir o impacto dessas doenças.</p>	<p>Dengue, Chikungunya e Zika 2025/2026. São Paulo, p. 1-24, 2025. Disponível em: https://us.docworkspace.com/d/sII3d1eqjAvDEqL4G. Acesso em: 28 fev. 2025.</p>
<p>Saúde Socioambiental na Atenção Básica: conhecimento, formação e prática</p>	<p>O artigo discute a saúde socioambiental na Atenção Básica, abordando o conhecimento, a formação e a prática dos profissionais de saúde em relação às questões ambientais que impactam a saúde da população. Ele explora como a integração entre os cuidados de saúde e a conscientização sobre os determinantes sociais e ambientais pode melhorar a qualidade de vida das comunidades. O estudo destaca a importância da formação contínua dos profissionais de saúde para lidar com os desafios</p>	<p>CASTELO BRANCO, Jeffer; BATISTA, Nildo Alves; THOMAZ, Sílvia Maria Tagé. Saúde socioambiental na Atenção Básica: conhecimento, formação e prática. Saúde e Debate, São Paulo, v. 46, n. 134, p. 734-749, 2022. Disponível em: https://us.docworkspace.com/d/sILzd1eqjArLlqL4G. Acesso em: 28 fev. 2025.</p>

	<p>socioambientais, promovendo ações preventivas e educativas eficazes na Atenção Básica.</p>	
<p>Dengue é produto do meio: uma abordagem sobre os impactos do ambiente no mosquito <i>Aedes aegyptie</i> nos casos da doença</p>	<p>O artigo explora como o ambiente influencia a proliferação do mosquito <i>Aedes aegypti</i>, transmissor da dengue, e o aumento dos casos da doença. Ele discute os fatores ambientais, como clima, urbanização e condições sanitárias, que contribuem para a disseminação do mosquito e a intensificação da epidemia de dengue. A abordagem destaca a importância de medidas preventivas e de controle ambiental para reduzir a incidência da doença, considerando o papel essencial do ambiente na dinâmica de transmissão da dengue.</p>	<p>LIMA-CAMARA, Tamara Nunes. A dengue é produto do meio: uma abordagem sobre os impactos do ambiente no mosquito <i>Aedes aegyptie</i> nos casos da doença. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 27, n. 1, p. 1-15, 2024. Disponível em: https://us.docworkspace.com/d/sIBfd1eqjAoTLqL4G. Acesso em: 28 fev. 2025.</p>

<p>Ecologia de mosquitos em áreas verdes urbanas: fauna, distribuição espacial, sazonal e implicações epidemiológicas</p>	<p>O artigo aborda a ecologia dos mosquitos em áreas verdes urbanas, investigando a fauna presente, sua distribuição espacial e sazonal, além das implicações epidemiológicas associadas. Ele analisa como as características ambientais dessas áreas influenciam a proliferação de mosquitos, especialmente os vetores de doenças como a dengue, zika e chikungunya. O estudo destaca a importância de compreender a dinâmica desses mosquitos nas áreas urbanas para implementar estratégias eficazes de controle e prevenção de arboviroses.</p>	<p>HEINISCH E SILVA, Marta Ribeiro. Ecologia de mosquitos em áreas verdes urbanas: fauna, distribuição espacial, sazonal e implicações epidemiológicas. 2024. 146 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: https://us.docworkspace.com/d/sIA7d1eqjAtTNqL4G. Acesso em: 28 fev. 2025.</p>
<p>Práticas de enfermagem: contexto ambiental e a relação com o materialismo histórico dialético</p>	<p>O artigo discute as práticas de enfermagem no contexto ambiental, analisando como elas estão interligadas com a teoria do materialismo histórico dialético. Ele explora como fatores sociais, econômicos e ambientais influenciam as práticas de cuidado na enfermagem. A análise propõe que a enfermagem deve considerar esses aspectos para promover cuidados mais</p>	<p>CASTRO GUIMARÃES, Yandra Dirce Nascimento de et al. Práticas de enfermagem: contexto ambiental e a relação com o materialismo histórico dialético. Enfermagem em Foco, v. 15, p. 1-6, 2024. Disponível em: https://us.docworkspace.com/d/sIJjd1eqjAo3QqL4G. Acesso em: 28 fev. 2025.</p>

	justos e eficazes, reconhecendo as desigualdades e as condições ambientais que afetam a saúde da população.	
Índices larvais de <i>Aedes aegyptie</i> incidência de dengue: um estudo ecológico no Estado do Rio de Janeiro, Brasil	O artigo apresenta um estudo ecológico sobre os índices larvais de <i>Aedes aegyptie</i> , com a incidência de dengue no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Ele analisa a relação entre a densidade larval do mosquito e o aumento dos casos de dengue, investigando padrões espaciais e sazonais. O estudo destaca a importância de monitorar a população de mosquitos e implementar medidas de controle para reduzir a propagação da doença, enfatizando a correlação entre alguns índices bastante relevantes.	RIBEIRO, Mário Sérgio et al. Índices larvais de <i>Aedes aegyptie</i> incidência de dengue: um estudo ecológico no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Cadernos de Saúde Pública , Rio de Janeiro, v. 37, n. 7, p. 1-13, 2021. Disponível em: https://us.docworkspace.com/d/sINXd1eqjArPUqL4G . Acesso em: 28 fev. 2025.
Orientações para o Diagnóstico Laboratorial de Arboviroses: Dengue, Doença Aguda pelo Vírus ZIKA, Febre de Chikungunya e Febre Amarela	O artigo fornece orientações para o diagnóstico laboratorial de arboviroses, como dengue, doença aguda pelo vírus Zika, febre ocasionada pela chikungunya e febre amarela. Ele aborda as técnicas e métodos laboratoriais recomendados para detectar essas doenças,	SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Saúde. Orientações para o Diagnóstico Laboratorial de Arboviroses: Dengue, Doença Aguda pelo Vírus ZIKA, Febre de Chikungunya e Febre Amarela . Nota Técnica Conjunta COVISA/CAB N°

	<p>incluindo exames sorológicos e moleculares, além de discutir a importância de um diagnóstico preciso para o manejo adequado dos casos. O estudo enfatiza também a necessidade de protocolos claros e rápidos para o diagnóstico, a fim de facilitar a identificação e o tratamento eficaz dessas doenças em áreas endêmicas.</p>	<p>01/2024, São Paulo, 2024. 68 f. Disponível em: https://us.docworkspace.com/d/sILzd1eqjAsTWqL4G. Acesso em: 28 fev. 2025.</p>
<p>Saneamento, Arboviroses e Determinantes Ambientais: impactos na saúde urbana</p>	<p>O artigo discute a relação entre saneamento, arboviroses e determinantes ambientais, destacando os impactos desses fatores na saúde urbana. Ele analisa como condições inadequadas de saneamento e fatores ambientais, como o acúmulo de lixo e a água parada, contribuem para a proliferação de mosquitos transmissores de doenças como dengue, zika e Chikungunya, além de enfatizar a importância de políticas públicas eficazes de saneamento e controle ambiental para reduzir a incidência dessas arboviroses e melhorar a</p>	<p>ALMEIDA, Lorena Sampaio; COTA, Ana Lídia Soares; RODRIGUES, Diego Freitas. Saneamento, Arboviroses e Determinantes Ambientais: impactos na saúde urbana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 12., 2018, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: Abrasco, 2018. p. 3857-3868. Disponível em: https://us.docworkspace.com/d/sICXd1eqjAtDYqL4G. Acesso em: 28 fev. 2025</p>

	saúde das populações urbanas.	
Avaliação da qualidade metodológica de diretrizes de vigilância e manejo clínico de dengue e Chikungunya	O artigo avalia a qualidade metodológica das diretrizes de vigilância e manejo clínico de dengue e chikungunya. Ele analisa as práticas recomendadas para o diagnóstico, tratamento e controle dessas doenças, verificando a robustez e a confiabilidade das metodologias utilizadas nas diretrizes. O estudo destaca a importância de uma abordagem baseada em evidências para garantir que as estratégias de manejo e vigilância sejam eficazes, além de sugerir melhorias nas diretrizes existentes para aprimorar o cuidado e o controle dessas arboviroses.	FEITOSA, Manuella Carvalho et al. Avaliação da qualidade metodológica de diretrizes de vigilância e manejo clínico de dengue e chikungunya. Cadernos de Saúde Pública , Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, p. 1-14, 2020. Disponível em: https://us.docworkspace.com/d/sICLd1eqjApLaqL4G . Acesso em: 28 fev. 2025.

<p>Reflexões sobre o risco de arboviroses em 2024</p>	<p>O artigo oferece reflexões sobre o risco contínuo das arboviroses em 2024, considerando fatores como mudanças climáticas, urbanização e falhas nos sistemas de saúde pública. Ele discute como essas variáveis podem contribuir para a proliferação de doenças como dengue, zika e chikungunya, além de enfatizar a necessidade de estratégias de prevenção mais eficazes e integradas. O estudo também sugere ações de vigilância, educação comunitária e melhorias no controle ambiental para reduzir os riscos e os impactos dessas doenças no próximo ano.</p>	<p>FIOCRUZ. Reflexões sobre o risco de arboviroses em 2024. Rio de Janeiro: FGV EMap, 2023. Disponível em: https://us.docworkspace.com/d/sID_d1eqjAvP4rb4G. Acesso em: 28 fev. 2025.</p>
---	---	---

Fonte: Elaboração própria (2025).

4 DISCUSSÃO

Sendo assim, pode-se observar que todos os artigos analisados estão interligados, destacando problemáticas importantes sobre os impactos das mudanças climáticas no aumento dos casos de dengue no Brasil e as estratégias preventivas na atenção primária no Maranhão, pois cada um dos estudos expôs de forma clara e concisa os desafios e as complexidades do tema, abordando não apenas as consequências diretas das mudanças climáticas sobre a saúde pública, mas também as necessidades de ações coordenadas e eficazes para reduzir esse impacto (São Paulo, 2025).

As mudanças climáticas têm se mostrado um fator relevante para o aumento das epidemias de doenças como a dengue. No Maranhão, o aumento da temperatura, a irregularidade nas chuvas e o alagamento de áreas urbanas e rurais, fatores amplificados pelas mudanças climáticas, criam ambientes propícios para a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da doença. O clima quente e as chuvas torrenciais favorecem a criação de criadouros, que, por sua vez, aumentam a incidência de casos de dengue (Massulo, 2015), onde a reflexo disso temos os dados fornecidos pela Fiocruz onde de acordo com os registros do InfoDengue (FIOCRUZ, 2025), observou-se aumento progressivo de casos de dengue no Maranhão entre os anos de 2020 a 2025.

Além disso, estratégias preventivas na APS têm se mostrado eficazes, mas necessitam de uma ampliação e maior investimento. Entre essas ações preventivas, destacam-se a educação em saúde, o controle ambiental (eliminação de focos do mosquito), e o uso de tecnologias para monitoramento e previsão de surtos de dengue, que são fundamentais para o planejamento e ação preventiva. Já a atenção primária à saúde, por meio das equipes de Saúde da Família, desempenha um papel crucial na identificação precoce de focos e na orientação das comunidades para a eliminação de criadouros do mosquito. Essa abordagem, se bem implementada e com o apoio das comunidades, pode resultar em uma redução significativa na incidência da doença (Gonçalves, 2020).

Filho *et al.* (2023) enfatizam a importância de uma abordagem integrada, em que a saúde pública não seja tratada isoladamente das questões ambientais. Para isso, o autor ressalta que é imprescindível que os profissionais de saúde, gestores públicos e a sociedade estejam cientes dos efeitos das mudanças climáticas e trabalhem juntos para desenvolver soluções sustentáveis e eficazes no controle de doenças como a dengue. A colaboração entre os diferentes setores é a chave para

construir uma resposta mais eficiente e coordenada, capaz de minimizar os impactos da mudança climática na saúde da população.

É necessário destacar que, durante a revisão da literatura, foram identificadas falhas e desafios significativos como a escassez de estudos desses impactos no Maranhão, que por ser uma área com grande variedade de biomas, tem-se uma probabilidade ainda maior de impactar significativamente no aumento dos casos de dengue no estado (Figueredo, 2023). Também foram encontradas falhas quanto a definição das responsabilidades entre os diversos setores e seus profissionais de saúde, o que afirma, a partir desta revisão de literatura, a necessidade de mais estudos e pesquisas para que assim meios sejam elaborados para atenuar essa problemática, pois embora diversas estratégias para o controle da dengue já estejam em andamento, é notória a carência de uma abordagem mais aprofundada, que leve em consideração as questões ambientais e climáticas na construção das políticas públicas de saúde em que a colaboração entre os setores de saúde, meio ambiente e educação são importantes para criar um ambiente mais saudável e sustentável, contribuindo para a redução da vulnerabilidade das populações às doenças transmitidas por vetores, como a dengue.

5 CONCLUSÃO

Esta revisão demonstrou que as mudanças climáticas têm um impacto significativo no aumento dos casos de dengue no Maranhão, ao criar um ambiente favorável à proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. Essa realidade exige uma abordagem integrada na atenção primária à saúde (APS), focada em estratégias preventivas como a educação em saúde, o controle ambiental e o uso de tecnologias para o monitoramento e a previsão de surtos.

No entanto, a pesquisa revelou desafios críticos, incluindo a indefinição de responsabilidades entre os setores de saúde e meio ambiente e a necessidade de capacitação contínua dos profissionais. Superar essas barreiras requer uma colaboração intersetorial robusta e a participação ativa da comunidade.

A principal contribuição deste estudo é ressaltar a conexão entre as mudanças climáticas e a saúde pública, destacando a necessidade de políticas mais abrangentes. Futuras pesquisas devem aprofundar a relação entre o clima e a doença para aprimorar o controle de vetores e proteger a população maranhense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lorena Sampaio; COTA, Ana Lídia Soares; RODRIGUES, Diego Freitas. Saneamento, Arboviroses e Determinantes Ambientais: impactos na saúde urbana. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 12., 2018, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Abrasco, 2018. p. 3857-3868. Disponível em: <https://us.docworkspace.com/d/slCXdl1eqjAtDYqL4G>. Acesso em: 28 fev. 2025.

ANTROBUS, Jeisson de Melo. **Prevenção e controle da dengue na Atenção Primária à Saúde (APS):** uma proposta de intervenção. 2018. 21 f. Monografia (Especialização em Saúde da Família) – Universidade Aberta do SUS, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/ARES/28786/1/Jeisson_de_Melo_Antrobus.pdf. Acesso em: 7 mar. 2025.

AZEVÊDO, Ryan Alves de *et al.* A influência das mudanças climáticas e a dengue no Brasil. **Revista FT**, [S. l.], v. 7, ed. 119, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-influencia-das-mudancas-climaticas-e-a-dengue-no-brasil/>. Acesso em: 7 mar. 2025.

BARCELLOS, Christovam *et al.* Mudanças climáticas e ambientais e as doenças infecciosas: cenários e incertezas para o Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 285-304, set. 2009. DOI: 10.5123/S1679-49742009000300011. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S16794974200

9000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_prevencao_controle_dengue.pdf. Acesso em: 7 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Monitoramento dos casos de Arboviroses urbanas transmitidas pelo Aedes (dengue, chikungunya e Zika) até a Semana Epidemiológica 52 de 2021**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/arboviroses/boletim/boletim-2021/boletim-semanal-52/view>. Acesso em: 08 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico: arboviroses urbanas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/arboviroses/boletim/boletim-2023/boletim-semanal-50-2023/view>. Acesso em: 08 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de monitoramento das arboviroses**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/arboviroses/informe-semanal/coe-dengue-informe-14/view>. Acesso em: 14 set. 2025.

ELÍDIO, G. *et al.* Atenção primária à saúde: a maior aliada na resposta à epidemia da dengue no Brasil. **Revista Saúde em Foco**, [s. l.], n. 16, p. 119-126, 2024. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/download/21291/11446/>. Acesso em: 08 set. 2025.

CASTELO BRANCO, Jeffer; BATISTA, Nildo Alves; THOMAZ, Silvia Maria Tagé. Saúde socioambiental na Atenção Básica: conhecimento, formação e prática. **Saúde e Debate**, São Paulo, v. 46, n. 134, p. 734-749, 2022. Disponível em: <https://us.docworkspace.com/d/slLzd1eqjArLlqL4G>. Acesso em: 28 fev. 2025.

CASTRO GUIMARÃES, Yandra Dirce Nascimento de *et al.* Práticas de enfermagem: contexto ambiental e a relação com o materialismo histórico dialético. **Enfermagem em Foco**, v. 15, p. 1-6, 2024. Disponível em: <https://us.docworkspace.com/d/slJjd1eqjAo3QqL4G>. Acesso em: 28 fev.

2025.

CAZOLA, Luiza Helena de Oliveira. **Atuação de agente comunitário de saúde na estratégia saúde da família e no programa de controle da dengue: experiências de dois municípios brasileiros de pequeno porte.** 2011. 117 f. Monografia (Especialização em Saúde da Família) – Universidade Aberta do SUS, Campo Grande, 2011. Disponível em: <https://us.docworkspace.com/d/sIATd1eqjAoqnr4G>. Acesso em: 7 mar. 2025.

CRUZ, Laíse da Conceição *et al.* Perfil epidemiológico da dengue no Maranhão de 2019 a 2023. **Acervo Saúde**, Santa Inês, v. 24, n. 12, p. 1-10, 2024. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/17390/9807>. Acesso em: 7 mar. 2025.

FEITOSA, Manuella Carvalho *et al.* Avaliação da qualidade metodológica de diretrizes de vigilância e manejo clínico de dengue e chikungunya. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://us.docworkspace.com/d/sICLd1eqjApLaqL4G>. Acesso em: 28 fev. 2025.

FIOCRUZ. **Reflexões sobre o risco de arboviroses em 2024.** Rio de Janeiro: FGV EMap, 2023. Disponível em: https://us.docworkspace.com/d/sID_d1eqjAvP4rb4G. Acesso em: 28 fev. 2025.

FIGUEREDO, Sara Almeida *et al.* Perfil epidemiológico de arboviroses no estado do Maranhão durante os anos de 2017 a 2021. **Revista Ibero - Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.1.n.01. jun, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10541/4339> . Acesso em: 14 set. 2025.

FIOCRUZ. **InfoDengue: Monitoramento de arboviroses no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2025. Disponível em: <https://info.dengue.mat.br/>. Acesso em: 14 set. 2025.

FRANCO, Wesley Alexander *et al.* Conhecimento dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde sobre arboviroses. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 45, n. 3, p. 50-69, 2021. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3300/3054>. Acesso em: 28 fev. 2025.

FURTADO, Ana Natalia Rodrigues *et al.* Dengue e seus avanços. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, v. 51, n. 3, p. 196-201, 2019. Disponível em: <https://www.rbac.org.br/wp-content/uploads/2019/12/RBAC-vol-51-3-2019-ref-723.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.

FURTADO, Ana Natália Rodrigues et al. Panorama da vacinação contra a dengue em crianças e adolescentes: uma revisão integrativa. **Acervo Mais**, [s. l.], v. 5, n. 4, p. 19783, 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/download/19783/10541/>. Acesso em: 08 set. 2025.

GARCIA, Ana Carolina Pedroso Romeiro *et al.* Dengue: aspectos epidemiológicos, clínicos e diagnóstico laboratorial. In: MOSTRA DE TRABALHOS ACADÊMICOS, 9.; JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 3., 2015, Santos. **Anais...** Santos: Unilus, 2015. Disponível em: <http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/548>. Acesso em: 7 mar. 2025.

GONÇALVES, Cristiano Willian Barros et al. Análise temporal e espacial dos casos municipais de dengue no Paraná e indicadores sociais e ambientais, 2012 a 2021: estudo ecológico. **Research, Society and Development**, São José dos Pinhais, v. 11, n. 4, e36611427218, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366230989_Analise_temporal_e_espacial_dos_casos_municipais_de_dengue_no_Parana_e_indicadores_sociais_e_ambientais_2012_a_2021_estudo_ecologico. Acesso em: 08 set. 2025.

GONÇALVES, Romário de Sousa *et al.* Educação em saúde como estratégia de prevenção e promoção da saúde de uma unidade básica de saúde / Health education as a strategy for the prevention and promotion of health in a basic health unit. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 5811-5817, 2020. DOI: 10.34119/bjhrv3n3-144. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/11122>. Acesso em: 6 mar. 2025.

HEINISCH E SILVA, Marta Ribeiro. **Ecologia de mosquitos em áreas verdes urbanas: fauna, distribuição espacial, sazonal e implicações epidemiológicas**. 2024. 146 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://us.docworkspace.com/d/sIA7d1eqjAtTNqL4G>. Acesso em: 28 fev. 2025.

INFO.DENGUE.MAT.BR. Disponível em: <https://info.dengue.mat.br/>. Acesso em: 28 fev. 2025.

LIMA-CAMARA, Tamara Nunes. A dengue é produto do meio: uma abordagem sobre os impactos do ambiente no mosquito *Aedes aegyptie* nos casos da doença. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 27, n. 1, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://us.docworkspace.com/d/sIBfd1eqjAoTLqL4G>. Acesso em: 28 fev. 2025.

LORBIESKI, R. *et al.* Uma Contribuição ao Controle da Dengue em Cascavel/PR através de um Software com Informações Georreferenciadas. **Revista Paranaense Perio/Implante**, Cascavel, v. 5, n. 1, p. 19-25, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Rogério-Luis-Rizzi/publication/268303542_UMA_CONTRIBUICAO_AO_CONTROLE_DA_DENGUE_EM_CASCADELPR_ATRAVES_DE_UM_SOFTWARE_COM_INFORMACOES_GEORREFERENCIADAS/links/54ca425f0cf22f98631acd18/UMA-CONTRIBUICAO-AO-CONTROLE-DA-DENGUE-EM-CASCADEL-PR-ATRAVES-DE-UM-SOFTWARE-COM-INFORMACOES-GEORREFERENCIADAS.pdf. Acesso em: 7 mar. 2025.

MACÊDO, Francisco Ribeiro de; BISPO JÚNIOR, José Patrício. Estratégia saúde da família no combate às arboviroses: prevenção, controle do vetor, assistência e intersetorialidade. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 22, n. 1, p. 25039-25055, 2024.

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga. Análise socioambiental da incidência de dengue no Distrito Sanitário da COHAB, São Luís (MA). **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, São Luís, v. 13, n. 1, p. 122-145, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/9679/6906>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MACÊDO, Francisco Ribeiro de; BISPO JÚNIOR, José Patrício. Estratégia saúde da família no combate às arboviroses: prevenção, controle do vetor, assistência e intersetorialidade. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 22, n. 1, p. 25039-25055, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10156012.pdf>. Acesso em: 08 set. 2025.

MEDEIROS, Hermes Igor Ribeiro de et al. Perfil epidemiológico notificados dos casos de dengue no Estado da Paraíba no período de 2017 a 2019. **Brazilian Journal of Health Review**, São José dos Pinhais, v. 3, n. 5, p. 11928-11943, 2020. Disponível em:

<https://rima.ufrjr.br/jspui/handle/20.500.14407/18265?mode=full>. Acesso em: 08 set. 2025.

MENEZES, Ana Maria Fernandes et al. Perfil epidemiológico da dengue no Brasil entre os anos de 2010 a 2019. **Brazilian Journal of Health Review**, São José dos Pinhais, v. 4, n. 3, p. 13047-13058, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/31260>. Acesso em: 14 set. 2025.

MORAES FILHO, Iel Marciano de *et al.* Indefinição de responsabilidades ambientais na atenção primária e na vigilância ambiental: debate sobre saúde planetária. **Revista Nursing**, v. 25, n. 3, p. 10233-10239, 2023. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/3285/3978>. Acesso em: 28 fev. 2025.

MORAES FILHO, Iel Marciano de *et al.* Aprimorando a saúde planetária através da Atenção Primária à Saúde: Possibilidades de implementação. **Revista Revisa**, v. 12, n. 3, p. 439-442, 2023. Disponível em: <https://rdcsa.emnuvens.com.br/revista/article/view/66/106>. Acesso em: 28 fev. 2025.

OLIVEIRA, Evaldo Hipólito de *et al.* Análise epidemiológica dos casos de dengue no Estado do Maranhão, Brasil / Epidemiological analysis of dengue cases in Maranhão State, Brazil / Análisis epidemiológico de casos de dengue en el Estado de Maranhão, Brasil. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/2491/2297>. Acesso em: 7 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Casos de dengue nas Américas chegam a 1,6 milhão, o que destaca a necessidade do controle de mosquitos durante a pandemia**. Washington, D.C.: OPAS, 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/23-6-2020-casos-dengue-nas-americas-chegam-16-milhao-que-destaca-necessidade-do-controle>>. Acesso em: 14 set. 2025.

RIBEIRO, Mário Sérgio *et al.* Índices larvais de *Aedes aegyptie* incidência de dengue: um estudo ecológico no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 7, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://us.docworkspace.com/d/sINXd1eqjArPUqL4G>. Acesso em: 28 fev. 2025.

ROQUE, Anne Caroline Monteiro; SANTOS, Paula Fernanda Brandão Batista dos; MEDEIROS, Eliabe Rodrigues de. Perfil epidemiológico da dengue no município de natal e região metropolitana no período de 2007 A 2012.

Revista Ciência Plural, [Natal], v. 1, n. 3, p. 51–61, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/8582>. Acesso em: 7 mar. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Saúde. **Orientações para o Diagnóstico Laboratorial de Arboviroses: Dengue, Doença Aguda pelo Vírus ZIKA, Febre de Chikungunya e Febre Amarela**. Nota Técnica Conjunta COVISA/CAB N° 01/2024, São Paulo, 2024. 68 f. Disponível em:

<https://us.docworkspace.com/d/s1Lzd1eqjAsTWqL4G>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Saúde. **Plano de Contingência das Arboviroses Urbanas: Dengue, Chikungunya e Zika 2025/2026**. São Paulo, p. 1–24, 2025. Disponível em:

<https://us.docworkspace.com/d/s1I3d1eqjAvDEqL4G>. Acesso em: 28 fev. 2025.

SIQUEIRA JR., João Bosco *et al.* Dengue and Dengue Hemorrhagic Fever, Brazil, 1981–2002. **Emerging Infectious Diseases**, Atlanta, v. 11, n. 1, p. 48–53, 2005. Disponível em:

<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC3294356/pdf/03-1091.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.

TEIXEIRA, Maria da Glória *et al.* Dengue e febre hemorrágica do dengue no Brasil: que tipo de pesquisas a sua tendência, vigilância e experiências de controle indicam ser necessárias? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 307–315, 2005. DOI: 10.1590/S0102-311X2005000500002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000500002>. Acesso em: 7 mar. 2025.

TOMAZ, José Batista Cisne. O agente comunitário de saúde não deve ser um "super-herói". **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 6, n. 10, p. 84–87, 2002. DOI: 10.1590/S1414-32832002000100008.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832002000100008>. Acesso em: 7 mar. 2025.

TORRES, Marco Aurélio Neri *et al.* Climatologia aplicada ao estudo da dengue na cidade de São Luís, Maranhão, Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 14, n. 7, p. 3842–3856, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgefe/article/download/248417/40257>. Acesso em: 7 mar. 2025.

WORLD MOSQUITO PROGRAM. **Brazil**. [s. 1.], 2024. Disponível em: <https://www.worldmosquitoprogram.org/en/global-progress/brazil>. Acesso em: 14 set. 2025.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Dengue and severe dengue**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/dengue-and-severe-dengue>. Acesso em: 7 mar. 2025.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Dengue and severe dengue**. 2021. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/dengue-and-severe-dengue#tab=tab_1. Acesso em: 7 mar. 2025.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Dengue and severe dengue**. 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/dengue-and-severe-dengue>. Acessado em: 7 mar. 2025.

CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR NO BRASIL

CONDITIONS OF PRE-HOSPITAL CARE SERVICES IN BRAZIL

Recebido em: 10/03/2025

Aprovado em: 12/09/2025

Raphysa Rayra da Silva Araújo (Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9245-763X>)
Acadêmica de Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha - CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

Ana Beatriz Pinto Ferreira (Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7314-0069>)
Acadêmica de Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha - CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

Damaraellen Pereira Conceição (Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9149-8029>)
Acadêmica de Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha - CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

Larissa Fernanda Silva Ribeiro (Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5050-3819>)
Acadêmica de Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha - CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

Teodoro Cutrim Barros Neto (Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7314-0069>)
Acadêmico de Enfermagem. Centro Universitário Santa Terezinha - CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

Gabriel Mateus Nascimento de Oliveira (Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3092>)
Mestre em Saúde Materno Infantil. Docente do Centro Universitário Santa Terezinha - CEST. São Luís, Maranhão, Brasil.

DOI: [10.5281/zenodo.18718148](https://doi.org/10.5281/zenodo.18718148)

Autor para correspondência:

Nome: Raphysa Rayra da Silva Araújo
E-mail: contato.raphysarayra@gmail.com

RESUMO

Introdução: O Atendimento Pré-Hospitalar (APH) é fundamental para a saúde pública, sobretudo na urgência e emergência, oferecendo assistência imediata à vítima fora do ambiente hospitalar. Seu objetivo é estabilizar a situação no local do incidente até o transporte para o hospital. O SAMU é o principal responsável por esse atendimento, proporcionando cuidados iniciais para reduzir riscos e aumentar as chances de sobrevivência.

Objetivo: Analisar as condições dos serviços de urgência e emergência no Atendimento Pré-hospitalar no Brasil. **Materiais e Método:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter narrativo, sendo coletados os dados nas bases de dados BVS, Scielo, LILACS e Google

Acadêmico, sendo selecionados ao final 9 artigos para revisão. **Resultados:** Observou-se com a pesquisa, que no Brasil, o sistema de APH enfrenta uma série de desafios relacionados à infraestrutura, capacitação de profissionais e recursos financeiros, o que impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados para a população. **Contribuição Científica:** Com a análise das condições dos serviços de APH no país, foi possível identificar desafios como a falta de infraestrutura e a escassez de profissionais capacitados. Os dados fornecidos auxiliam na formulação de políticas públicas mais eficazes, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento, reduzir a mortalidade e aprimorar o treinamento dos profissionais. **Conclusão:** Conclui-se que diversos são os desafios enfrentados no APH, impactando diretamente em sua qualidade. Reforçar a estrutura e a administração do SAMU é essencial para garantir um atendimento mais adequado e eficaz a todos que necessitam do serviço móvel de urgência.

Palavras-chave: SAMU. Atendimento Pré-hospitalar. Emergência.

ABSTRACT

Introduction: Pre-Hospital Care (PHC) is essential for public health, particularly in emergency and urgent situations, providing immediate assistance to the victim outside the hospital setting. Its goal is to stabilize the situation at the incident site until transport to the hospital. SAMU is the main body responsible for this care, offering initial treatment to reduce risks and increase survival chances. **Objective:** To analyze the conditions of emergency services in Pre-Hospital Care in Brazil. **Materials and Methods:** This is a narrative bibliographic review, with data collected from the BVS, Scielo, LILACS, and Google Scholar databases, from which nine articles were selected for review. **Results:** The research showed that in Brazil, the PHC system faces a number of challenges related to infrastructure, professional training, and financial resources, which directly influences the quality of services provided to the population. **Scientific Contribution:** By analyzing the conditions of PHC services in the country, it was possible to identify challenges such as the lack of infrastructure and the shortage of trained professionals. The data provided assists in the formulation of more effective public policies aimed at improving service quality, reducing mortality, and enhancing professional training. **Conclusion:** It is concluded that there are several challenges faced in PHC, directly influencing its quality. Strengthening the structure and management of SAMU is essential to ensure more adequate and effective care for all who require emergency medical services.

Keywords: SAMU. Pre-Hospital Care. Emergency.

1 INTRODUÇÃO

Os serviços de urgência e emergência estabelecem-se no Brasil como um componente fundamental de assistência à saúde para a população e têm em seus serviços sempre uma alta demanda no que se refere ao Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2003; Frota *et al.*, 2021). Isso advém do crescente número de situações que estão presentes no país atualmente e que geram um aumento das morbidades, como por exemplo, os acidentes de trânsito e o alto índice de violência, que somado a outros fatores acabam levando a alta demanda em cima dos serviços de saúde, particularmente, os de urgência e emergência (Silva *et al.*, 2019; Benvindo, Martins, 2021).

Devido à grande importância e a alta demanda dos serviços de urgência e emergência, foi criada por intermédio do Ministério da Saúde a Política Nacional de Atenção às Urgências (PNAU), por meio da portaria nº 1.863/GM. Instituída em 29 de setembro de 2003, essa política nacional foi introduzida como um instrumento que visa regulamentar e orientar os atendimentos de urgência e emergência em todos os âmbitos envolvidos, desde do pré ao intra-hospitalar. Ademais, foi implementada por meio da portaria nº 1.600/11 a Rede de Atenção às Urgências (RUE), que tem como propósito integrar, amplificar e qualificar acesso da população aos serviços de urgência e emergência nos diferentes pontos de atenção que a englobam, entre eles o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) (Brasil, 2003; Brasil, 2012; Luchtemberg; Pires, 2017).

Dentro do contexto da PNAU está implementado o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que foi instituído no Brasil no ano de 2004, por meio do decreto nº 5.055. O SAMU é uma das principais versões de Atendimento Pré-hospitalar (APH) móvel no Brasil. O APH refere-se ao serviço de assistência prestada à vítima em situação de agravo fora do ambiente intra-hospitalar, que por intermédio de uma série de manobras e procedimentos é realizado o primeiro atendimento à vítima ainda no local da ocorrência, visando estabilizar o quadro apresentado até a chegada ao serviço de referência mais próximo, e esse atendimento e deslocamento

é realizado pelo SAMU, cujo objetivo é chegar até o local em que a vítima se encontra e ofertar um primeiro atendimento de forma rápida, eficiente e com qualidade, buscando diminuir os riscos e aumentar as suas chances de sobrevivência (Brasil, 2004; Brasil, 2012; Siqueira *et al.*, 2017; Silva *et al.*, 2020).

No Brasil, o serviço do SAMU pode ser acionado a qualquer hora do dia pela população, funcionando durante 24 horas de forma gratuita em todos os estados do país. No momento, o SAMU presta assistência a aproximadamente 85,78% da população em todo o país. Para que isso seja possível, existem no país 2.952 Unidades de Suporte Básico, 652 Unidades de Suporte Avançado e 255 motolâncias. Além disso, há 13 equipes de embarcação e 18 equipes aeromédicas disponíveis para auxílio nas situações de urgências e emergência (Brasil, 2021; Ciconet, 2015; Ferreira *et al.*, 2018).

Para que os serviços realizados no ambiente pré-hospitalar sejam executados da melhor forma possível, com qualidade e gerando um aumento significativo das chances de sobrevivência das vítimas, é necessário que as condições dos serviços de urgência e emergência no APH, realizado pelo SAMU, sejam as melhores possíveis. No entanto, o que pode-se observar na realidade dos serviços é que, por uma série de fatores que envolvem as condições dos serviços, isso nem sempre é possível (Teles *et al.*, 2017; Novack *et al.*, 2017; Canesin *et al.*, 2020).

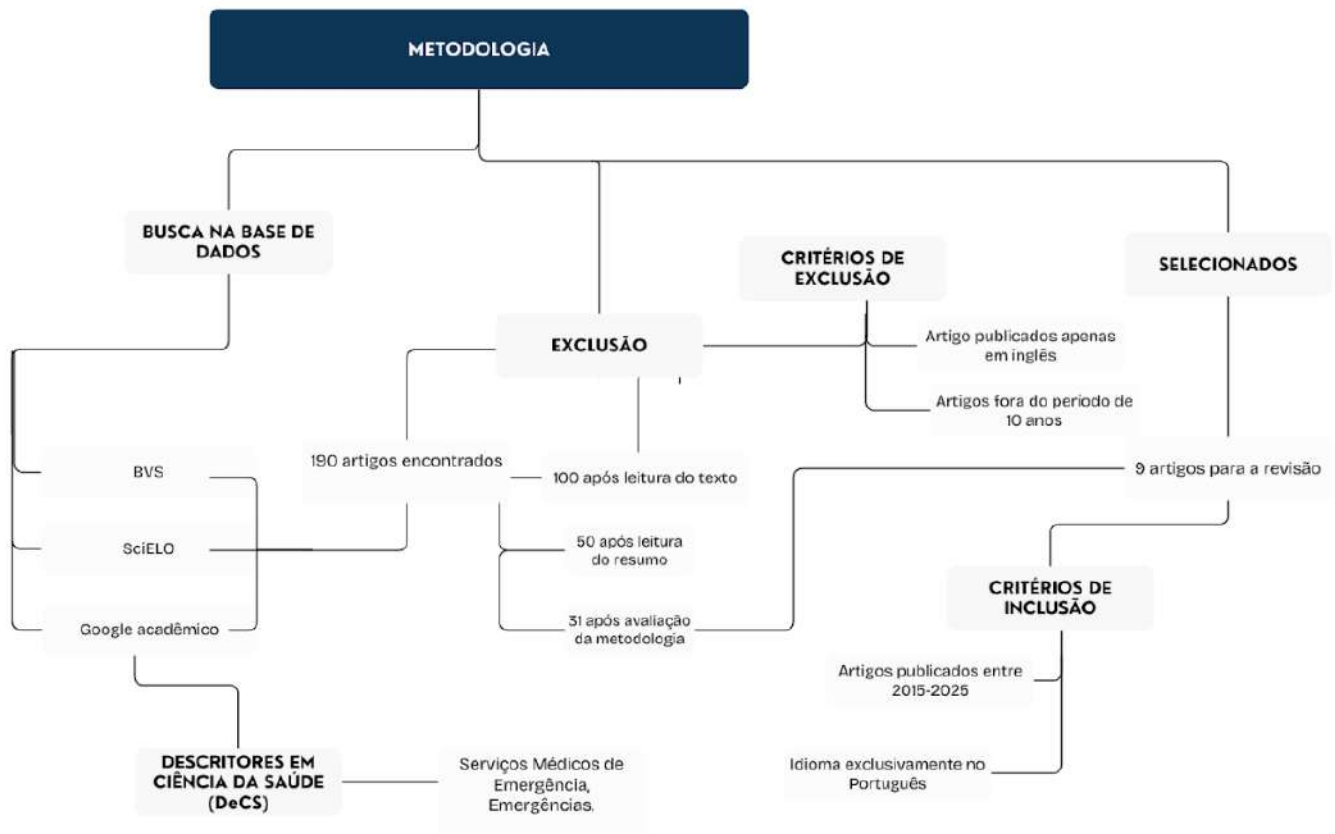
Diante do exposto, o objetivo desse trabalho é analisar de que forma se apresentam as condições dos serviços de urgência e emergência no Atendimento Pré-hospitalar no Brasil e quais desafios impactam sua efetividade.

2 MATERIAIS E MÉTODO

Figura 1 - Metodologia.

Fonte: Elaborada pelos autores.

3 RESULTADOS



Nesta revisão, foram analisados diversos estudos que discutem as principais condições enfrentadas no serviço de urgência e emergência móvel no Brasil. Os estudos selecionados estão sintetizados na Tabela 1, organizados de acordo com seus títulos e principais achados.

Tabela 1 – Resumo dos estudos selecionados.

Nome do Periódico	Ano de Publicação	Autores	Título do Artigo	Local de Estudo	Nível de Evidência	Principais Resultados
-------------------	-------------------	---------	------------------	-----------------	--------------------	-----------------------

Arquivo de ciências de saúde da UNIPAR	2023	CARVALHO, S. S. <i>et al.</i>	Dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde no atendimento de emergências em unidades básicas de saúde no Brasil	Brasil	6	Relata que profissionais enfrentam falta de recursos, capacitação insuficiente e dificuldades estruturais no atendimento de emergências em UBS.
Revista Saúde	2017	SIQUEIRA, C. L. <i>et al.</i>	Dificuldades percebidas pela enfermagem no cotidiano do trabalho de um serviço de atendimento móvel de urgência	Brasil	6	Identifica sobrecarga de trabalho, estresse e carência de infraestrutura como principais desafios.
Revista Brasileira de Enfermagem da UFPE	2018	MATA, K. S. S. <i>et al.</i>	Entraves no atendimento pré-hospitalar do SAMU: percepção dos enfermeiros	Brasil	6	Aponta falhas na comunicação, falta de recursos e dificuldades na regulação médica.
Revista Brasileira Gestão e Saúde	2017	NOVACK, B. C. <i>et al.</i>	As dificuldades vivenciadas pelos profissionais de enfermagem no atendimento pré-hospitalar	Brasil	6	Destaca riscos ocupacionais, estresse e desafios logísticos durante o atendimento.

Revista eletrônica acervo Enfermagem	2020	CASTRO, R. R.; FAUSTINO, U.S.; RIBEIRO, D.M	Caracterização das ocorrências do serviço de Atendimento Móvel de Urgência–SAMU	Brasil	5	Analisa perfil das ocorrências e tempo resposta, indicando maior demanda por casos clínicos.
Revista Eletrônica Acervo Saúde	2020	SANTOS, A. P. <i>et al.</i>	Dificuldades encontradas pela equipe de enfermagem no atendimento pré-hospitalar	Brasil	6	Relata sobrecarga, estresse emocional e insuficiência de recursos materiais.
Ciência & Saúde Coletiva	2022	OLIVEIRA, C. C. M.; O'DWYER, G.; NOVAES, H. M. D.	Desempenho do serviço de atendimento móvel de urgência na perspectiva de gestores e profissionais	São Paulo	6	Avalia desempenho do SAMU, identificando desigualdade de acesso e desafios na gestão de recursos.
Revista de Saúde Pública de Santa Catarina	2017	LUCHTEMBERG, M. N.; PIRES, D. E.	Trabalhar no SAMU: facilidades e dificuldades para realização do trabalho dos enfermeiros	Região Sul do Brasil	6	Aponta como facilidades o trabalho em equipe e como dificuldades a sobrecarga e riscos ocupacionais.
Ciência & Saúde Coletiva	2022	MALVESTIO, M. A. A.; SOUSA, R. M. C.	Desigualdade na atenção pré-hospitalar no Brasil: análise da	São Paulo	5	Aponta desigualdades regionais e insuficiência

			eficiência e suficiência da cobertura do SAMU 192			de cobertura do SAMU, especialment e no Norte e Nordeste.
--	--	--	--	--	--	---

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise dos estudos selecionados evidencia um panorama multifacetado sobre o funcionamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no Brasil, ressaltando tanto os desafios estruturais quanto as desigualdades regionais e as condições adversas vivenciadas pelas equipes de saúde. Nesse sentido, Malvestio e Sousa (2022) destacam que a cobertura do serviço apresenta disparidades marcantes: enquanto a região Sul alcança 94,6% da população, o Norte cobre apenas 77,2%. Essa diferença revela a dificuldade de acesso em áreas mais vulneráveis, como as zonas rurais e as periferias urbanas.

Quanto à infraestrutura, diversos estudos convergem ao apontar sua precariedade. Oliveira, O'Dwyer e Novaes (2022) observaram que a ausência de investimentos contínuos compromete diretamente a efetividade do serviço, enquanto Luchtenberg e Pires (2017) verificaram que os profissionais enfrentam dificuldades em atuar diante da escassez de recursos e da manutenção inadequada das ambulâncias. De forma complementar, Siqueira *et al.* (2017) ressaltaram a falta de materiais essenciais e a negligência na manutenção dos veículos, elementos que se configuram como obstáculos recorrentes ao bom funcionamento do Atendimento Pré-Hospitalar (APH).

Além dos aspectos estruturais, os estudos analisados também enfatizam problemas de comunicação. Canesin, Lovadini e Sakamoto (2020) identificaram falhas na Central de Regulação Médica, sobretudo no diálogo entre o médico regulador e as equipes de campo, o que compromete a agilidade no atendimento. Do mesmo modo, Mata *et al.* (2018) reforçam a ausência de diálogo entre gestores e profissionais, fator que contribui para atrasos operacionais e baixa resolutividade.

Essas dificuldades se somam às limitações tecnológicas descritas por Silvestre (2016), que evidenciou falhas na radiocomunicação das ambulâncias de suporte básico, principalmente em áreas remotas. Nesse contexto, Marques (2013, *apud* Silvestre, 2016) relatou episódios em que hospitais se recusaram a receber pacientes encaminhados, ocasionando atrasos e prejudicando a continuidade do cuidado.

Outro ponto recorrente nos estudos refere-se às condições de trabalho das equipes. Siqueira et al. (2017) descrevem a precarização laboral como um fator que compromete a saúde dos trabalhadores, aumentando a incidência de acidentes e problemas como lesões musculoesqueléticas. Em consonância, Santos (2020) aponta o risco de violência e o estresse psicológico vivenciados durante os atendimentos em campo, sobretudo em áreas consideradas de maior vulnerabilidade.

Por fim, Oliveira, O'Dwyer e Novaes (2022) e Siqueira *et al.* (2017) também mencionam a importância de estratégias como a formação continuada, a atualização de protocolos e a incorporação de ferramentas, a exemplo da telemedicina, que aparecem nos estudos como elementos vinculados à qualificação do atendimento.

4 DISCUSSÃO

Dentre os desafios observados nos estudos analisados, destaca-se que há desigualdade nos serviços de APH no território nacional, principalmente nos que são realizados pelo SAMU. Essas desigualdades estão relacionadas às regiões do Brasil, em que é possível observar que na região Sul, 94,6% da população é coberta pelos APH e na região Norte a cobertura populacional é de 77,2% (Malvestio; Sousa, 2022).

Contudo, essas diferenças demonstram falhas na implementação da Política Nacional de Atenção às Urgências (Portaria nº 1.600/2011), que definiu o SAMU como eixo estruturante do APH. Ainda que possua proposta de universalidade, a execução da política é desigual, caracterizada por financiamento inadequado e dificuldade na articulação entre União, estados e municípios. (Brasil, 2011; Teles, 2017).

Em muitas localidades, principalmente nas áreas rurais e periferias, há deficiência na distribuição de recursos, bases operacionais e ambulâncias. Contudo, as vidas dos pacientes estão em constante risco, pois a falta de recursos apropriados compromete o atendimento adequado e gera um cenário em que o tempo de resposta aos chamados de emergências se prolonga (Malvestio; Sousa, 2022). Dessa maneira, é necessário que ocorra a descentralização dos recursos, para que as áreas mais carentes recebam uma assistência mais eficaz e os atendimentos do SAMU requerem estratégias e políticas para que atenda de maneira igualitária e eficiente toda a população (Silvestre, 2016).

Além disso, o financiamento federal deve considerar os indicadores de vulnerabilidade social e geográfica e não apenas o número populacional, garantindo maior equidade. Municípios de pequeno porte e regiões de difícil acesso, principalmente no Norte e Nordeste, necessitam de estratégias de regionalização do APH, com bases integradas para atender mais de um município (Higashi, 2019).

Os recursos materiais do SAMU precisam estar totalmente disponíveis, tais como: ambulâncias com manutenção em dia, devidamente equipadas com materiais eficientes, além de protocolos atualizados para garantir eficácia na atuação dos profissionais (Lancini, 2013 *apud* Silvestre, 2016). Contudo, estudos relatam a falta de manutenção periódica das ambulâncias, ausência de abastecimento, além de materiais faltosos e em condições precárias por falta de investimentos por parte da gestão (Siqueira *et al.*, 2017). Portanto, apenas ampliar as unidades e a áreas de cobertura de APH não é o suficiente, existe a necessidade de que os recursos materiais oferecidos estejam em perfeito funcionamento, para então garantir uma assistência de qualidade e eficiente (Ferreira *et al.*, 2018).

Além da dificuldade estrutural, um outro desafio enfrentado pelos profissionais dos serviços de urgência encontra-se a forma que são administrados e como a comunicação é dificultosa. A Central de Regulação é o setor responsável pelo processo inicial do APH, neste o médico regulador realiza a escuta regular e classifica

o grau de urgência de cada ocorrência e determina a equipe que irá prestar os primeiros atendimentos (Canesin; Lovadini; Sakamoto, 2020). Nesse sentido, durante muitas ocorrências, existe a falta de uma comunicação objetiva entre a central de Regulação Médica e os socorristas, fator que pode resultar em atrasos no envio das equipes para o local dos sinistros (Mata *et al.*, 2018).

Um estudo de avaliação de estrutura dos serviços de APH, realizado em Curitiba-PA, apresentou relatos de falhas na comunicação entre as equipes do SAMU e a Central de Regulação Médica, por falta de aparelhos de radiocomunicação em ambulâncias de suporte básico de vida (SBV) e, também, por dificuldade na captação de sinal de celular e rádio (Silvestre, 2016). Segundo Silvestre (2016), há uma dificuldade de colaboração entre as unidades de suporte avançado (USA) e unidades de suporte básico (USB) e hospitais, que eventualmente recusam atender usuários resgatados pelo SAMU, em Fortaleza – CE. Portanto, a comunicação inadequada com os serviços de apoio das Redes de Atenção à Saúde prejudica a continuidade do atendimento ao paciente.

Tais falhas reforçam a necessidade de fortalecimento da Rede de Atenção às Urgências (RAU), prevista pela Política Nacional de Atenção às Urgências (Portaria nº 1.600/2011), que tem o objetivo de garantir fluxos assistenciais organizados entre o APH, hospitais e atenção básica. A ausência dessa organização facilita a descontinuidade do cuidado e contribui para a sobrecarga dos serviços hospitalares de referência. (Brasil, 2011; O'Dwyer *et al.*, 2017).

Mata *et al.* (2018), em sua pesquisa com seis enfermeiros, demonstrou que a insatisfação dos profissionais com a gestão dos serviços de APH se enquadra nas dificuldades dos serviços de urgência. Relata-se que a maior queixa dos funcionários é o desinteresse em dialogar, para aperfeiçoar os atendimentos prestados no ambiente extra-hospitalar. Além de ser evidenciado o atraso na resolutividade dos problemas apresentados, por exemplo, uma ambulância com pneu furado, resultando em uma ocorrência sem atendimento por falta de recursos.

Contudo, vale ressaltar a importância de um trabalho em equipe entre os gestores e os profissionais, com diálogos para auxiliar na tomada de decisão, conhecer as dificuldades do ambiente, verificar a necessidade de aperfeiçoamento nos atendimentos e resultar em uma assistência pré-hospitalar que atenda às necessidades da população (Mata *et al.*, 2018).

A condição de trabalhos dos profissionais dos serviços móveis de urgência se encaixa em um fator muito importante, diante problemas existentes. A realidade desses profissionais é um dos maiores desafios, contendo longas jornadas de trabalho, sobrecarga de trabalho por falta de profissionais, salários inadequados, exposição constante à riscos ocupacionais e a ausência de treinamentos e atualizações de protocolos (Siqueira *et al.*, 2017).

Durante ao atendimento a pacientes no ambiente extra-hospitalar, há a manifestação constantes de riscos à vida do profissional, devido situações geográficas, como a locais de difícil acesso, deslocamento rápido para chegada ao local da ocorrência e, também, risco de violência, física e mental, causada pelo público em volta da cena e pelo próprio paciente (Santos, 2020).

As longas jornadas de trabalho, associadas à carga horária demasiada são fatores preocupantes, pois prejudicam o desenvolvimento profissional, em que ocorrem demandas psicológicas intensas, insatisfação profissional (Dal Pai *et al.*, 2015 *apud* Silvestre, 2016). A baixa remuneração salarial degrada ainda mais as condições dos profissionais, pois influencia os mesmos a terem dois ou mais vínculos empregatícios (Siqueira *et al.*, 2017).

A valorização profissional deve ser tratada como eixo prioritário das políticas públicas voltadas ao APH, incluindo planos de carreira específicos, reajuste salarial, redução da carga horária e programas de educação permanente. A formação continuada é apontada como estratégia para garantir atualização dos protocolos e melhorar a resolutividade dos atendimentos, sendo uma diretriz já prevista na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (BRASIL, 2009).

Além disso, a sobrecarga profissional resulta em adoecimento físico, psíquico e emocional, contribui para acidentes de trabalho com material perfurocortante, fraturas, torções, contusões e hematomas, devido a diminuição do desempenho associado a perda da qualidade de trabalho (Siqueira *et al.*, 2017). Portanto, todos esses fatores contribuem para um atendimento dificultoso dos serviços móveis de urgência e emergência aos pacientes, pois o desgaste afeta diretamente o desempenho da equipe no atendimento e causa eventos adversos que prejudicam a segurança do paciente (El Hett *et al.*, 2013 *apud* Ferreira *et al.*, 2018).

Com todos os desafios presentes, é fundamental que sejam adotadas estratégias em busca de melhorias para o serviço móvel de APH no Brasil. Dessa forma, ampliar a cobertura do atendimento deve ser uma prioridade, além de descentralizar os recursos, a fim de garantir que seja suprida a demanda das populações que mais precisam dos atendimentos em ambientes extra-hospitalares, manter os equipamentos em perfeitas condições e quantidades apropriadas para uso (Malvestio; Sousa 2022).

Além disso, medidas de comunicação mais eficientes devem ser adotadas, objetivando uma melhor cooperação entre o serviço pré-hospitalar e as unidades de pronto socorro, para otimizar o encaminhamento dos pacientes para os hospitais e garantir a promoção e recuperação dos mesmos. Faz-se importante a obtenção de protocolos de atendimento padronizados e a implementação de serviços informatizados em todos os eixos do APH, através da telemedicina, tornando o atendimento mais rápido, eficiente e organizado, além de reduzir falhas (Amadi-Obi, 2014 *apud* Oliveira; O'dwyer; Novaes, 2022).

A incorporação de tecnologias digitais, como prontuário eletrônico integrado e regulação informatizada, também é defendida pelo Ministério da Saúde como ferramenta essencial para modernizar o APH. Em especial, a telemedicina é estratégica para reduzir desigualdades regionais e oferecer suporte técnico em locais remotos, fortalecendo a equidade no acesso (Brasil, 2020).

Contudo, há a necessidade de promover a valorização dos profissionais que atuam na área pré-hospitalar, através de melhores condições de trabalho, como revisão da carga horaria semanal, melhores salários, horários para as refeições e descanso (Mata *et al.*, 2018).

A implementação de treinamentos e ofertas de capacitação é fundamental, pois mantém a equipe capacitada, atualizada e auxilia no entrosamento da equipe. Ressalta-se também medidas educativas que trabalhem o raciocínio lógico da equipe, para proporcionar melhoria nas habilidades de resolução de problemas e intensificar a atenção às demandas e necessidades atuais dos serviços do SAMU, e outros serviços móveis de APH (Siqueira *et al.*, 2017).

Portanto, os desafios enfrentados pelo APH não se restringem à falta de recursos, mas evidenciam limitações na gestão e na implementação de políticas já existentes. O fortalecimento da descentralização do financiamento, a organização em rede, a valorização dos profissionais e a incorporação de tecnologias inovadoras constituem pilares fundamentais para alinhar o serviço aos princípios da universalidade, equidade e integralidade do SUS (BRASIL, 2011; O'Dwyer, 2017).

O atual levantamento apresenta relevância significativa para a comunidade e corpo de profissionais que atuam nos serviços de urgência e emergência móveis, uma vez que aponta as condições de desigualdade na cobertura e na estrutura, assim como problemas com a comunicação e as condições de trabalho e, assim, a baixa qualidade e eficiência do serviço. Ainda assim, o estudo apresenta algumas limitações, como na seleção de artigos, que apresentam dados específicos de cada estado onde foram coletados os dados, deixando de lado as diversas particularidades de cada local do país. Contudo, sugere-se a continuidade de futuras pesquisas, com vistas a buscar soluções inovadoras para melhorar a gestão e a qualificação das equipes, além de aumentar o uso da telemedicina e tecnologias, a fim de garantir que o atendimento seja acessível e eficaz para toda a população.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa apresenta uma análise sobre as condições dos serviços de urgência e emergência no Brasil, ressaltando que o serviço de APH enfrenta desafios na prestação dos serviços, que afetam diretamente a vida dos usuários. A falta de cobertura em algumas regiões, a escassez de materiais básicos e as dificuldades de comunicação entre as equipes tornam o atendimento mais lento e ineficiente, especialmente em áreas rurais e periféricas, em que o tempo de espera é maior e os riscos para os pacientes são ainda mais altos. Além disso, os profissionais que atuam nesses resgates lidam com longas jornadas, baixos salários e pouca capacitação, o que impacta tanto a qualidade do atendimento quanto a segurança deles próprios.

Ressalta-se que é essencial expandir o APH de forma mais equilibrada, distribuir melhor os recursos e modernizar o serviço, garantindo uma comunicação mais ágil com o auxílio de tecnologias, como a telemedicina. Também é fundamental valorizar os profissionais, proporcionando condições dignas de trabalho e oportunidades de aprendizado contínuo. Reforçar a estrutura do SAMU e melhorar sua administração são medidas indispensáveis para garantir que todas as pessoas que necessitam do serviço móvel de urgência, tenham acesso ao atendimento adequado e eficaz.

REFERÊNCIAS

BENVINDO, E; MARTINS, C.I. Acolhimento com classificação de risco: atuação da enfermagem. UNIFACIG, n. 7, 2021. Disponível em: <https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/2904/2525>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 5.055, de 27 de abril de 2004**. Institui o Serviço Móvel de Urgência (SAMU). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5055.htm.
Acesso em: 21 jan. 2025

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020–2028**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_Brasil.pdf.
Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pacto_saude_volume9.pdf. Acesso em:
15 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.863/GM, de 29 de setembro de 2003. Institui a Política Nacional de Atenção às Urgências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 2003. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2003/prt1863_26_09_2003.html.
Acesso em: 21 jan. 2025

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.010, de 21 de maio de 2012. Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, p. 87-87, 2012. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html.
Acesso em: 21 jan. 2025

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.600, de 7 de julho de 2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 jul. 2011. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1600_07_07_2011.html.
Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Saúde habilita serviços do SAMU 192 em três estados. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/saude-habilita-servicos-do-samu-192-em-tres-estados>. Acesso em: 08 mar. 2025.

CARVALHO, S. S. *et al.* Dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde no atendimento de emergências em unidades básicas de saúde no Brasil. **Arquivo de ciências da saúde da UNIPAR**, v. 27, n. 2, p. 967-978, 2023. Disponível em:

<https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/9408/4587>. Acesso em: 1 mar. 2025.

CANESIN, D. R.; LOVADINI, V. de L.; SAKAMOTO, S. R. As dificuldades vivenciadas pelos profissionais de enfermagem no atendimento pré-hospitalar: The difficulties experienced by nursing professionals in prehospital care. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 91, n. 29, 2020. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/641>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CASTRO, R. R.; FAUSTINO, U.S.; RIBEIRO, D.M.. Caracterização das ocorrências do serviço de Atendimento Móvel de Urgência–SAMU. **Revista eletrônica acervo Enfermagem**, v. 7, 2020. Disponível em : <https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/view/5625/356>. Acesso em: 1 mar. 2025.

CICONET, R. M. **Tempo resposta de um serviço de atendimento móvel de urgência [tese]. Porto Alegre (RS):** Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/129481/000976890.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 de mar. 2025.

FERREIRA, A. P. M. *et al.* **Na corrida contra o tempo e na luta pela vida: o sentido do trabalho e suas implicações na saúde dos técnicos de enfermagem do SAMU/Porto Velho-RO.** 2018. Tese de Doutorado. EPSJV. Disponível em: <https://www.posgraduacao.epsjv.fiocruz.br/publicacoes/na-corrida-contra-o-tempo-e-na-luta-pela-vida-o-sentido-do-trabalho-e-suas-implicacoes>. Acesso em: 21 jan. 2025.

FROTA C. A.; et al. Dificuldades enfrentadas pelos enfermeiros na realização da classificação de risco no serviço de urgência e emergência. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 2, p. e5498, 1 fev. 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5498/3741>. Acesso em: 16 de ago. 2025.

HIGASHI, P. **Financiamento no atendimento da urgência e emergência: análise da descentralização de recursos para os municípios.** 2019. 198 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-23102019201230/publico/PRISCILLAHIGASHI.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.

LUCHTEMBERG, M. N.; PIRES, D. E. Trabalhar no SAMU: facilidades e dificuldades para realização do trabalho dos enfermeiros em um Estado da região sul do Brasil. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, v. 10, n. 1, p. 31-45, 2017.

MALVESTIO, M. A. A.; SOUSA, R. M. C. Desigualdade na atenção pré-hospitalar no Brasil: análise da eficiência e suficiência da cobertura do SAMU 192. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 7, p. 2921-2934, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZdzHJw8Q9fbYsQNk66gVnyy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2025.

MATA, K. S. S. *et al.* Entraves no atendimento pré-hospitalar do SAMU: percepção dos enfermeiros. **Revista de Enfermagem da UFPE**, v. 12, n. 7, p. 1894-1900, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-994460>. Acesso em: 1 mar. 2025.

NOVACK, B. C. *et al.* As dificuldades vivenciadas pelos profissionais de enfermagem no atendimento pré-hospitalar. **Revista Brasileira Gestão e saúde**, v. 8, n.3, 2017. <https://core.ac.uk/download/pdf/231166864.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2025.

O'DWYER, Gisele *et al.* O processo de implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência no Brasil: estratégias de ação e dimensões estruturais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 7, 7 ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00043716>. Acesso em: 14 ago. 2025.

OLIVEIRA, C. C. M.; O'DWYER, G.; NOVAES, H. M. D. Desempenho do serviço de atendimento móvel de urgência na perspectiva de gestores e profissionais: estudo de caso em região do estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, v. 27, n. 04, p. 1337-1346, 2022.

SANTOS, A. P. *et al.* Dificuldades encontradas pela equipe de enfermagem no atendimento pré-hospitalar. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 51, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3598>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SILVA, L. A. S. *et al.* Atuação da enfermagem em urgência e emergência. **Revista extensão**, v. 3, n. 1, p. 83-92, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/1688>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SILVA, S. D. V. *et al.* Concepções dos enfermeiros frente à utilização de protocolos de urgência psiquiátrica no atendimento pré-hospitalar móvel. In. **Rev enferm UERJ**, v. 12, n. 10, 2020, p. 1-7. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/50191/35063>. Acesso em: 08 de mar. 2025.

SILVESTRE, Alexandra Lunardon. **Avaliação da estrutura do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) de um município da Região Metropolitana de Curitiba – PR**. 2016. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/45799/R%20-%20D%20-%20ALEXANDRA%20LUNARDON%20SILVESTRE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 fev. 2026.

SIQUEIRA, C. L. *et al.* Dificuldades percebidas pela enfermagem no cotidiano do trabalho de um serviço de atendimento móvel de urgência. **Revista Saúde-UNG-Ser- ISSN 1982-3282**, v. 11, n. 1/2, p. 62-73, 2017. Disponível em: <https://revistas.ung.br/index.php/saude/article/view/2847/2206>. Acesso em: 2 mar. 2025.

TELES, A. S. *et al.* Mobile emergency care service(SAMU): underfunding and regional inequality. **Cadsaúde coletiva**, v. 25, n. 1, p. 51-7, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/t5tRGYwjLftjZz5hGHZJHpQ/abstract/?lang=en>. Acesso em: 05 de mar. 2025.

Conflito de interesse

Os autores declaram não possuir conflitos de interesse em relação a este estudo.

ASSÉDIO E IMPORTUNAÇÃO SEXUAL NO METAVERSO: uma análise da legislação brasileira para o mundo virtual

SEXUAL HARASSMENT AND HARASSMENT IN THE METAVERSE: an analysis of brazilian legislation for the virtual world

Recebido em: 30/03/2025

Aprovado em: 18/09/2025

Johnata Pinheiro Santos (Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-8008-7366>)

Graduado em Letras pela Faculdade Pitágoras. Graduando em Direito no Centro Universitário Santa Terezinha (CEST). Especialista em Literatura Brasileira e Linguística pela Faculdade Santa Fé e Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São Luís, Maranhão, Brasil.

Carlos Henrique Menezes Coelho Lopes (Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-2702-0911>)

Graduado em Sistemas de Informação Centro Universitário Dom Bosco (UNDB). Graduando em Direito no Centro Universitário Santa Terezinha (CEST). São Luís, Maranhão, Brasil.

DOI: [10.5281/zenodo.18718238](https://doi.org/10.5281/zenodo.18718238)

Autor para correspondência:

Johnata Pinheiro Santos

E-mail: johnata.santos@cest.edu.br

RESUMO

Introdução: Observando a criação e a interatividade dos indivíduos no metaverso, além da possibilidade de criar avatares e viver em um mundo virtual, o Direito Brasileiro está preparado para possíveis casos de assédio ou importunação sexual no metaverso? Pois sabe-se que ele busca alcançar as mudanças sociais e não há como ficar indiferente às transformações que ocorrem na sociedade, principalmente, na era digital. **Objetivos:** Analisar a legislação brasileira a respeito de crimes como Assédio e Importunação Sexual; apresentar o conceito de metaverso; entender a possibilidade de aplicação de normas penais no metaverso. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa hipotético-dedutiva cujo método utilizado para realização das análises fora bibliográfico, com leituras de artigos científicos e literaturas que versam sobre o tema metaverso, bem como as leis e o Código Penal Brasileiro. **Resultados:** O assédio e a importunação sexual são crimes pelo Código Penal Brasileiro e embora não haja tipicidade específica que englobe o metaverso ou que tenha

ocorrido algum caso no Brasil, isso não significa que as leis brasileiras devem ficar alheias à situação, pois deve-se criar mecanismos de proteção aos usuários. **Conclusão:** De acordo com as pesquisas realizadas, observa-se que não há uma literatura específica e profunda sobre a temática do metaverso e implicações penais no Brasil, contudo, é possível que ocorram crimes de assédio ou importunação sexual dentro do metaverso, logo é cabível afirmar que o legislativo brasileiro deve encontrar formas, juntamente com os profissionais da área de tecnologia, de rastrear, encontrar e punir criminosos no metaverso de maneira eficaz e prática.

Palavras-chave: Metaverso. Importunação Sexual. Direito.

ABSTRACT

Introduction: Considering the creation and interactivity of individuals in the metaverse, as well as the possibility of creating avatars and living in a virtual world, is Brazilian law prepared for potential cases of sexual harassment or harassment in the metaverse? It is known that it seeks to achieve social change, and it is impossible to remain indifferent to the transformations occurring in society, especially in the digital age. **Objectives:** To analyze Brazilian legislation regarding crimes such as sexual harassment and harassment; to introduce the concept of the metaverse; and to understand the possibility of applying criminal laws in the metaverse. **Methodology:** This is a hypothetical-deductive study, using a bibliographic method, including readings of scientific articles and literature on the metaverse, as well as Brazilian laws and the Penal Code. **Results:** Sexual harassment and harassment are crimes under the Brazilian Penal Code, and although there is no specific category encompassing the metaverse or that any cases have occurred in Brazil, this does not mean that Brazilian laws should ignore the situation, as user protection mechanisms must be created. **Conclusion:** According to the research conducted, it is observed that there is no specific and in-depth literature on the topic of the metaverse and its criminal implications in Brazil. However, it is possible that sexual harassment or harassment crimes may occur within the metaverse. Therefore, it is reasonable to state that the Brazilian legislature must find ways, together with technology professionals, to track, find, and punish criminals in the metaverse effectively and practically.

Keywords: Metaverse. Sexual Harassment. Law.

1 INTRODUÇÃO

Compreende-se que a Inteligência Artificial (IA), cada vez mais popularizada, é uma realidade criada com o intuito de proporcionar novas ferramentas, acessos, facilidades, conhecimentos, utilizando-se, principalmente, de *Machine Learning* ou Aprendizado de Máquina. Contudo, é comum o questionamento se a sociedade humana está efetivamente preparada para essas transformações abruptas.

Com todo o referido avanço, os estudiosos acreditam que a sociedade, atualmente, vive a Quarta Revolução Industrial ou Revolução Digital (Indústria 4.0), com novas características e perspectivas bem definidas, que mistura as técnicas de produção de vanguarda com sistemas inteligentes que se integram com as organizações e pessoas. Os avanços do mundo digital caminham hoje para selar interações cada vez mais reais, através do fenômeno da virtualização das relações e, conseqüentemente, das condutas lícitas e ilícitas que perpassam o mundo real.

É nesse contexto de mudanças e avanços que surgiu o metaverso, permitindo ao usuário viver uma "realidade" virtual por meio de um avatar - que seria mais que uma representação desse usuário no mundo virtual, mas representa a personificação de sua personalidade. Entretanto, com essa interatividade entre os indivíduos, no metaverso, surge a incógnita: o direito brasileiro está preparado para possíveis casos de assédio ou importunação sexual no metaverso? O presente artigo pretende, dessa forma, analisar a legislação brasileira a respeito de crimes como Assédio e Importunação Sexual; compreender o conceito de metaverso e entender a possibilidade de aplicação de normas penais dentro do metaverso.

2 MATERIAIS E MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão bibliográfica, realizada a partir de um fato concreto, narrado por Nina Jane Patel, psicoterapeuta inglesa, de 43 anos, publicado no site UOL (Canal Universa), em 2022.

Ela relatou ter sofrido assédio sexual no metaverso. Ante esse relato, foram lidos e selecionados livros e artigos que versam sobre os avanços tecnológicos, o metaverso, o direito penal no Brasil e crimes de assédio e importunação sexual.

Os critérios para seleção e inclusão dos livros e artigos utilizados nesta revisão foram: literaturas publicadas relacionadas ao assunto pesquisado. Isso ratifica a necessidade de debater o assunto, bem como permite observar que mais pesquisadores já tratam, de alguma forma, sobre o assunto.

A busca foi realizada em periódicos nacionais, disponíveis em língua portuguesa e que abordam o objetivo a ser descrito, com pesquisas nos buscadores *Scielo* e *Google Acadêmico*, sendo empregadas como palavras-chaves “Inteligência artificial”, “Metaverso”, “Direito Penal”, “Assédio” e “Importunação Sexual” no idioma português, além dos livros e legislações brasileiras utilizados.

Por se tratar de um assunto relativamente novo, poucos são os pesquisadores que já publicaram algo. Há teóricos que já **discutem** sobre crimes cometidos no metaverso, contudo, não diretamente relacionado ao crime de importunação sexual. O que fora encontrado na pesquisa foram artigos que analisam o metaverso, possíveis crimes cometidos no ambiente virtual e suas cominações legais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O metaverso é um conceito que vem crescendo nos meios sociais, sendo conhecido como Internet 3D imersiva com a possibilidade de resolver problemas e, até mesmo, viver em um mundo alternativo sem a necessidade de locomoção física.

O grande executivo Mark Zuckerberg, em carta divulgada ao público – quando da mudança do nome do Facebook Inc para Meta, em outubro de 2021, afirmou que no metaverso as pessoas serão capazes de fazer quase tudo que imaginarem — reunir-se com amigos e família, trabalhar, aprender, brincar, fazer compras, criar —, bem como experiências completamente novas que realmente não se encaixam na forma como pensamos sobre computadores ou telefones hoje.

Assim, de acordo com Menezes (2022): “o Metaverso permitirá que os usuários trabalhem, se encontrem, joguem e socializem juntos nesses espaços 3D, usando a conexão com a rede mundial de computadores.” Do ponto de vista técnico, nada mais é que um conceito que mescla realidades virtuais em ciberespaços, unindo três tecnologias: Realidade Virtual, Realidade Aumentada e Realidade Mista como formas de acesso.

É possível imaginar que assim como o mundo real, o metaverso também enfrentará problemas reais, afinal o seu objetivo é transformar esse mundo paralelo em um mundo completamente baseado no que vivemos hoje, ou seja, o próprio mundo real.

Assim, diante desse realismo cada vez mais possível, como o Direito Brasileiro agiria nos casos de assédio ou importunação sexual dentro do metaverso? É exatamente isso que deve ser debatido, porque já há uma necessidade de soluções serem pensadas.

Pode-se destacar que a Lei nº 13.718/2018, alterou o Código Penal, e engloba situações de importunação sexual que possam ocorrer tanto presencialmente quanto no mundo virtual. Por exemplo, se alguém enviar mensagens de cunho libidinoso sem o consentimento da pessoa receptora, isso pode ser considerado um ato de importunação sexual, sujeito às penalidades previstas na lei e isso é importante, pois o Direito como uma ciência social, urge por sanar questões que envolvem as relações humanas e é interpretado como uma ciência ligada aos conflitos e fatos da sociedade no contexto temporal em que estiver inserido. É o que explica Bittar *apud* Alves (2022): “O conflito é uma marca da vida em sociedade. É porque existem incontornáveis espécies de conflitos, que o Direito existe e cria estratégias para enfrentá-los”.

O assédio (artigo 216-A, Código Penal) e a importunação sexual (artigo 215-A, Código Penal) são crimes pelo Código Penal Brasileiro e, embora não há tipicidade específica que englobe o metaverso, isso não significa que o Direito Brasileiro deve ficar alheio à situação, pois deve criar mecanismos de proteção aos usuários.

É importante destacar que embora existam notícias de casos globais e concernentes a outras plataformas, não há informações disponíveis sobre a ocorrência de casos de importunação sexual, especificamente, no metaverso no Brasil. Entretanto, isso não impede que se discuta sobre o assunto, bem como, deve

gerar debates de como as leis já existentes podem ser efetivamente utilizadas e quais os desafios jurídicos e técnicos poderão surgir ante esse fato.

Segundo Capez (2019), a ameaça é considerada grave quando o dano prometido é maior que a própria conjunção carnal ou a prática do ato libidinoso e, por isso, deve ser analisada sob o ponto de vista da vítima, tendo em vista as suas condições físicas e psíquicas.

Portanto, pode-se inferir que a gravidade da ameaça em crimes sexuais transcende a simples noção de violência física ou de ameaça imediata ao corpo da vítima. Capez afirma que a gravidade deve ser avaliada a partir do dano prometido, ou seja, do impacto potencial que a ameaça pode gerar, mesmo que essa ameaça não envolva necessariamente o contato físico direto. Isso amplia a interpretação do conceito de ameaça grave para incluir os efeitos psicológicos e emocionais que a promessa de dano pode provocar.

Quanto à utilização do Código Penal aos crimes cometidos no metaverso, pode-se mencionar a seguinte frase "não há analogia no direito penal" – frase que se refere à proibição da aplicação da analogia *in malam partem*, ou seja, de forma a prejudicar o réu, garantindo que não se crie crime ou pena por equiparação a outros casos, em respeito ao princípio da legalidade e à segurança jurídica, contudo, a pesquisa demonstra que embora não haja especificidade no presente Código Penal Brasileiro, sobre esse assunto, outras leis que versam sobre o uso da internet assim como a elaboração de novas normas são fundamentais no processo de segurança e avanços digitais.

Das leituras dos artigos e livros pesquisados foram extraídos os conceitos de metaverso, de importunação sexual, bem como pode-se concluir sobre a necessidade de leis específicas para proteção dentro do metaverso ou afins.

5 CONCLUSÃO

De acordo com as pesquisas realizadas, observa-se que não há uma literatura específica e profunda sobre a temática do metaverso e implicações penais, porém sabe-se que o direito busca alcançar as mudanças sociais, as transformações que ocorrem na sociedade, tendo em vista que estas influenciam na elaboração e aprimoramento da legislação, para não transformar o metaverso em uma “terra sem lei”, como permaneceu a internet por muito tempo.

Nota-se que, ante às possibilidades de crimes demonstradas, é totalmente possível, por mais que ainda seja uma realidade relativamente distante que haja tais crimes dentro do metaverso. Portanto, é cabível afirmar que algo precisa ser feito para evitar que um ambiente desregulado. O legislativo brasileiro deve encontrar formas, juntamente com os profissionais da área de tecnologia, de rastrear, encontrar e punir criminosos de maneira eficaz e prática.

Nesse contexto, a solução pensada é obtida por meio de uma metodologia de investigação baseada na análise de tráfego de redes, na qual é possível coletar mensagens de protocolos de rede como o TCP, UDP e IP para auxiliar no estabelecimento da autoria de um crime, até mesmo de crimes iniciados fora desse ambiente, como um furto.

Buscar o equilíbrio entre os benefícios e desafios do metaverso emerge como uma necessidade premente para a sociedade contemporânea, porque à medida que exploramos os potenciais deste novo mundo, é pertinente considerar não apenas as oportunidades que ele oferece, mas também os riscos e impactos negativos que podem surgir.

Dessa forma, percebe-se que, apesar de ser um ambiente com muitas barreiras, é possível se combater os crimes de assédio e importunação sexual cometidos dentro do metaverso. Não há como negar a relevância dessa discussão. Diante da evolução e dos avanços que já ocorrem, levando em consideração as possibilidades, o direito brasileiro deve-se munir para evitar que no metaverso também ocorram esses crimes. Se em um tempo cada vez mais próximo os seres

humanos poderão vivenciar o metaverso, não apenas visualmente, mas com sensorialmente, utilizando o sentido tato, é pertinente que haja leis para defender seus usuários.

REFERÊNCIAS

ALVES, Letícia Silva. **Virtualização da lei penal: uma análise da importunação sexual dentro do metaverso**. 2022. 46, f. Trabalho de Curso na modalidade Artigo Científico (Graduação em Direito) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**: Código Penal. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 13 fev. 2026.

CANAL UNIVERSA. UOL. **Violência contra a mulher. Britânica que relatou estupro no metaverso: 'Foi real e perturbador'**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/06/03/estupro-no-metaverso-o-aconteceu-comigo-foi-real.htm>. Acesso em 15 nov. 2024

CAPEZ, Fernando, **Curso de Direito Penal**, v. 3, parte especial: arts. 213 a 359-H, 17. ed. Atual, São Paulo, Saraiva Educação, 2019.

FERRO, Lucas Gregório. A importunação sexual no mundo metaverso: uma análise sobre a possibilidade pela legislação brasileira. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 5, n. 6, p. 2675-6218, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/5445/3720>. Acesso em 15 nov. 2024.

FORGANES, Juliano Capp. **Metaverso e as dificuldades a serem enfrentadas pelo direito digital**. 2022. 56 f. Orientador: Thiago Pellegrini Valverde Trabalho de Conclusão de Curso de Direito – Centro Universitário São Judas Tadeu – Campus Unimonte, 2022.

FURLANETO NETO, Mário; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Crimes Na Internet: elementos para uma reflexão sobre a ética informacional** - R. CEJ, Brasília, n. 20, p. 67-73, jan./mar. 2003. Disponível em: <https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/523>. Acesso em 15 nov. 2024.

MENEZES, Thiago Viana. **Novas perspectivas do direito no metaverso e suas interrelações**. São Paulo, 2022 Orientação: Maria Helena Marques Braceiro Daneluzzi Monografia (Graduação) – PUC-SP - Faculdade de Direito, 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). **Importunação sexual x assédio sexual**. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/importunacao-sexual-x-assedio-sexual>. Acesso em: 13 fev. 2026.

SCHLEMMER, Eliane; TREIN, Daiana; Oliveira, CHRISTOFFER. **Metaverso: a telepresença em Mundos Digitais Virtuais 3D por meio do uso de avatares**. XIX Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE 2008), p. 441-450, 2008.

SPÓSITO, Giulia Dowsley. **Estupro virtual: o enquadramento típico dos crimes que ofendem a dignidade sexual cometidos no meio digital**. [S. l.: s. n.], 2022.